



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS ARACAJU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

VINICIUS MARCELO SILVA

Concepções político-ideológicas de estudantes e profissionais formados pelo Curso Guia de Turismo do IFS-Campus Aracaju acerca do conteúdo de patrimônio cultural.

Aracaju

2021

VINICIUS MARCELO SILVA

Concepções político-ideológicas de estudantes e profissionais formados pelo Curso Guia de Turismo do IFS-Campus Aracaju acerca do conteúdo de patrimônio cultural.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Aracaju do Instituto Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de Concentração: Organização e memória de espaços pedagógicos na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Marco Arlindo A. Melo Nery.

Aracaju

2021

Silva, Vinicius Marcelo.
S586c Concepções político-ideológicas de estudantes e profissionais formados
pelo Curso Guia de Turismo do IFS-Campus Aracaju acerca do conteúdo
de patrimônio cultura. / Vinicius Marcelo Silva. – Aracaju, 2021.
121f.: il.

Dissertação – Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica –
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.
Orientador: Prof. Dr. Marco Arlindo A. Melo Nery.

1. Educação – Concepção político-ideológica. 2. Turismo. 3.
Patrimônio Cultural. I. Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia de Sergipe - IFS. II. Nery, Marco Arlindo A. Melo. III.
Título.

CDU: 37.014.5

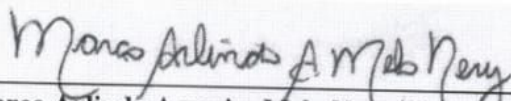
VINICIUS MARCELO SILVA

**Concepções político-ideológicas de estudantes e profissionais formados pelo Curso
Guia de Turismo do IFS-Campus Aracaju acerca do conteúdo de patrimônio
cultural.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 17 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery (Orientador) IFS

Instituto Federal de Sergipe – Orientador

gov.br

Documento assinado digitalmente
LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA
Data: 09/02/2022 11:26:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira - IFS

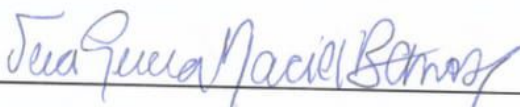
Instituto Federal de Sergipe – Membro Externo

gov.br

Documento assinado digitalmente
ELZA FERREIRA SANTOS
Data: 08/02/2022 15:06:52-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profª. Drª. Elza Ferreira Santos - IFS

Instituto Federal de Sergipe – Membro Interno



Profª. Drª. Vera Lúcia Maciel Barroso - UFRGS

Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre – Membro Externo



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



VINICIUS MARCELO SILVA

Patrimônio Cultural em destaque: trabalhando os conteúdos de bens culturais na formação do Guia de Turismo.

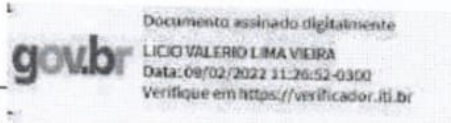
Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 17 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

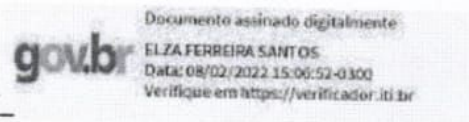
Prof. Dr. Marco Arlindo Amorim Melo Nery (Orientador) IFS

Instituto Federal de Sergipe – Orientador



Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira - IFS -

Instituto Federal de Sergipe – Membro Externo



Profª. Drª. Elza Ferreira Santos - IFS -

Instituto Federal de Sergipe – Membro Interno

Profª. Drª. Véra Lúcia Maciel Barróso - UFRGS

Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre – Membro Externo

À minha família e aos meus amigos que me ajudaram nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família. Obrigado pela paciência, pelo incentivo, pela força e, principalmente, pelo carinho.

Ao Curso de Mestrado do Instituto Federal de Sergipe e às pessoas com quem tive o prazer de conviver ao longo desses anos.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação, em especial ao meu orientador e a todos aqueles que, de alguma forma, me apoiaram.

Educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta dissertação procurou investigar e compreender as concepções político-ideológicas sobre o tema patrimônio cultural no curso de Guia de turismo do Instituto Federal de Sergipe, assim como as concepções político-ideológicas na prática dos guias de turismo formados na supracitada instituição. Para tanto, a abordagem desse estudo é de cunho qualitativo, sendo uma pesquisa participante, tendo o seu enfoque de abordagem em sua base metodológica, o materialismo dialético. Além do mais, os dados foram recolhidos a partir de entrevistas de História Oral e questionários, e a análise de dados foi realizada a partir da análise de discurso francesa de Michel Pêcheux. Ademais, a revisão bibliográfica teve como meta discutir o fenômeno patrimonial em uma perspectiva omnilateral, de forma que pudéssemos contrastar o discurso a respeito do Patrimônio Cultural presente em artigos, livros, dissertações e teses com os discursos de diversos profissionais que estudam a temática dos Bens Culturais, do Guia de Turismo e de alunos deste curso. Por último, foram apresentados os resultados da validação do Produto Educacional, bem como os principais aspectos da sua produção.

Palavras-Chave: Concepção político-ideológica. Guia de Turismo. Omnilateralidade. Patrimônio Cultural. Turismo.

ABSTRACT

This dissertation sought to investigate and understand the political-ideological conceptions on the theme of cultural heritage in the Tourism Guide Course at the Federal Institute of Sergipe, as well as the political-ideological conceptions in the practice of tourism guides trained in the aforementioned institution. Therefore, the approach of this study is of a qualitative nature, having in the research participants, and regarding the method of approach, in its methodological basis, the dialectical materialist. Furthermore, data were collected from Oral History interviews and questionnaires, and data analysis was performed using Michel Pêcheaux's French discourse analysis. Furthermore, the bibliographical review aimed to discuss the heritage phenomenon from an omnilateral perspective, so that we could contrast the discourse about Cultural Heritage present in articles, books, dissertations and theses with the discourses of several professionals who study the theme of Goods Cultural, the Tourism Guide and the students of this course. Finally, the results of the validation of the Educational Product were presented, as well as the main aspects of production.

Keywords: Political-ideological conception. Tour guide. Omnilaterality. Cultural heritage. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do Produto Educacional	104
Figura 2 – Página do Produto Educacional com o vídeo da Casa do Saber	106
Figura 3 – Página do Produto Educacional com o texto “Turismo Cultural: uma proposta de preservação material	106
Figura 4 – Página do Produto Educacional com o vídeo da Rita Von Hunty	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Respostas às perguntas relacionadas ao patrimônio cultural trabalhado em sala de aula	89
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentuais da pergunta 1- O que acharam do conteúdo de patrimônio cultural trabalhado durante as aulas?	91
Tabela 2 – Percentuais da pergunta 2- Para você, o que é patrimônio cultural?.....	91
Tabela 3 – Percentuais da pergunta 3- Para você, qual a importância do patrimônio cultural?	91
Tabela 4 – Percentuais da pergunta 4- O que te chamou mais atenção nas aulas de Patrimônio Cultural?.....	92
Tabela 5 – Percentuais da pergunta 5- Na sua opinião, qual a ênfase dada ao conteúdo sobre patrimônio cultural trabalhado pelo professor?.....	92
Tabela 6 – Respostas à pergunta: Que tipo de conteúdo gostariam de ver em um livro digital sobre patrimônio cultural?	102
Tabela 7 – Respostas à pergunta: Acha que um livro específico sobre patrimônio poderia ajudar nas aulas?	103
Tabela 8 – Respostas à pergunta: Na sua opinião, o que gostaria de ver abordado em um livro sobre patrimônio cultural?	103
Tabela 9 – Tabela de notas para a pergunta - Em relação ao layout e à organização do material, qual a nota que dá ao Livro Digital?	107
Tabela 10 – Tabela de notas para a pergunta - Em relação aos conteúdos e à abordagem presentes no material, qual a nota que você atribui ao Produto?	107
Tabela 11 – Tabela de notas para a pergunta - Em relação à possibilidade de se tornar um material de apoio para as aulas de Patrimônio Cultural, qual a nota que você atribui ao Produto?	108
Tabela 12 – Tabela de notas para a pergunta - Na sua avaliação, o Produto ajudará a construir uma consciência mais crítica e a adquirir uma visão multidimensional do fenômeno do patrimônio cultural?	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise de Discurso

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FAPA – Faculdade Porto – Alegrense

FESTRIBAL – Festival Cultural dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e outros.

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

SECTUMA – Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Serro

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 METODOLOGIA.....	30
2.1 Enfoque.....	30
2.2 Procedimento Técnico.	33
2.3 Método de Abordagem	33
2.4 Método de Procedimento.....	35
2.5 Técnicas de Coleta.....	38
2.6 Análise de Dados	41
3 A LITERATURA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.	43
3.1 O Desenvolvimento Histórico do Conceito de Patrimônio Cultural e os seus Órgãos de Salvaguarda	43
3.2 As Implicações do Neoliberalismo sobre o Patrimônio Cultural.....	48
3.3 O Patrimônio Cultural nas suas Relações com as Memórias, a Identidade, a Territorialidade e a Ideologia.....	55
3.4 A Relação do Patrimônio Cultural com o Turismo; O Guia de Turismo e os Desafios no Mundo do Trabalho para os Profissionais da Área Turística.....	59
3.5 Educação Profissional Integral e a Educação Patrimonial	66
4 ANÁLISE DOS DADOS	72
4.1 O Discurso sobre o Patrimônio Cultural.....	77
5 PRODUTO EDUCACIONAL.....	101
5.1 O Produto Educacional.....	101
5.2 Validação do Produto Educacional	108
6 CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi fruto de uma paixão nascida em 2010, durante as aulas de História Regional e de Educação Patrimonial do Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Abeu (UNIABEU), localizado no município de Nilópolis na região metropolitana da capital do Estado do Rio de Janeiro.

Nascer e se desenvolver em uma cidade como o Rio de Janeiro, possuidora de um vasto e valioso acervo patrimonial à disposição da população local e dos turistas, certamente, me possibilitou construir um olhar mais sensível e afetuoso para os monumentos, festas, artesanatos e todo e qualquer forma de patrimônio cultural que estudava na graduação em História.

Guardados na memória ficaram os passeios à Quinta da Boa Vista, aos Museus da cidade, ao Centro Histórico do Rio de Janeiro, à Floresta da Tijuca, ao Sambódromo e a tantos outros Patrimônios Culturais que compõem o mosaico urbano da capital carioca e os quais fazem parte das minhas vivências, ora compartilhada com a família, ora compartilhada com os amigos.

No ano de 2012, em decorrência do trabalho, fui transferido para a cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, e nesta cidade continuei a graduação em História, agora na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA).

Morar em Porto Alegre representou um grande desafio e possibilitou também compreender a existência de outras realidades diferentes das vivenciadas no Rio de Janeiro, uma vez que os costumes, a formação histórica, a composição étnica, os problemas, as percepções e os sentido de mundo na Capital dos gaúchos possuíam significativas diferenças em relação ao modo de ser carioca.

As questões que envolviam o patrimônio cultural no Rio Grande do Sul tinham suas especificidades em relação às questões que se apresentavam no Rio de Janeiro, um exemplo, era a forma com que a população e a comunidade acadêmica sul-rio-grandense relacionavam-se com os seus bens culturais, a qual se diferenciava bastante do modo que o carioca e o mundo acadêmico fluminense lidavam com os seus bens culturais.

Era claro que existiam convergências entre a forma de se ver e lidar com o patrimônio cultural no Rio de Janeiro e a forma de se ver e lidar com o patrimônio no Rio Grande do Sul. Contudo, foram as divergências que se ressaltaram e possibilitaram o desenvolvimento de uma visão ainda mais crítica em relação ao fenômeno patrimonial.

Ter vivido no Estado mais setentrional do país por quase cinco anos ampliou a

capacidade de formular problemas, realizar reflexões, compreender a realidade local e desconstruir-se enquanto sujeito e pesquisador, abrindo mão de antigas premissas e preconceitos.

As questões que marcam o debate em torno do patrimônio histórico, tanto no Rio de Janeiro como no Rio Grande do Sul, possuíam bastantes semelhanças, mas também diferenças. Perguntas como: por que preservar? o que preservar? para quem preservar? Como financiar a restauração dos bens culturais? São discutidas intensamente, tanto por cariocas como por sul-rio-grandenses, encontrando, em cada um desses Estados, respostas parecidas, mas também singulares.

Entre essas questões estão as que envolvem o patrimônio cultural e a memória coletiva, uma vez que os bens culturais e a memória coletiva são elementos que constroem as identidades coletivas.

Pensar o patrimônio cultural enquanto um elemento inserido dentro de um sistema de relações de poder demanda compreender que o ato de preservar determinado bem cultural é uma escolha política, a qual termina por revelar as inúmeras tensões, interesses e intrigas existentes entre os diversos atores sociais envolvidos no processo de preservação.

Como o patrimônio cultural é intimamente ligado à memória e às identidades coletivas, as tensões existentes no campo patrimonial se dão, sobretudo, em função de qual memória se deve preservar para construir determinada identidade.

As inúmeras identidades que podemos ter vão se sobrepondo, e a relação entre elas depende de como os diversos elementos que constituem essas identidades se tencionam ou acomodam-se ao longo do processo de formação identitária do indivíduo.

No Rio de Janeiro, por exemplo, as tensões entre a identidade regional e nacional são pequenas, apesar do patrimônio cultural fluminense ser constituídos por bens culturais que na maioria das vezes primam pela herança cultural, principalmente de patrimônios culturais oriundos das elites fluminenses em detrimento do patrimônio cultural que represente a herança popular, negra e indígena no Estado.

Tanto no imaginário carioca como no imaginário do mundo acadêmico fluminense, há um entendimento de que os patrimônios culturais do Estado do Rio de Janeiro simbolizam a História Nacional, e, dessa forma, possuem um valor inestimável, enquanto suporte de memória e suporte de história para o Estado e para o país.

A relação entre identidade regional e identidade nacional, no Rio de Janeiro, se misturam, pois, para a sociedade fluminense, o modo de ser do carioca é a expressão da própria identidade nacional.

Este sentimento, surgiu devido ao Rio de Janeiro ter sido durante muito tempo a capital do país. A História Carioca é, intimamente, ligada à História Nacional, em alguns momentos confundindo-se com a História da Nação. Ainda hoje, a cidade “Maravilhosa” continua sendo o cartão-postal do país no exterior, o que reforça a construção da identidade carioca enquanto identidade nacional.

Esse imaginário é reforçado pelos recentes títulos que a cidade ganhou, como, por exemplo, o de Patrimônio Cultural Mundial, na categoria paisagem urbana, concedido em 2012, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e em 2019, recebeu o de Primeira Capital Mundial da Arquitetura, concedida também pela UNESCO.

O cerne das discussões em torno do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro gira em torno da ausência de representatividade de atores sociais marginalizados ao decorrer da História Carioca.

Entretanto, nos últimos anos os afrocariocas conseguiram projetar parte de sua História e cultura, como: no caso do Cais do Valongo que foi reconhecido como Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), e no ano de 2017, o Cais do Valongo terminou por ganhar o título de Patrimônio Cultural Mundial dado pela UNESCO e, no ano de 2018, por meio da Lei nº 8.105, de 20 de setembro, foi criado o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África, o qual procurou estimular ações educativas, de pesquisa e de turismo, pelos caminhos da diáspora africana no Estado do Rio de Janeiro.

Diante disso, o reconhecimento do Cais do Valongo, a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e a patrimonialização das tradições culturais imateriais de comunidades tradicionais no Estado do Rio de Janeiro simbolizam a concretização das lutas de muitos atores sociais em prol do reconhecimento das suas contribuições históricas e culturais para o Estado do Rio de Janeiro.

Não obstante, aos avanços ainda há questões a serem resolvidas, principalmente no que diz respeito aos bens culturais dos municípios da Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e do interior do Estado, que lutam para que seus patrimônios culturais sejam reconhecidos, valorizados e preservados, e, dessa forma, possibilitar a construção de identidades locais mais fortes.

As muitas identidades que se sobrepõem no cotidiano de um indivíduo podem trazer conflitos, tensões e até mesmo negação. No caso da identidade carioca, sua identidade regional e nacional convivem em harmonia. Isso não é um fato exclusivo do carioca, que

enxerga seu modo de ser como o próprio exemplo de identidade nacional. Em um país como o Brasil, multicultural, a identidade nacional não se resume ao estilo de vida do fluminense, mas assume diferentes formas e expressões por todo o território brasileiro.

No Rio Grande do Sul, a tensão entre identidade local e nacional é mais delineada que no Rio de Janeiro, pois é o resultado das disputas entre diversos atores sociais pela construção e manutenção de uma memória oficial.

A História do Estado do Rio Grande do Sul é muito rica e complexa. O Estado foi colonizado em função dos interesses da Coroa Portuguesa na Região do Prata. Assim, nos primeiros anos da colonização, o Estado refletia a constituição étnica da maior parte do Brasil com a presença do colono português, do negro escravizado e do indígena, aos quais somava-se a um quarto ator social: o hispânico.

O contato com os colonos espanhóis foi marcado por episódios de violência, mas também por trocas culturais e econômicas. De toda forma, esse contato proporcionou o desenvolvimento de uma História e de uma identidade regional singulares.

No século XIX e no início do século XX, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu levadas de imigrantes de diversas nacionalidades, como: alemães, italianos, poloneses, russos, japoneses, ucranianos, croatas e outros tantos. O processo de imigração foi uma iniciativa do governo que procurou povoar áreas no sul do Brasil, produzir alimentos em pequenas propriedades de terra e, em menor escala, promover um branqueamento da população em função da escravidão.

A imigração formou um mosaico de identidades no Estado sulista do Rio Grande do Sul, contudo as antigas elites ligadas à colonização portuguesa não reconheceram a pluralidade cultural do Estado e procuraram forjar uma identidade ligada às antigas estâncias produtoras de charque.

Assim, a imagem do gaúcho foi construída, de modo, a ser a representante da identidade sul-rio-grandense, mas que na verdade tinha pouco a ver com a realidade histórica e empírica. Além disso, um outro aspecto importante foi o estímulo a uma identidade local em detrimento da identidade nacional, graças a uma releitura político-ideológica da Guerra dos Farrapos.

Os Farrapos passaram a representar os ideais gauchescos e seus valores, como força, liberdade, justiça e moralidade, em oposição a um governo central tido como tirânico e injusto. Dessa forma, os movimentos tradicionalistas moldaram uma identidade local ancorada em uma forma muito específica e mistificadora de ver a Guerra dos Farrapos, a qual foi amplamente difundida pela literatura do Estado e, posteriormente, pelos meios de

comunicação contemporâneos.

Em se tratando do patrimônio cultural, principalmente, do imaterial, o movimento tradicionalista procurou criar tradições combinando uma série de elementos históricos e folclóricos, difundindo-os por meio dos Centros de Tradições Gaúchas, com a finalidade de reforçar a identidade local.

Esta imagem cristalizada do gaúcho, construída pelo movimento tradicionalista, contrasta com a pluralidade cultural e com as múltiplas identidades presentes no Estado. Além disso, há uma enorme tensão entre historiadores e o Movimento Tradicionalista em torno daquilo que diz respeito à construção de uma nova memória sul-rio-grandense, ou da manutenção do “*status quo*” dessa memória.

Portanto, foi observando e refletindo a respeito das divergências existentes entre as questões do patrimônio cultural e da identidade, tanto no Rio de Janeiro como no Rio Grande do Sul, que fui formando minha consciência patrimonial, meu olhar e a minha compreensão a respeito desse campo.

Ademais, uma última e importante vivência foi a partir do ano de 2016, já graduado em licenciatura em História, pela FAPA. No ano de 2016 fui transferido, mais uma vez, por motivos profissionais, da cidade de Porto Alegre para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Cidade fronteiriça, a qual se localiza no extremo norte do país, fazendo fronteira com a Colômbia e com a Venezuela.

Estar literalmente no meio da Floresta Amazônica, em uma cidade que é cortada pelo Rio Negro, já é uma experiência fantástica, e, ainda mais, em um município conhecido como “Cabeça do Cachorro”, que tem muitas peculiaridades. A maior parte da população do município é composta por indígenas, há em torno 23 etnias diferentes residindo em São Gabriel da Cachoeira.

Apenas 0,4% da população brasileira é indígena, mas, em São Gabriel da Cachoeira, 95% da sua população é composta por indígenas. Devido a essa característica, no município, além do português, há mais três idiomas considerados oficiais, são eles: o nheengatu, o tucano e o baníua, estando para ser aprovado um quarto, que é o dos ianomâmis.

A cidade permitiu vivenciar de perto a cultura indígena, ou melhor dizendo, as muitas culturas indígenas. O convívio ajudou a compreender os “povos da floresta” e desconstruir preconceitos que se formam devido à falta de contato com o indígena.

Ainda há uma visão romantizada a respeito do índio do Amazonas. Esse nativo que anda nu, que caça pela floresta e realiza rituais estranhos para deuses antigos, contudo, esse imaginário não tem nada a ver com a realidade das diversas etnias que vivem em São

Gabriel da Cachoeira.

Há muitas comunidades espalhadas pelo interior do município, que vivem da agricultura de subsistência e mantêm vivas suas tradições culturais, contudo os índios de São Gabriel da Cachoeira não são apenas agricultores de subsistência, são também: médicos, professores, políticos, militares, enfermeiras, agrônomos, empresários e etc.

Essa dinâmica entre um modo de vida tradicional e um outro mais urbano poderia gerar fortes tensões. No entanto, as etnias indígenas de São Gabriel da Cachoeira, por meio de um movimento dialético, construíram suas identidades mantendo elementos tradicionais e incorporando elementos citadinos em sua composição identitária. Esse hibridismo cultural não resolve os embates e o processo de tensão entre duas culturas, não é um novo elemento que surge da junção entre duas matrizes culturais distintas.

O hibridismo cultural seria, sob esse viés, um processo resultante do choque, do embate. Não se trata de um simples processo de adaptação e resignificação cultural, mas, de uma certa forma, da acomodação destes elementos distintos em um indivíduo. Estes elementos específicos ao longo do processo identitário convivem em certa harmonia até que um evento externo provoque tensões entre eles e um destes elementos se ressalte em relação ao outro.

O exemplo disso, é que o município de São Gabriel da Cachoeira possui a maior reserva de nióbio de todo o mundo, além de ouro e outros metais preciosos. Logo, os conflitos com garimpeiros ilegais são constantes e acabam por colocar em embate essas identidades distintas assentadas no processo de hibridismo cultural.

Segundo a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), os embates entre indígenas e garimpeiros são rotineiros e as comunidades correm sérios riscos de desaparecerem devido ao garimpo ilegal. Além disso, as missões evangélicas, também, colocam em perigo as tradições culturais dos povos indígenas da região e o avanço da tecnologia atinge os mais jovens que começam a se globalizar em detrimento ao seu legado cultural.

Na visão da FOIRN a preservação das línguas indígenas do alto Rio Negro foi de fundamental importância para manter parte de suas culturas vivas, pois a língua é o maior patrimônio cultural de um povo. É por ela que se manifestam determinadas estruturais mentais que só podem ser elaborados e acessadas no interior daquele sistema linguístico.

O patrimônio cultural imaterial do índio do Alto Rio Negro (Região de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel) é riquíssimo. Suas lendas, religiosidade, sua forma de relacionar-se com a natureza, todo esse legado cultural está incorporado nas práticas

cotidianas dos indígenas e tem sua materialidade expressada no Festival Cultural dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro (Festribal).

Os embates provocados pelo contato histórico entre índios e brancos provocaram o processo de hibridismo cultural, no qual foi assentado os elementos identitários das duas culturas, e os quais convivem sem grandes tensões.

A experiência na “Cabeça do Cachorro” chegou ao fim em outubro de 2018. Minha família e eu, nos mudamos para a cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Não irei abordar a constituição identitária do segipano, pois é um tema muito complexo, o qual exige muitas leituras e reflexões e por não dispor de tempo para isso, ficará para um próximo trabalho.

As minhas vivências no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em São Gabriel da Cachoeira formaram o amor, que tenho, aos patrimônios culturais, a minha consciência patrimonial e a compreensão que tenho do campo do patrimônio cultural hoje e são as bases que usei para construir esta dissertação a respeito dos bens culturais.

O Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) representou um grande desafio, pois possuía características bem específicas, como: não exigir um projeto de pesquisa definido durante o processo de seleção.

Além disso, como desenvolver um projeto de pesquisa sem conhecer o que é o Instituto Federal ou compreender a sua realidade e problemas. Aí estava o “X” da questão. Por sorte, um mestrado em educação permite uma abordagem multidisciplinar.

A primeira decisão para a construção de um projeto de pesquisa foi se manter fiel às raízes e não abandonar a formação acadêmica na área de História. Isso significou, na prática, trazer o tema para um dos domínios da História.

O próximo passo foi construir um panorama do que é o IFS a partir das fontes disponíveis, principalmente no seu site, a fim de conhecer os cursos, a perspectiva político-pedagógica, os problemas, a história e as suas necessidades.

No decorrer desta pesquisa preliminar observou que o *Campus* de Aracaju do IFS oferece o curso de Guia de Turismo subsequente (modalidade que se faz após a conclusão do Ensino Médio). Com isso, a ideia para o projeto de pesquisa seria trabalhar com a História, enquanto ciência, no curso de Guia de Turismo subsequente do IFS, *Campus* Aracaju. Mas o que pesquisar exatamente?

Foi realizado uma análise do currículo do curso de Guia de Turismo, na qual se descobriu que o curso de Guia de Turismo subsequente do IFS tinha a disciplina de

Patrimônio Cultural. Isso significava uma interseção entre a História e o Turismo. Estava ali as linhas mestras do projeto de pesquisa que viriam a dar vida a esta dissertação.

Especificamente, o que motivou esta dissertação foi o amor pelo campo do patrimônio cultural, exemplificado no relato da minha trajetória. Mas a motivação deve encontrar uma justificativa, pois um trabalho acadêmico deve ter uma finalidade social e não ser, simplesmente, o objeto do desejo ou amor de um pesquisador.

A dissertação deve cumprir um papel, seja de interferir na realidade social ou auxiliar outros pesquisadores e a comunidade em geral a refletir e construir um conhecimento sobre o tema pesquisado. Nesta perspectiva, deve-se indagar: qual a pertinência de se pesquisar a respeito do patrimônio cultural no âmbito do curso de Guia de Turismo subsequente do IFS?

O campo do patrimônio cultural é muito complexo e não é por acaso que as primeiras linhas desta introdução foram dedicadas a exemplificar parte dessa complexidade a partir da experiência pessoal do autor, partindo dos casos do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de São Gabriel da Cachoeira.

O patrimônio cultural está intimamente ligado à memória e à identidade. Nesse sentido, não há como falar de um sem mencionar os outros dois, foi o que se procurou demonstrar ao inferir as vivências no Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Gabriel da Cachoeira, pois as relações entre as populações e os bens culturais locais exerceram influências diretas na formação das identidades e das memórias regionais distintas uma das outras.

Se no Rio de Janeiro a sobreposição da identidade regional com a nacional ocorreu com certa harmonia, no Rio Grande do Sul houve uma tensão relativa a sobreposição de identidades; e no caso de São Gabriel da Cachoeira, o hibridismo cultural assentou os elementos identitários, evitando tensões entre eles, desde que não haja estímulos externos que coloquem em choque estes elementos identitários.

Outro aspecto importante está relacionado à função memorial do patrimônio cultural, sintetizada na expressão “Lugares de Memória”, cunhada por Pierre Nora (1993). Nesta perspectiva, os bens materiais funcionam como suportes de memória, trabalhando e mobilizando a memória coletiva por meio dos sentimentos e da afetibilidade, ressoando um passado selecionado de forma a preservar a identidade de uma comunidade, seja ela religiosa, étnica, tribal, familiar ou nacional.

O patrimônio cultural é indissociável da identidade e da memória, coletiva e refletir sobre estes dois aspectos é de fundamental importância para compreender a essência dos povos e das suas culturas. Contudo, é necessário lembrar que a formação da identidade e

da memória coletiva, muitas vezes, nascem das diversas disputas políticas entre os atores sociais, incluindo as referentes aos bens culturais.

Um outro aspecto importante diz respeito ao patrimônio cultural enquanto legado da humanidade, e, neste sentido, refletir sobre a salvaguarda dos bens culturais é uma questão extremamente relevante.

O tombamento não garante a preservação do patrimônio cultural, como reforça a publicação da “European Commission” (2019), organizado pelos doutores Neil Brodie e Donna Yates, os quais estipulam que anualmente o tráfico ilegal de bens culturais rende cerca de 6,3 bilhões de dólares¹. Dessa forma, peças de sítios arqueológicos, históricos e obras de arte são roubadas dos seus países de origem e terminam nas coleções particulares de milionários longe do grande público.

Quando o Estado Islâmico invadiu partes da Síria e do Iraque destruíram incontáveis patrimônios históricos, como: os sítios históricos da cidade de Hafra, o templo de Baal-Shamin, construído por volta do século II e localizado na cidade Síria de Palmira, considerado Patrimônio Mundial da Humanidade, o Mosteiro do Mártin Elian, construído há mais de 1500 anos, na cidade Síria de Al-Qaryatain, e a Grande Colunata de Apameia, erguida pelo Rei Seleuco I Nicátor, e que na Era Cristã virou um importante centro de estudo e filosofia. Ao todo, 13 sítios arqueológicos foram destruídos.

De acordo com Juliana Silva Pavan (2019), a globalização é um outro problema, tanto para os bens culturais intangíveis quanto para os bens culturais tangíveis, ameaçando, respectivamente, a diversidade dos bens culturais intangíveis, devido à homogeneização imposta pela globalização, e os tangíveis por causa do turismo de massa.

No Brasil, o governo do Presidente Jair Bolsonaro vem promovendo o sucateamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nomeando para o comando-geral da autarquia e de suas superintendências regionais pessoas não capacitadas e fora dos quadros técnicos do IPHAN. O que representa grande risco para o Instituto e, conseqüentemente, para o patrimônio cultural brasileiro.

Por fim, considerando que é necessário que a pesquisa tenha relevância, senão para o público em geral, pelo menos para os guias de turismo e para os turismólogos, que têm nos bens culturais uma espécie de matéria-prima para a sua prática profissional, pensar a respeito das questões do patrimônio cultural oferecerá ferramentas a estes profissionais a realizarem uma reflexão crítica sobre sua relação profissional com os bens culturais.

1 Dados retirados da publicação da “European Commission” (2019), em <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d79a105a-a6aa-11e9-9d01-01aa75ed71a1>>, acesso em 29 de dezembro de 2021.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo cultural, que tem como base o interesse do turista na diversidade cultural dos povos, corresponde a 37% das modalidades de turismo praticadas anualmente. Nesta lógica, a formação do guia de turismo, no que se refere ao patrimônio cultural, deve extrapolar um conteúdo meramente voltado para o mercado, apropriando-se de uma perspectiva omnilateral², a qual permita o olhar para o patrimônio cultural dentro do seu contexto histórico, social, político-ideológico e econômico.

Diante disso, ressalto que o foco da pesquisa é o patrimônio cultural, ainda que boa parte dos dados tenha sido coletada entre guias de turismo, docentes de outras instituições que não o IFS e discentes do curso de Guia de turismo, não foi a intenção compreender a profissão de guia de turismo ou a sua formação de maneira mais ampla, mas sim entender a relação do guia de turismo com o conhecimento referente ao patrimônio cultural.

Neste sentido, o problema que orienta a pesquisa é: qual a perspectiva político-ideológica do tema patrimônio cultural na formação e prática profissional do Guia de turismo em Sergipe?

Os objetivos desenvolvidos nesta dissertação (tanto o geral como os específicos) foram os seguintes:

Objetivo geral – Comparar a concepção político-ideológica do conteúdo de patrimônio cultural durante a formação e prática profissional dos Guias de turismo formados pelo Instituto Federal de Sergipe com a concepção político-ideológica dos professores e pesquisadores de outras instituições. Com isso, desenvolver um Produto Educacional, no formato de livro digital.

Objetivos específicos – 1) Examinar o tema patrimônio cultural a partir de uma perspectiva omnilateral; 2) Analisar os relatos de professores de outras instituições a respeito do tema patrimônio cultural, assim como, os relatos de guias de turismo em formação ou inseridos no mercado de trabalho a respeito do mesmo tema e 3) Comparar a concepção político-ideológica de professores de outras instituições de ensino com as concepção político-ideológica tanto de Guias de turismo formados pelo IFS como de Guias de Turismo em processo de formação pela mesma Instituição.

Um ponto importante a ser esclarecido nesta dissertação é a concepção de

2

O que é relativo a todo os lados ou dimensões. Na perspectiva dos Institutos Federais, significa que o aluno (a) será formado para analisar, compreender e criticar todos os aspectos da vida: sejam eles, políticos, culturais, sociais, históricos, científicos, econômicos ou qualquer outros. O homem omnilateral é aquele capaz de posicionado no mundo compreender tudo o que está a sua volta, e assim, se desejar, intervir na sua realidade social, cultural e política.

ideologia que adotei. Partiu da abordagem marxista encontrada no dicionário de Ciências Humanas de Jean-François Dortier, a qual define ideologia como o conjunto das representações, dos ideais e dos valores próprios de uma classe ou grupo (DORTIER, 2010, p. 287)

A dissertação está dividida da seguinte forma: introdução, quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo abordará a metodologia empregada na construção e no desenvolvimento da pesquisa. É neste capítulo que serão esmiuçados os procedimentos metodológicos escolhidos e que compõem o passo a passo desta investigação.

O segundo capítulo pretende discutir as questões pertinentes ao campo do patrimônio cultural a partir da perspectiva omnilateral, ou seja, se propõem a investigar todos os aspectos que envolvem a questão patrimonial.

Ademais, o capítulo foi dividido em cinco tópicos para facilitar a leitura e o seu entendimento. Desta forma, partiu-se dos trabalhos de Françoise Choay (2006) e Pedro Paulo Funari junto com Sandra Pelegrini (2009) para analisar o desenvolvimento histórico do conceito de patrimônio cultural, e assim compreender a ascensão do fenômeno patrimonial na contemporaneidade, entendendo o seu desenvolvimento e a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

O segundo tópico reflete a respeito das implicações do neoliberalismo sob os bens culturais. Para isso, adotou-se a premissa marxista, a qual diz que a estrutura econômica forma a consciência dos sujeitos, e, conseqüentemente, as relações entre patrimônio cultural e os indivíduos são construídas a partir das ideologias disseminadas pela classe dominante que alimenta e retroalimenta o sistema econômico dominante.

Para auxiliar a compreensão da relação entre capital e patrimônio cultural, dialogou-se com um conjunto de autores marxistas, como: Noam Chomsky (2002), David Harvey (2011), Karl Marx (2013), Karl Polanyi (2016), Christian Laval e Pierre Dardot (2016), Xabier Montoro (2016); além disso, as contribuições de Nildo Viana (2018) e Villares (2018) ajudaram a integrar o materialismo histórico à dimensão cultural, possibilitando, assim, a ponte entre o universo econômico e o universo simbólico, que foi de fundamental importância para as reflexões e análises realizadas nesta dissertação.

O segundo tópico intencionou compreender a estrutura econômica, na qual se assenta o patrimônio cultural, e a partir desta perspectiva como se relaciona com outros elementos, como: memória, identidade, territorialidade e ideologia.

O terceiro tópico aprofunda o olhar para a memória, a identidade, a territorialidade e a ideologia, pois tem como finalidade compreender os aspectos relacionais entre estes

elementos e o patrimônio cultural.

No que diz respeito à identidade e à memória, utilizei as contribuições de autores, como Pollack (1992); Nora (1993); Candau (2011); Silva Junior e De Oliveira (2018), que discutiram as relações entre memória, identidade e patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões, demonstrando a ligação íntima entre os elementos deste tripé.

Já, Santos (2008), Madella, Castilho & Santos (2012) e Picheth & Chagas (2018) trouxeram as questões que ligam o território ao patrimônio cultural e como essas ligações constituem sentimentos de identificação entre comunidades e grupos.

A questão que envolve patrimônio cultural e ideologia é tratada por Choay (2011) e por De Siqueira & Dias (2013), os quais desnudam os interesses dos diversos atores sociais em torno do patrimônio cultural.

O quarto tópico reflete a respeito do liame entre patrimônio cultural, guia de turismo e turismo. Neste sentido, contribuem autores, como Chimenti & Tavares (2013); Pazini, Braga & Gandara (2009), que ajudaram a compreender o que é a profissão de Guia de turismo, assim como suas principais atribuições.

Em seguida, é apropriado a este debate ressaltar os ensinamentos de Ricardo Antunes (1999) e Virgínia Fontes (2017), os quais abordaram as questões referentes à precarização do trabalho e os seus desdobramentos.

Entre os autores que abordam as questões pertinentes ao Turismo e ao Turismo Cultural, iluminando o caminho para a compreensão do que é essa atividade econômica, estão autores como Peciar (2005) e Borges (2015), e realizando um contraponto ao Turismo de massa, tem-se os trabalhos de Maldonado (2009) e Ferreira (2020), que abordam a temática do Turismo Comunitário como alternativa à massificação da atividade turística.

Na relação do patrimônio cultural com o turismo, debateu-se com autores, como Meneses (2013) e Macedo e Aragão (2011), que pensam a História como mediadora entre patrimônio cultural e turismo. Além disso, trabalhos como o de Ferko (2009), que analisou o empreendedorismo cultural naquilo que tange o patrimônio cultural, ou seja, as possibilidades do patrimônio cultural enquanto produto turístico auxiliou na compreensão da relação econômica do turismo com os bens culturais.

O quinto tópico tem como objetivo fechar o capítulo que procurou ter na perspectiva omnilateral o seu norte. Neste sentido, procurou-se compreender como o campo patrimonial pode ser debatido de forma ampla, tendo em vista suas múltiplas determinações.

Para isso, foi necessário pensar sobre um modelo educacional que proporcione as condições de aplicação da omnilateralidade. Nesta perspectiva, foi que se procurou

compreender a ideia de Educação Integral e Politécnica, até porque o aluno do curso de Guia de turismo do IFS estuda nessa perspectiva educacional. Portanto, compreendê-la é essencial para entender sobre qual aspecto o conteúdo de patrimônio cultural é transmitido ao discente da turma.

Por conseguinte, entende-se que a educação patrimonial pode contribuir com a educação integral, principalmente, no âmbito do curso de Guia de turismo. Partindo dessa premissa, procurou-se compreender em que pontos e aspectos a educação patrimonial auxilia a educação integral.

Para ajudar nesse processo de compreensão da Educação Integral, dialogou-se com alguns autores, como Saviani (1989), Frigotto (1995), Ciavatta (2009), Ramos (2010), que são indispensáveis para entendermos o que é Educação Integral e Politécnica, uma vez que trabalham com as categorias, os conceitos e os aspectos fundamentais da concepção de ensino integral.

A respeito da educação patrimonial buscou-se a contribuição de pesquisadores e autores, como Horta, Grunberg e Monteiro (1999), responsáveis por introduzir a educação patrimonial no Brasil. Além disso, também foi utilizado as contribuições de Zanon, Magalhães e Branco (2009), que refletiram sobre a teoria e a prática da Educação patrimonial a partir de uma práxis crítica e voltada para os bens culturais locais.

No que tange à relação do turismo com a educação patrimonial, temos o trabalho de Gomes, Santos, Vasconcelos Aragão, Britto e Andrade (2015). Já o de Melo e Cardozo (2015) dialogaram sobre como a educação patrimonial aplicada à atividade turística pode contribuir para a preservação dos bens culturais.

Em relação à salvaguarda e à proteção do patrimônio cultural, os trabalhos de Alencar (2017) nos ofereceu uma compreensão geral dos aspectos que envolvem a proteção dos bens culturais, e, assim como, Freitas e Guimarães (2017) os aspectos gerais do tombamento e da preservação da herança cultural.

O terceiro capítulo tem como finalidade apresentar os resultados da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa.

Analisei os dados, levando em consideração dois aspectos: as implicações do neoliberalismo sobre a formação e a atuação profissional do guia de turismo, e a partir dos relatos de professores oriundos de outras instituições, alunos do curso de Guia de turismo do e guias de turismo de em Sergipe. O sentido da análise de dados foi identificar qual a perspectiva que orienta a relação dos profissionais da área turística, citados acima, com o patrimônio cultural e comparar com a perspectiva identificada no discurso dos professores de

outras instituições.

Tendo como base o materialismo histórico dialético, os dados foram analisados de acordo com as prerrogativas da análise do discurso francesa, na perspectiva de Michel Pêcheux (2014).

O quarto capítulo é destinado a abordar o desenvolvimento e a validação do Produto Educacional oriundo desta pesquisa, que foi construído tendo como base as contribuições dos guias de turismo e dos discentes do Curso subsequente de Guia de turismo do IFS, *Campus Aracaju*.

O Produto Educacional desenvolvido foi um livro digital, o qual foi dado o título de “Patrimônio cultural em destaque: trabalhando os conteúdos de bens culturais na formação do guia de turismo”; e tem como finalidade promover reflexões, auxiliar na formação crítica do guia de turismo, assim como fornecer ferramentas práticas para o seu exercício profissional.

Neste sentido, desenvolveu-se o Produto como um instrumento de intervenção na relação entre guias de turismo e o patrimônio cultural, possibilitando, desta forma, não apenas a aquisição de um olhar crítico do guia de turismo para os bens culturais, mas também auxiliando na construção de uma atitude profissional cada vez mais ética, em consonância com os ideais da formação omnilateral e humanística.

A validação do Produto foi realizada por seis indivíduos selecionados entre os guias de turismo e docentes. Para isso, os avaliadores tiveram que responder a um questionário com quatro questões que abordaram aspectos quanto ao layout do produto, relevância do tema para o curso, impacto do produto sobre as aulas de patrimônio cultural e sobre a contribuição do produto na prática profissional do guia de turismo.

Por último, serão realizadas as considerações finais da pesquisa, nas quais incluem uma rápida síntese do que foi trabalhado ao longo da dissertação, como a interpretação dos dados coletados e analisados e os apontamentos sobre quais os caminhos que o ensino sobre o patrimônio cultural pode tomar no curso subsequente de Guia de turismo do IFS.

2 METODOLOGIA

Este capítulo abordará a metodologia que foi empregada durante a realização da pesquisa. Nesse sentido, será apresentado um panorama das balizas metodológicas que auxiliaram a elaboração e o desenvolvimento do trabalho, assim como os principais aspectos que marcaram o percurso percorrido para a construção desta dissertação.

2.1 Enfoque

O enfoque escolhido para esta pesquisa foi o qualitativo. A escolha se deu pela busca da interação entre pesquisador e pesquisados, que teve como finalidade revelar as subjetividades dos atores sociais envolvidos na investigação.

Essas subjetividades são captadas por meio das interpretações, significações e ressignificações que cada sujeito faz do tema abordado nesta dissertação. Por este motivo, a metodologia utilizada deve estar em consonância com os pressupostos de uma pesquisa aplicada.

A escolha da pesquisa qualitativa implicou nas decisões a respeito dos procedimentos técnicos, do método de abordagem, do método de procedimento, das técnicas de coleta e da análise de dados, os quais devem ajustar-se aos pressupostos de um trabalho com esse tipo de enfoque.

A participação dos pesquisados numa pesquisa com enfoque qualitativo extrapola a simples observação, permitindo, no estudo, a interpelação de atitudes, crenças, valores, interações e significados por meio das técnicas de coletas propostas. Diante disso, Cardano (2017) explica que a interação entre os sujeitos e o pesquisador se apresenta com bastante clareza na pesquisa qualitativa. Assim, diz:

A interatividade mostra-se de forma particularmente nítida nas técnicas de pesquisa mais usadas, principalmente a observação participante, a entrevista discursiva e o grupo focal. O uso dessas técnicas pressupõe que o pesquisador prossiga na observação e na interlocução coordenando os próprios movimentos com os das pessoas que participam do estudo. Esses movimentos e também aqueles mínimos que se registram na interação entre entrevistados e entrevistador, são em grande parte imprevisíveis, impondo ao pesquisador a disciplina da flexibilidade (CARDANO, 2017, p. 27).

É importante na realização da pesquisa coordenar as estratégias de interlocuções e

observação, as quais devem se adequar às características dos sujeitos aos quais se aplicam. A forma de conduzir uma entrevista ou de participar de uma interação social como observador mudará ao alterar o contexto, de forma, por vezes, dramática. Diante desse cenário, o pesquisador deve entender que a pesquisa qualitativa exige flexibilidade defronte às situações encontradas.

Manter a cientificidade é essencial, dessa forma, a flexibilidade inerente à investigação qualitativa não deve afastar os rigores científicos exigidos em um trabalho acadêmico.

Há riscos de o pesquisador perder o foco do seu objeto de pesquisa. Isso ocorre quando o pesquisador se deixa envolver pelas informações dos pesquisados, desviando os rumos da investigação.

Particularmente, durante a realização desta pesquisa, foi imprescindível manter a coordenação das interações com os entrevistados, permitindo certa flexibilidade, mas mantendo-se nos trilhos, e, assim, evitando-se perder o foco durante a pesquisa e sacrificar a cientificidade necessária a uma dissertação de Mestrado.

O campo patrimonial é muito extenso e abarca inúmeras dimensões, ainda mais quando se procura por uma abordagem omnilateral. O desafio, por tanto, dentro desta proposta, foi não ser prolixo à medida que as informações das entrevistas iam se desenrolando, procurando a manutenção da objetividade.

Oliveira (2016) alerta para a urgência de todos os desdobramentos de uma pesquisa qualitativa serem marcados por delimitações metodológicas muito precisas e análises descritivas que devem estar presentes desde o início do trabalho. Assim, prescreve:

Para se fazer uma pesquisa dentro de uma abordagem qualitativa, é preciso delimitar espaço e tempo ou, mais precisamente, faz-se necessário o corte epistemológico para realização do estudo segundo um corte temporal-espacial (período, data, lugar). A análise descritiva é recomendável desde a definição do objeto de estudo, passando pela delimitação do lugar, tempo, revisão de literatura e coleta de dados. (OLIVEIRA, 2016, p. 39).

Por consequência, o objeto de pesquisa desta dissertação é a perspectiva político-ideológica do tema patrimônio cultural na formação e na prática profissional do guia de turismo em Sergipe.

A pesquisa se dá no âmbito do curso de Guia de turismo subsequente do Instituto Federal de Sergipe, de Ciência e Tecnologia, *Campus* Aracaju, e procurou compreender a concepção político-ideológica sobre o tema patrimônio cultural no curso citado e as concepção político-ideológica na prática dos guias de turismo formados na supracitada

instituição, assim como o conflito entre a perspectiva omnilateral e a perspectiva neoliberal em torno do tema patrimônio cultural.

A literatura consultada abrangeu livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos, sendo consultados conteúdos que tratavam do patrimônio cultural; da identidade e memória; do sistema econômico; do trabalho; da educação integral; da educação patrimonial; do currículo; do turismo cultural e comunitário e da profissão de guia de turismo. No que tange à produção nacional sobre a perspectiva político-ideológica do tema patrimônio cultural na formação e na prática profissional do guia de turismo, foi pesquisado e constatado junto ao banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Plataforma Sucupira que não há Teses ou Dissertações abordando, especificamente, a questão do ensino sobre o patrimônio cultural no curso de Guia de turismo.

No geral, os trabalhos encontrados procuraram debater os aspectos profissionais da profissão de guia de turismo e não os relacionados à formação do guia de turismo. Por conseguinte, a pesquisa traz um recorte de cunho pedagógico, corrobora com materiais que já estão disponíveis em TCCs, Artigos Científicos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Contudo, mostra-se inédita, pois aborda aspectos da formação do guia de turismo que não foram explorados pela literatura consultada. Nisso, reside a singularidade dessa dissertação.

Para compreender o objeto de pesquisa, respondendo com isso o problema deste trabalho, estruturou-se a investigação com a finalidade de compreender o que é debater o patrimônio cultural na perspectiva omnilateral. Com essa premissa, situou-se os bens culturais numa base econômica e a partir daí buscou-se entender como se dá as relações entre patrimônio cultural com as suas diversas interfaces.

Compreender a atividade do guia de turismo também foi uma tarefa importante. Posto isso, além de entender a profissão do guia de turismo foi analisado como o atual cenário econômico interfere na ação profissional do sujeito que trabalha com turismo e como isso interfere na sua interação com os patrimônios culturais. Procurou-se também conhecer os aspectos da educação integral e politécnica, na qual o aluno do curso de Guia de turismo está inserido no Instituto Federal de Sergipe.

Após compreender o que é discutir o patrimônio cultural em uma perspectiva omnilateral, a interação entre guias e o patrimônio cultural e os aspectos da educação integral e politécnica, na qual o aluno do curso de Guia de turismo está inserido, analisou-se os depoimentos de quatro profissionais de turismo inseridos no mercado de trabalho e de vinte e

noventa discentes do curso de Guia de turismo subsequente do Instituto Federal de Sergipe, *Campus Aracaju*, com a finalidade de reconhecer qual concepção político-ideológica orienta o conhecimento e o envolvimento desses atores sociais com os patrimônios culturais.

2.2 Procedimento Técnico

Referente ao procedimento técnico, utilizou-se uma combinação de pesquisa exploratória/descritiva. Segundo Gil, a pesquisa exploratória “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (2008, p. 44). Já a pesquisa descritiva, segundo o mesmo autor, “têm como abjetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (2008, p. 45).

Nesta pesquisa, procurei esclarecer como se aborda a temática do patrimônio cultural em uma perspectiva omnilateral e estabelecer as relações existentes entre o fenômeno patrimonil e o guia de turismo. Desta forma, os dois procedimentos técnicos adotados mostraram-se satisfatórios para os resultados, aqui, obtidos.

2.3 Método de Abordagem

Como método de abordagem usaremos o dialético, que, segundo Gil (2008), é aquele com a capacidade de fornecer uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois enxerga, na sua concepção teórica, que os fatos sociais não podem ser compreendidos isoladamente e abstraídos das suas influências políticas, econômicas, culturais e históricas.

Para a utilização desse método, compreendemos a realidade como um movimento, um constante diálogo produzido pelos seus atores em suas múltiplas dimensões, e tendo na história o seu processo formativo. A dialética procura superar a simplicidade do pensamento binário e as explicações reducionistas sobre os fenômenos sociais, procurando construir respostas holísticas dos temas investigados e da posição corroborada por Oliveira (2016), a saber:

Afinal, em se tratando de pesquisa, o que vem a ser o método dialético? Para dar esse conceito é preciso registrar que a dialética nos fornece os fundamentos para fazermos um estudo em profundidade, visto que o método dialético requer o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade. Nessa perspectiva, queremos dizer que, em pesquisa qualitativa, além de ser recomendável a utilização dos fundamentos dialéticos, é preciso ter uma visão

holística e sistêmica da realidade em estudo (OLIVEIRA, 2016, p. 53).

É preciso analisar um objeto de estudo em sua profundidade, isso significa que os processos históricos, as conjunturas sociais e econômicas, assim como as dimensões da vida cotidiana devem ser analisadas em uma totalidade, ou seja, de forma holística.

Definir o método de abordagem como dialético não é o suficiente, pois há alguns tipos de dialética, como: Socrática, Platônica, Aristotélica, Hegeliana e a Materialista Histórica. Por conseguinte, nessa dissertação, usaremos o Materialismo Histórico dialético.

A dialética materialista foi proposta por Karl Marx, formulando-a da seguinte maneira: consiste na contraposição entre uma tese e uma antítese (tese contrária), que formam uma síntese (conhecimento novo). As bases da dialética de Marx se encontram no concreto, ou seja, na materialidade das coisas. Assim, para Karl Marx, a história da humanidade dá-se por sua produção material, e que essa produção material é que compõe o mundo objetivo das relações.

O método de Karl Marx exige árduos esforços para a compreensão da realidade social, a qual deve ser analisada levando sempre em consideração o seu contexto histórico. Engels, por sua vez, chamou a atenção para a importância de analisar todos os detalhes dos fenômenos sociais estudados, tomando cuidado, assim, com as simplificações que procuram encontrar explicações dos fatos sociais pela simples aplicação do “método de Marx”. Diz Engels que a:

Concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...]. É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições da existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhe correspondem (MARX-ENGELS, 2010, p. 107).

A teoria de Marx não é engessada, ou se resume à aplicação de um método onde os objetos de investigação devam se enquadrar perfeitamente. O conhecimento sobre o objeto é alcançado por meio de um exercício reflexivo do pesquisador, que, ao indagar o objeto, extrai dele os dados que lhe cabem.

O objeto concreto tem sua existência, independe do desejo e do conhecimento do pesquisador. Apresentando-se em um primeiro momento como algo pouco conhecido, ou desconhecido. Logo se torna necessário a realização de um exercício mental, que possibilite a compreensão do fenômeno estudado. Assim, Netto explica que:

Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outros elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, abstrações que remetem determinações as mais simples. Este foi o caminho, ou se se quiser o método (NETTO, 2011, p. 42).

O conhecimento é produzido por meio de uma abstração, que, segundo Karl Marx (2013), é um recurso indispensável para o pesquisador, pois a ação de abstrair retira do objeto abstraído as suas determinações mais concretas, até chegar as determinações mais simples. Com isso, o elemento abstraído torna-se “abstrato” e é possível entender a realidade concreta, uma vez que ela é a “síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso”, que é própria de toda totalidade.

Ao analisar a abstração dialética, Viana (2007) a caracteriza por usar alguns procedimentos. Nas palavras do autor:

a) realiza a passagem do concreto indeterminado ao concreto determinado através da exposição de suas relações e determinações; b) coloca em evidência o aspecto essencial no interior da totalidade e analisa a sua forma de determinação sobre os demais aspectos e possibilita a percepção da ação recíproca; c) analisa os aspectos da totalidade de forma articulada, ou seja, sem autonomizá-los (VIANA, 2007, p. 107).

O método dialético de Marx sempre sairá do concreto para a abstração, voltando ao concreto, mas agora o pesquisador compreende a totalidade do objeto pesquisado. Corroborando com a assertiva de Marx, a consciência humana se dá a partir do mundo material, ou seja, é o mundo material que forma nossa consciência e não ao contrário.

Portanto, a forma como se construiu esta dissertação e as análises dos dados nela levantados partiram de uma base concreta para pensar o patrimônio cultural em suas muitas relações e determinações, o que se verá com mais detalhes no próximo tópico.

2.4 Método de Procedimento

São procedimentos que constituem etapas mais concretas da pesquisa com a finalidade de explicar objetos menos abstratos. Por consequência, o método de procedimento relaciona-se com as fases da investigação e não com o seu plano geral.

Dito isso, optou-se pelo método histórico, o qual coloca os dados sob uma perspectiva histórica por meio de três passos: a comparação do conjunto dos elementos que existem hoje com suas origens históricas; a comparação das formações anteriores que eram precursoras do

que há na atualidade; e o acompanhamento da evolução dos objetos pesquisados pela história.

Ao olhar o passado precisa-se de um paradigma histórico que revele os detalhes e as especificidades do período histórico investigado. Para esta pesquisa, escolheu-se o Materialista Histórico como paradigma histórico.

Para o historiador José de Assunção Barros (2011), o Materialismo Histórico é uma teoria da História, que no seu núcleo mínimo há três fundamentos (Dialética, Materialismo e Historicidade) e três conceitos incontornáveis (“praxis”, “luta de classes” e “modo de produção”).

São esses fundamentos e conceitos que serviram como lentes na interpretação dos fatos e fenômenos sociais do passado estudados nesta pesquisa. O conceito de modo de produção, por exemplo, é de onde partiu-se para compreender o patrimônio cultural.

O patrimônio cultural insere-se na complexa rede de relações econômicas, políticas e sociais, que se passa sob a infraestrutura econômica, ou seja, sob o Capitalismo. A partir desta premissa, compreende-se que as múltiplas interações, as quais os bens culturais cotidianamente se envolvem, são afetadas por essa estrutura e que a consciência das questões que envolvem o patrimônio cultural é construída pelas contradições existentes no sistema.

Toda essa teia de interações se passa na cotidianidade. É nela que o sujeito histórico exerce suas atividades práticas e com isso constrói a História. No cotidiano, o conhecimento não se dá ao homem de forma natural, é preciso um esforço da mente humana na tentativa de compreender a realidade a sua volta. É para este esforço que Kosik (1976) chamou a atenção quando disse que “a dialética trata da coisa em si. Mas a coisa em si não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar a sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um “*détour*”³ (KOSIK, 1976, p. 13).

Em uma pesquisa que tem como tema o patrimônio cultural e o método de procedimento histórico, em uma perspectiva materialista histórica dialética, se faz necessário pensar em um conceito de cultura que dialogue com este paradigma histórico. Dessa maneira, enxergar a cultura sob a perspectiva materialista é entender que em cada sociedade há um modo de produção dominante e uma forma de cultura específica ligada à estrutura econômica que garante a produção e a reprodução da vida material.

Nesta dissertação utilizou-se o entendimento de cultura pelo Materialismo Histórico a partir da leitura de Nildo Viana, o qual enxerga na sociedade o conjunto das relações sociais, incluindo os modos de produção e as formas sociais.

A palavra francesa *détour* em português significa desvio, mas Kosik (1976) utiliza o termo para ilustrar o caminho que o Método Dialético desenvolvido por Marx faz para compreender a coisa estudada.

O modo de produção que domina uma sociedade constitui uma cultura que lhe é correspondente, assim, o modo de produção capitalista gera a cultura capitalista, que, por sua vez, gera um Estado capitalista, e, como o Estado, em qualquer sociedade, é uma relação de dominação de classe ou uma “associação da classe dominante” para fazer valer seus interesses de classe (MARX; ENGELS, 1982). A cultura, portanto, é o conjunto das produções intelectuais, e, assim como o Estado, assume formas diferentes em sociedades diferentes, podendo ser um Estado escravista ou capitalista, a cultura também se arroga de distintas formas (VIANA, 2018).

A cultura, assim como o Estado, não só corresponde a determinado modo de produção, como também o reproduz e reforça. A cultura tem um papel de regular as relações sociais, já que não deixa de ser expressão das elites de cada período histórico coagindo seus membros a seguirem a ideologia dominante.

Nildo Viana entende que o método dialético e o materialismo histórico não criam modelos que buscam encaixar a realidade, mas sim visam constituir recursos mentais para expressar a realidade. Sendo assim, o método dialético é uma ferramenta intelectual e o materialismo histórico é uma teoria, tendo ambos como objetivo captar a realidade em suas múltiplas determinações e historicidade. Portanto, com base na leitura de Viana, a cultura pode ser compreendida como

Um fenômeno real, algo concreto. Enquanto fenômeno real, o seu conteúdo pode ser verdadeiro ou falso. Independente de ser falso ou mera ficção, como no caso da arte, é algo existente, que, como já dizia Korsch (1977), é parte da realidade e uma das determinações dela. Assim, é útil distinguir entre o real-material (o mundo dos objetos materiais e das relações sociais concretas) e o real-ideacional, o mundo das ideias (VIANA, 2018). A crença em vampiros é falsa, mas é algo que existe, é um fenômeno real-ideacional. A crença existe, mas inexiste o que ela diz existir, os vampiros. Porém, a crença em vampiros é real e mobilizadora, gerando ação por parte dos indivíduos que acreditam neles e a partir dela atuam sobre o resto da realidade. O real-ideacional é o reconhecimento da existência das ideias e de seu caráter ativo, o que não significa aceitar a veracidade de seu conteúdo (VIANA, 2018, p. 18).

O materialismo histórico, como ferramenta teórica, situa a cultura em uma base material, entende-se o que é um fenômeno real, concreto e que integra um fenômeno social específico, que é o resultado de um conjunto de relações sociais.

O patrimônio histórico é parte disso, quando o vemos como um fenômeno social, o cultural é um elemento integrante do processo de apreensão do objeto. Nesta perspectiva, Villares (2018) analisa os bens culturais a partir de uma ótica materialista histórica, na qual a autora põe que

A sociedade é constituída e constituinte da cultura. O materialismo cultural é, antes de tudo, um conceito político, assim como o conceito de patrimônio cultural. Por isso, o patrimônio cultural não pode ser tratado como mero objeto, também não é um conjunto de objetos que formam uma coleção e nem uma propriedade privada. Dentro de uma tradição cultural marxista, devemos buscar a natureza do fenômeno através de sua essência [...]. Dessa forma, estamos buscando as relações sociais das práticas que foram alienadas dentro de uma organização social formada intencionalmente pela cultura dominante e as verdadeiras condições dessas práticas que formam os componentes do patrimônio cultural. Em muitos casos, patrimônio e passado adquirem uma certa identidade, mas em qualquer período, inclusive no presente, temos a capacidade de ordenar, incorporar e representar certos significados e valores permitindo ou negando o patrimônio a cumprir sua função com grande eficácia e poder. O patrimônio contribui, de certa forma, para a efetivação da cultura dominante e é um dos mecanismos centrais de articulação. Porém, mesmo a cultura dominante controlando a cultura emergente e alienando suas práticas, o patrimônio deve buscar as relações sociais e as verdadeiras práticas que formam o patrimônio cultural. Assim, no tecido social nos relacionamos com as práticas vistas como intencionais e cabe ao patrimônio cultural apresentar distinções e diálogos (VILLARES, 2018, p. 6-7).

Aquilo que se preserva ou não é o resultado da luta de classes, ou melhor, da luta cultural entre as classes. Por isso, olhar o patrimônio cultural é atentar para a dimensão política envolvida na questão patrimonial, enquanto lugar de memória. Os bens culturais, segundo Villares (2018) são materiais simbólicos, uma vez que se realiza sobre algo que é concreto e tangível, seguindo convenções e formas, as quais são históricas e sociais.

Associado a um espaço, as relações do patrimônio cultural com os fatos sociais se integram, enquanto lugar de memória, para auxiliar na articulação das forças sociais com as práticas. As relações sociais, políticas e econômicas concretas contêm contradições e variações fundamentais e fazem parte de um processo dinâmico.

No decorrer desta dissertação, analisamos o patrimônio cultural, tendo como suporte o método dialético e o materialismo histórico. Isso significa refletir sobre as questões do patrimônio cultural, levando em consideração o conjunto de relações sociais, as quais os bens culturais se integram.

2.5 Técnicas de Coleta

As técnicas de coleta são instrumentos que têm por finalidade extrair os dados empíricos disponíveis em campo. Sendo parte da pesquisa participativa, elas medeiam a interação entre pesquisador e pesquisados.

Nesta pesquisa, utilizou-se, como meio para coletar os dados, as entrevistas de história oral temática que correspondem a um conjunto de procedimentos, que tem como característica, entre outras, utilizar a memória como porta de acesso à história do indivíduo,

ao seu mundo simbólico e à sua subjetividade; e também o questionário aplicado, a partir da Plataforma Socrative.⁴

Dessa forma, constitui-se como um importante instrumento de coleta de dados qualitativos, pois permite ao pesquisador interagir com os participantes da pesquisa, por meio de um conjunto de procedimentos planejados de forma semiestruturada com grande flexibilidade.

A História Oral, inicialmente, foi utilizada por um grupo de sociólogos ligados à Universidade de Chicago. De lá para cá, a História Oral foi apropriada por muitas outras disciplinas, recebendo inúmeras definições. Entre essas interpretações, destaca-se, para este estudo, a de Meihy e Holanda (2011), a saber:

A História oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosos, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 81).

Carvalho (2020) acrescenta que a História Oral temática procura, a partir da vida do entrevistado, as vivências referentes ao objeto de pesquisa da investigação. Assim, diz:

Em se tratando da História Oral Temática, busca-se, a partir de um assunto específico, a narrativa de um entrevistado sobre evento definido, preestabelecido. Os detalhes da vida do narrador e as experiências pessoais adquirem interesse à medida que revelam aspectos vinculados à temática central (CARVALHO, 2020, p. 12).

A elaboração das perguntas deve levar em conta a experiência pessoal do entrevistado sobre o tema, evidenciando a perspectiva pela qual se orienta, por meio do estabelecimento das relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas, conforme observam Meihy e Holanda (2011).

Ao longo desta investigação, foram realizadas cinco entrevistas com profissionais que trabalham ou pesquisam a temática de patrimônio cultural. A escolha destes profissionais foi feita a partir de uma análise dos materiais produzidos pelos pesquisadores e tendo em vista a relevância para este trabalho.

Também foram entrevistados guias de turismo inseridos no mercado de trabalho. O critério para o convite dos profissionais foi ser oriundo do IFS - *Campus Aracaju*. Neste

4

É um aplicativo de sala de aula virtual que promove a interação dos alunos por meio de Quiz. O acesso pode ser feito pelo site <<https://www.socrative.com/>>.

sentido, pelos menos vinte convites foram feitos, mas apenas quatro aceitaram dar entrevistas.

Por conta da pandemia provocada pelo Sars-cov-2, as entrevistas foram feitas por meio da Plataforma do Google Meet, independente de não se recomendar a utilização de meios digitais para a realização de entrevistas, isso porque a percepção do entrevistador sob as reações gestuais e emoções do entrevistado constituem uma etapa importante da pesquisa.

Contudo, a pandemia levou a diversos países no mundo a implantarem o isolamento social como medida de contenção a propagação do vírus. Diante dessa situação, a solução para dar continuidade a aulas e pesquisas foi utilizar plataformas digitais, como a do Google Meet.

A experiência com o Google Meet foi muito interessante e as nossas percepções a respeito das entrevistas concedidas pelos entrevistados foram similares ao que obtemos com as entrevistas no formato presencial.

O contratempo se dá por conta dos problemas relacionados à conexão com a internet, que cai ou perde a estabilidade, e isso, em algumas situações, torna o que foi dito pelo entrevistado incompreensível. Nesse caso, a única alternativa é pedir desculpa pelo ocorrido e refazer a arguição.

Do universo inquerido, os guias de turismo e os alunos do curso de formação de Guia de turismo foram na sua totalidade residentes da cidade de Aracaju. Contudo, entre os profissionais que atuam com a temática do patrimônio cultural, foram entrevistados profissionais de diversos Estados do país e uma doutoranda da Universidade de Lisboa.

Neste aspecto, a utilização da plataforma do Google Meet para a realização das entrevistas possibilitou a extrapolação do espaço físico, o qual é limitado quando se usa as entrevistas presenciais.

Portanto, com as devidas precauções e adequações, as entrevistas realizadas a partir do Google Meet podem ser tão confiáveis quanto as realizadas presencialmente, até porque, problemas também podem ocorrer com os equipamentos em uma entrevista presencial.

Tudo o que é necessário é abrir mão de certos preconceitos com o uso das tecnologias da informação, e, com isso, explorar as possibilidades que as ferramentas digitais têm a oferecer.

Participaram da pesquisa vinte e nove alunos do IFS – *Campus* Aracaju, sendo dezessete alunos do 3º módulo e doze alunos do 2º módulo, escolhidos porque já haviam concluído pelo menos uma das duas disciplinas sobre o patrimônio cultural.

Em um primeiro momento seriam realizadas entrevistas de História Oral, no entanto, devido às condições provocadas pela pandemia de Sars-cov-2, chegou-se à conclusão que a

melhor forma de coletar os dados com os discentes seria por meio de questionário, usando uma plataforma digital, no caso a escolhida foi a Socrative.

O questionário é formado por perguntas objetivas, as quais não têm o mesmo alcance em revelar as subjetividades do que as entrevistas de História Oral. Contudo, procurou-se dar densidade às respostas, exatamente para tentar captar a subjetividade dos alunos.

2.6 Análise de Dados

Utilizou-se como instrumento de análise de dados a Análise de Discurso (AD) francesa, a partir da perspectiva de Michel Pêcheux (2014), que tem como características o Materialismo Histórico Dialético de Marx e Althusser, a Linguística de Saussure e a Psicanálise de Freud e Lacan.

Pêcheux considera o texto na sua opacidade significativa (múltiplas possibilidades significativas). Dessa forma, os sentidos podem deslocar-se ou se resignificar conforme a época ou o contexto sócio-histórico ideológico que o circula. Nesse sentido, procura-se compreender os sentidos produzidos pelos sujeitos interpelados sócio/historicamente/ideologicamente.

O discurso é um processo de significação que relaciona o sujeito e sua base subjetiva e linguística através da história. Portanto, o sujeito constitui o seu discurso atado às correntes da história, isso significa que ele, enquanto emissor de um discurso, não consegue fugir das determinações do período histórico que vive, da mentalidade que compartilha e das ideologias que penetram seu inconsciente.

O discurso, portanto, tem uma base inconsciente, a qual o indivíduo não tem acesso. Assim, ele emite um discurso achando que é seu, enquanto na realidade o discurso é do outro, seja este outro uma instituição, o Estado, as mídias, livros ou indivíduos.

Orlandi (1994) diz que a Análise do Discurso tem aspectos linguísticos, ideológicos e históricos, os quais se entrelaçam; “é no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito” (ORLANDI, 1994, p. 54 apud TERRA; ALMEIDA; SABBAT, 2019, p. 7).

Por conseguinte, Pêcheux ao refletir acerca do sujeito e da classe social expõe: “o fato de que as classes não sejam indiferentes à língua, se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe.” (PÊCHEUX, 2014, p. 82). A ideologia, portanto, na sua relação com a história e a linguística é a chave da teoria de Análise

de Discurso de Michel Pêcheux.

A partir das elaborações de Pêcheux, analisou-se os discursos obtidos nas entrevistas e nos questionários, e, dessa maneira, desvendou-se as concepções político-ideológica presentes nos discursos.

As entrevistas, para fins de análise, foram separadas em três grupos. O primeiro foi o grupo composto pelos profissionais que trabalham ou estudam a temática do patrimônio cultural, o segundo grupo foi composto pelos profissionais de guias de turismo e o terceiro grupo foi o dos discentes do curso de Guia de turismo do IFS - *Campus* Aracaju. Por fim, os resultados das análises serão apresentados no capítulo três deste texto.

3 A LITERATURA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O objetivo deste capítulo é visitar parte da literatura sobre o patrimônio cultural, e, com isso, refletir a respeito das questões e relações pertinentes ao campo patrimonial por meio de uma perspectiva omnilateral.

Por perspectiva omnilateral entende-se que serão observados as múltiplas determinações do fenômeno patrimonial, com a finalidade de se ter uma compreensão de todos os aspectos que envolvem a temática, como: a constituição histórica do conceito de patrimônio cultural, a conexão com a identidade e a memória, a questão da coesão social, o funcionamento como suporte de memória e suporte de história, a problemática da preservação, as disputas políticas e sociais que envolvem os bens culturais, os vínculos, a relação entre o turismo e o patrimônio cultural, as consequências do neoliberalismo sobre a cultura e a educação patrimonial como instrumento de conscientização e cidadania. Além disso, será abordado aspectos do trabalho do guia de turismo e do seu relacionamento com o patrimônio cultural.

3.1 O Desenvolvimento Histórico do Conceito de Patrimônio Cultural e os seus Órgãos de Salvaguarda

A organização de um sistema cultural tem uma base material presente em todas as sociedades através da história. As sociedades humanas desenvolveram um sistema cultural, o qual é transmitido de geração para geração. Contudo, em sociedades complexas, ou seja, aquelas com propriedade privada e divisão de classes sociais, a definição daquilo que deve ser transmitido e preservado é o resultado do embate entre grupos sociais distintos.

O patrimônio tem sua origem em Roma, nasceu da palavra latina “*patrimonium*” e, segundo Funari e Pelegrini (2009), se referia a tudo o que pertencia ao “*Pater familias*”. Refletia, pois, os valores aristocráticos dos patrícios que com o tempo foram buscando sinais de distinção da plebe, principalmente, com a aquisição das obras de arte gregas furtadas durante o longo processo de invasão e dominação de Roma sobre o território grego.

Para Funari e Pelegrini, o conceito de patrimônio em Roma era “patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 11). Dessa forma, a elite política e econômica romana procurava impor sua visão de mundo à plebe.

Com o fim do Império Romano do Ocidente, a cidade de Roma se viu transformada em pedreira e os edifícios que um dia eram a expressão da grandiosidade da civilização romana foram sendo destruídos um a um, como o Anfiteatro de Mars, o Templo de Tours, o Circus Maximus e o Coliseu, que foram sendo substituídos por habitações e igrejas.

Segundo Funari e Pelegrini (2009), a expansão do cristianismo e o predomínio da Igreja como a instituição mais importante da Europa Ocidental, a partir da Antiguidade Tardia (séculos IV-V) e durante a Idade Média (séculos VI-XV), adicionou ao caráter aristocrático do patrimônio aspectos simbólicos e coletivos.

Por certo, que no interior da luta de classes, a cultura tem um papel muito relevante e a possibilidade de a aristocracia perder o controle sobre as determinações do que é ou não o patrimônio impôs a necessidade de reação, pelo menos, em parte, de uma aristocracia religiosa que acreditava ser herdeira do legado romano.

Para Choay (2006), no século IV, os papas assumem a tarefa de salvadores daquilo que sobrou da civilização romana do Ocidente. Quanto a isso, a autora diz que:

É difícil traçar as fronteiras, nessa obra salvadora dos papas, entre as medidas ditadas pela conveniência e as que são inspiradas pelo interesse histórico ou ainda pela vontade de afirmar uma identidade por meio dos monumentos. Duas memórias são solicitadas ao mesmo tempo por duas séries de monumentos: uma, mais próxima, de uma instauração religiosa que estrutura a vida cotidiana e define seu horizonte; e outra, mais distante, de um passado temporal e glorioso (CHOAY, 2006, p. 43).

Houve um movimento de monumentalização das igrejas e a criação de catedrais que passaram a dominar a paisagem física e também espiritual. A catedral, apesar de ser um patrimônio coletivo, procurava deixar claro aos plebeus e às elites seculares a grandiosidade e o poder de Deus.

O homem do Renascimento resgata a Antiguidade Clássica, mas não apenas em um sentido saudosista. Os renascentistas começaram a catalogar e coletar tudo que vinha da antiguidade: moedas, textos, inscrições em pedras, estatuárias em mármore e metal e até mesmo vestígios de edifícios que eram estudados, medidos e desenhados com grande esmero.

Os colecionadores de arte se espalhavam pela Itália e pelos demais países da Europa, e as coleções de arte e antiguidade antecedem a criação do museu moderno. Com isso, a percepção sobre o valor histórico e artístico da Antiguidade Clássica pelos renascentistas estimulou a formação de coleções privadas de arte e de antiguidade, as quais não devem ser vistas como uma mera paixão dos colecionadores por esses objetos, mas, sobretudo, por estarem inseridas em um contexto de lutas políticas.

O Renascimento e a Reforma marcam o início de um processo em que o poder da Igreja Católica começou a ser questionado. Sobre esta perspectiva, o patrimônio foi uma das muitas áreas em que os poderes seculares desafiaram a autoridade de bispos e papas, em contrapartida a Igreja católica tornou-se o maior mecenas do período, financiando inúmeros artistas e suas construções, na esperança de reforçar a grandiosidade de Deus e a sua autoridade sobre a Europa Ocidental.

Contudo, durante a Revolução Francesa, intensificaram as disputas em torno dos poderes seculares e religiosos, e o clero e a aristocracia foram perdendo espaço para a burguesia que ia conquistando o poder político.

A França Revolucionária viu sua população em frenesi destruindo tudo que representava o Antigo Regime. Porém, contrariando essa lógica destrutiva, os comitês revolucionários por meio de ações jurídicas protegeram os patrimônios que contassem a história nacional da França. Foi a primeira vez na história, como Choya (2006) expôs, que bens culturais eram protegidos pelo Estado a partir de legislações específicas.

A Revolução Industrial foi um período de dramáticas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, as quais modificaram profundamente a paisagem urbano e rural. Neste sentido, o homem dos oitocentos passou a temer uma desconexão com o passado.

Os lugares de memória surgem como guardiões de um passado ameaçado de desaparecer das memórias dos indivíduos que vivem o ritmo alucinante da vida contemporânea.

A respeito dos lugares de memória, o historiador Pierre Nora (1993) os define da seguinte maneira:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora [...]. A desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o novo do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhais de uma outra era das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza. [...] sinais de reconhecimento e pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar notas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p.12-13).

Proteger esta memória embrenhada em cada aspecto da vida, mas, principalmente, nos monumentos de “pedra e cal”, foi tornando-se extremamente importante para os Estados-Nações. Contudo, foi a partir da II Guerra Mundial, que vitimou milhões de vidas e destruiu incontáveis bens culturais em pelo menos três continentes, que realmente ocorreu uma grande mobilização para a preservação sistemática e internacional do patrimônio cultural.

Com a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e posteriormente da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura), o mundo passou a ter uma entidade voltada para a proteção da cultura e dos bens culturais.

Segundo a UNESCO⁵, o patrimônio cultural é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor universal excepcional de uma perspectiva histórica, estética, arqueológica, científica, etnológica, e engloba um conjunto diversificado de obras, como: obras de arquitetura, escultura e pinturas monumentais ou de caráter arqueológico, e ainda obras isoladas ou conjugadas do homem e da natureza.

Ademais, ainda pela UNESCO, são denominadas patrimônio natural as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies de animais e vegetais ameaçados e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal.

A definição de patrimônio cultural da UNESCO estabelece critérios entre aquilo que é ou não é considerado um bem cultural para a organização, não indo muito além dessa classificação. Há, contudo, outros conceitos que procuram se aprofundar nas questões referentes ao fenômeno patrimonial.

Neste sentido, Barroso (2018) entende o patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, como sendo sempre

A expressão de valores coletivos representados em suas manifestações, sejam elas de pedra e cal, sejam elas em forma de saberes e fazeres... Portanto, falar de patrimônio cultural não é empreendimento fácil, haja vista ele ser fruto de relações sociais definidas no tempo e historicamente situadas em um campo de significados constituídos espacialmente e temporalmente por disputas de memórias urdidas nas reminiscências discursivas dos sujeitos e das instituições (BARROSO, 2018, p. 171).

O patrimônio cultural constituiu-se historicamente e é a expressão dos valores de um tempo. Contudo a decisão do que preservar ou não é uma disputa em torno de qual memória merece ser lembrada e quais devem ser esquecidas. Uma escolha que reflete o caráter político-

5 Retirado do site da UNESCO <<https://www.unesco.org/en>>

ideológico do ato da preservação patrimonial.

Enquanto legado cultural, é resultado de um processo dialético de destruição e preservação, e tal movimento deve ser entendido a partir dos contextos de cada período histórico. Para Pierre Nora (1993) o monumento histórico é, antes de tudo, um documento que as sociedades do passado deixaram sobre si, revelando os mais diversos aspectos do seu modo de vida.

No Brasil, quem desempenha a função de proteger o Patrimônio cultural é o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Conforme Pelegrine (2009), a criação do Instituto se deu em consequência da promulgação da Constituição de 1937, a qual tornava a defesa do patrimônio cultural brasileiro uma questão do Estado.

A questão patrimonial foi de extrema importância na Era Vargas, período em que se procurou construir uma identidade nacional. Neste contexto, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o qual nasceu de um anteprojeto de Mário de Andrade, e ficou vinculado à pasta da Educação e Saúde Pública

Segundo Oliveira (2018) Os objetivos do SPHAN eram promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. O Serviço também tinha as funções do Conselho Nacional de Belas Artes.

A partir de 1968, com o aumento da repressão à cultura, por conta da promulgação do AI5, pela Ditadura Militar, a questão do patrimônio cultural se torna um caminho para o fortalecimento da unidade nacional.

Em 1970, o Instituto de Patrimônio histórico e artístico Nacional (IPHAN), recebeu seu atual nome. Conforme Oliveira expõem tinha como objetivo preservar aqueles bens culturais de interesse dos militares, e, assim, dar prosseguimento a uma política de construção de uma identidade nacional imaginada pelo Regime Militar.

Após a redemocratização do país, o IPHAN ampliou a noção de patrimônio cultural, passou a salvaguardar não só o patrimônio material de origem colonial no Brasil, mas também o patrimônio cultural imaterial, que representa a pluralidade cultural e os mais diversos grupos humanos que habitam o território brasileiro.

Desse modo, organismos como UNESCO e o IPHAN têm a função de proteger e valorizar o patrimônio cultural no mundo e no Brasil. A esse respeito, as recomendações de Nairobi, de 1976, preconizam que o patrimônio cultural constitui os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas, sociais da humanidade, e correm um sério risco de desaparecerem, senão por completo, pelo menos na sua extensão e

heterogeneidade.

3.2 As Implicações do Neoliberalismo sobre o Patrimônio Cultural

A Revolução Industrial provocou profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que impactaram as mais diversas sociedades. Entre essas transformações destaca-se o Capitalismo como sistema econômico hegemônico e a ascensão da burguesia como classe dominante.

A primeira fase do Capitalismo, o liberalismo, foi marcada pela miserabilidade do operariado urbano e do campesinato, além das disputas imperialistas entre as principais nações capitalistas do século XVIII e XIX.

Entre as premissas do liberalismo estava a ideia de “laissez-faire”, ou seja, dá não intervenção do Estado na economia como Adam Smith preconizava, pois, segundo o autor, a economia seria organizada de tal forma que era como se uma mão invisível estivesse organizando os mercados. O Estado liberal ajudou a organizar os mercados, entre eles o mercado de trabalho.

Segundo Polanyi (2016), a premissa de Adam Smith implicava em uma utopia. Tal instituição não existiria em qualquer tempo sem pôr em risco a substância humana e natural da sociedade. O mercado autorregulável teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Consequentemente, a sociedade teve que agir para se proteger das mazelas da autorregulamentação econômica.

As elites dos Estados oitocentistas protegeram-se de convulsões sociais. Dessa forma, criaram certos mecanismos que protegiam a sociedade da política econômica do “laissez-faire”. Isso posto, Kerstenetzky e Kerstenetzky (2015) citam que a Alemanha de Otto Von Bismarck, por exemplo, tentou, nas últimas décadas do século XIX, introduzir a seguridade social como forma de controle social e de neutralizar a penetração do Socialismo.

A evolução do sistema de bem-estar na Alemanha e, posteriormente, na Europa foi o resultado de negociação de classes motivada pela participação do operariado e das demais ocupações profissionais no cenário político do oitocentos. Assim, a política social se estabeleceu com base em contribuições do capital e do trabalho, em uma tentativa fracassada, naquele momento histórico, de reconciliar o emergente Capitalismo com a sociedade civil e a democracia, dando origem às décadas de perturbações no início do século XX.

Marx e Engels aludiram que a “moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes,

novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas” (MARX; ENGELS, 2008, p. 11), ou seja, a mão invisível do liberalismo, de fato, nunca existiu, contudo o Estado controlado pela burguesia agia a garantir os interesses capitalistas em detrimento das necessidades dos operários e de outros grupos sociais.

Nesta perspectiva, os autores do Manifesto Comunista explicam que a burguesia cumpriu na história humana um papel altamente revolucionário. Ao dominar o poder político, sem piedade, dilacerou os laços feudais que mantinham as pessoas amarradas a seus “superiores naturais” e, segundo Marx e Engels, “sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento pessoal e insensível em dinheiro” (MARX; ENGELS, 2008, p. 14).

A burguesia ainda aniquilou a subjetividade medieval e enterrou os valores do homem feudal e de sua dignidade pessoal em uma lógica de valor de troca, de compra e venda. Substituiu um tipo de exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas e no seu lugar colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca.

Ao passo que o liberalismo burguês pode alcançar, reduzindo homens e coisas a números que serviam apenas como elementos dos seus cálculos sobre os lucros. As relações humanas foram monetizando-se e o acirramento das tensões entre as grandes nações capitalistas da Europa provocadas pela corrida imperialista que levaram o mundo a uma grande guerra em 1914.

A Primeira Guerra Mundial marcou o início do fim da Era Liberal, ou do Capitalismo Liberal, e pôs o mundo sobre novos dilemas, principalmente após a Revolução Russa de 1917 e da Quebra da Bolsa de Nova York em 1929. O liberalismo econômico chegou ao fim, sendo substituído pelo keynesianismo.

O Pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por um período que ficou conhecido como 30 gloriosos. De 1945 até 1975 ocorreu, principalmente nos países desenvolvidos, um forte crescimento econômico e a ampliação dos Direitos Trabalhistas. Isso resultou no aumento dos salários e do consumo dos trabalhadores em geral.

O Estado de bem-estar social (Welfare State) foi implantado na maior parte dos países capitalistas com diferenças significativas entre cada um. O modelo mais bem definido, desta política econômica, foi o dos países escandinavos.

Isto apresentado levou Gomes e Barbosa (2013) a dizerem que “o Estado de Bem-Estar Social, no qual o Direito do Trabalho realmente se consolidou [...] baseia-se na adoção dos princípios da democracia social e da igualdade material/substancial” (GOMES; BARBOSA, 2013, p. 436-437). De toda forma, foi necessária uma mudança profunda no

campo econômico, somente possível com a adoção das teorias keynesianas e com o surgimento dos sindicatos de massa com poder para exercerem pressões necessárias em prol de suas reivindicações.

Em parte, a melhoria da qualidade de vida do proletariado nos países centrais do Capitalismo também se deu por causa do esforço de reconstrução das cidades e das economias devastadas pela 2ª Guerra Mundial, e que só poderiam ser coordenadas pelo Estado, assim como pela necessidade de impedir os avanços das ideias socialistas no pós-guerra. Contudo, a burguesia órfã do liberalismo econômico não estava satisfeita com o rumo que a economia europeia e a economia mundial tomaram. Logo, iniciaram um movimento em prol da volta do liberalismo econômico.

Segundo Dardot e Laval (2016), a origem do Neoliberalismo pode ser creditada ao colóquio Walter Lippmann, realizado em 1938, e a Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, os quais foram defensores ferrenhos do Neoliberalismo, são considerados como os pais da doutrina econômica. Entre suas teses, condenavam veementemente a intervenção dos Estados totalitários na economia, a não ser quando era para os Estados fascistas intervirem nos sindicatos e cortar direitos dos trabalhadores.

Os professores Dardot e Laval (2016) na obra que produziram “A nova razão: ensaios sobre a sociedade neoliberal” explicam que

O neoliberalismo repousa sobre a constatação de que o capitalismo inaugurou um período de revolução permanente na ordem econômica, mas que os homens não se adaptam de forma espontaneamente a essa ordem de mercado cambiante, porque se formaram formados em um mundo diferente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 90).

Portanto, o desafio do Neoliberalismo é reformular o homem criando uma subjetividade que não seja contraditória à ordem do mercado. Por conseguinte, essa é a principal diferença entre o liberalismo oitocentista e o neoliberalismo do século XX e XXI.

Polanyi (2016), o autor que desmontou o mito liberal, afirmou que o Estado oitocentista operou uma dupla ação com sentidos completamente contrários. De um lado procurou favorecer a criação de um mercado, e de outro implantou mecanismos que limitaram; apoiou os movimentos que procuraram construir uma sociedade de mercado e reforçou o contramovimento de resistência da sociedade aos mecanismos de mercado.

O Estado liberalista do oitocentos, contraditoriamente ao que a ideologia liberal preconizava, interferia na economia. O ponto, portanto, como demonstrou Polanyi (2016), era determinar para qual direção se intervinha, ou seja, aferir a participação do Estado na

construção e no fortalecimento dos mercados ou no sentido oposto, o de proteger a sociedade do mercado.

O Neoliberalismo deveria corrigir as contradições do Estado oitocentista, e, para isso, era necessário tomar o controle dele, a fim de destruir as bases construídas no século XIX e nos 30 gloriosos, que protegiam homens e mulheres de uma sociedade de mercado.

Para Montoro (2016), a precarização do trabalho e da vida não são circunstâncias de uma crise que passará logo, e que constituem, neste século XXI, um processo permanente de destruição das forças produtivas e dos direitos sociais, por meio da fragilização de empregos e das relações de trabalho. Ou seja, o Neoliberalismo ao avançar na conquista do Estado vai destruindo as políticas de proteção social, buscando, com isso, formar um novo tipo de homem, o que resulta em ataques contra a educação (principalmente a pública), o trabalho e a cultura.

A crise do petróleo em 1973 provocou o cenário ideal para a implantação do Neoliberalismo, que, oficialmente, iniciou-se na década de 1980 nos governos do norte-americano Ronald Reagan e da inglesa Margaret Thatcher.

A globalização, que resumidamente é uma integração econômica entre os mercados do mundo todo, acelerou o processo de difusão do Neoliberalismo pelos países do Capitalismo Central, e, nos países de economia periférica, foi imposto como no caso da América Latina por meio de instrumentos como o consenso de Washington.

O Neoliberalismo do século XXI é definido por Dardot e Laval (2016) da seguinte maneira:

Antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capital contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto dos discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governar dos homens segundo o princípio universal da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016 p. 17).

O Estado neoliberal avança em todas as direções, dimensões e esferas da sociedade, destruindo os laços de solidariedade entre os homens e nações em prol de uma ideologia baseada na concorrência. Isso significa que o modelo neoliberal de sociedade procura construir um novo homem naquilo que se pode considerar uma super individualidade. Neste

sentido, o sujeito é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso, pois, no ideário neoliberal, a meritocracia é um deus a ser sempre cultuado.

Noam Chomsky (2002) chamou a atenção para o fato de as consequências econômicas do Neoliberalismo no mundo terem sido as mesmas, pois há um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e os povos mais atrasados do mundo, a destruição ambiental a níveis globais e uma economia instável para os mais pobres e uma bonança sem precedente para os ricos.

As grandes corporações ditam as regras do jogo político, pois os governos são peças-chave no sistema Capitalista Moderno. Dessa forma, as políticas econômicas propostas e implantadas são do interesse do empresariado que querem e esperam que os governos canalizem o dinheiro dos impostos para eles; não cobrem tributos das empresas; proteja-as dos concorrentes e que nada façam em benefício de interesses não-empresariais, especialmente aos pobres e à classe trabalhadora.

O governo empresarial, na perspectiva de Chomsky (2002), organiza seu poder político em todas as frentes possíveis, e, segundo o autor, a “razão pela qual fica cada vez mais difícil contestá-las, tornando complicada – no limite da impossibilidade – a simples existência de forças extramercado, não-comerciais e democráticas” (CHOMSKY, 2002, p. 91). Em miúdos, o neoliberalismo ameaça a democracia, ou pelo menos o exercício pleno dela.

As forças neoliberais destroem as forças produtivas por meio das desregulamentações das leis trabalhistas, do desemprego em massa e da precarização do trabalho, com o objetivo, segundo David Harvey (2011), de restaurar e consolidar o poder da classe capitalista.

Contudo, apesar do discurso neoliberal, as contradições dessa racionalidade são as mesmas do liberalismo, ou seja, a ideia de livre mercado é uma ilusão. Nesta perspectiva, Eduardo Moreira (2020) expõe que o poder político das grandes corporações, fruto do poder econômico e da capacidade de influenciar os mercados de trabalho, de insumos e de consumo, torna-se mecanismos para manipular o Estado, controlando as decisões políticas que a partir desse momento são tomadas a favor das grandes corporações. A finalidade, então, é impedir que o livre mercado exista e barreiras de entrada mais fortes sejam criadas para novos competidores, formando-se, assim, grandes monopólios.

Essa mesma ideia está presente nos trabalhos de Chomsky (2002) e Harvey (2011). Para Harvey, a expropriação do capital se dá, nos dias atuais, de muitas formas, entre elas: as altas taxas do cartão de crédito, das hipotecas ou financiamentos, os planos de pensões ou de saúde, os financiamentos estudantis, os elevados valores de serviços essenciais, como água e

luz.

As proteções ao trabalhador, ou seja, às leis trabalhistas, são consideradas pelo Neoliberalismo, conforme aponta Harvey (2011), uma barreira a ser destruída, assim como, os altos salários e as organizações sindicais. Portanto, o Neoliberalismo procura estimular as diferenças e com isso a competitividade entre os trabalhadores com a finalidade de destruir os laços de solidariedade que podem unir a classe trabalhadora.

Para Fernández (2020), o poder corporativo transcende as fronteiras geográficas, política e culturais, mercantilizando todos os aspectos da vida humana, impondo, conforme destaca Montoro (2016), uma propensão que “resulta inevitable la tendencia a que las condiciones de vida y trabajo de la mayoría de la población se precaricen” (MONTORO, 2016, p. 11).

O avanço do Neoliberalismo modifica a forma pela qual os homens relacionam-se com o trabalho e com eles mesmos. O posicionamento de Harvey (2011), neste sentido, é bem claro:

Trata-se de um mundo em que a ética neoliberal do individualismo possessivo intenso e do oportunismo financeiro se tornou o modelo para a socialização da personalidade humana. É um mundo que se tornou cada vez mais caracterizado por uma cultura hedonista do excesso de consumista (HARVEY, 2011, p. 144).

Construímos a seguinte síntese a respeito de como o Neoliberalismo usa o Estado: 1) desestruturando as relações de trabalho, os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, destruindo as suas formas de organização e precarizando as condições de trabalho, reduzindo os salários por meio de chantagem do desemprego; 2) destruindo as políticas de proteção sociais, mercantilizando os serviços de saúde e educação, privatizando a seguridade social e criando mecanismos tributários que penalizem os mais pobres e beneficiem os mais ricos; 3) cobrando a redução dos gastos governamentais com políticas sociais e com a manutenção da própria máquina do Estado como forma de ter acesso aos fundos governamentais por meio da compra de dívidas da união ou de ajudas monetárias em momentos de crise; 4) construindo uma subjetividade baseada na competitividade e individualidade por meio do domínio das mídias sociais e digitais, do sistema educacional e da incorporação do vocabulário corporativo no cotidiano.

Na visão de Ferko (2009), a produção cultural foi transformada em uma arena implacável de conflito social. Um desses conflitos consiste na própria competição entre os sujeitos, estimulada pelas políticas de fomento ao empreendedorismo, que servem aos interesses do sistema econômico e como tal seguem a trajetória de culto ao individualismo.

Segundo Viana (2018), deve-se pensar a cultura como o conjunto das produções intelectuais, as quais assumem diferentes formas em sociedades distintas. Nessa perspectiva, a cultura, assim como o Estado, não só corresponde a determinado modo de produção, mas também reproduz e reforça este modo de produção.

Não é à toa que o Neoliberalismo age sobre a cultura, na intenção de moldá-la às suas convicções. Para isso, opera no sentido de mercantilizar e massificar aquilo que considera rentável e impedir as possibilidades de investimento, principalmente o estatal, no que julga desnecessário ou perigoso aos seus propósitos.

A cultura como construção simbólica é responsável pela constituição identitária de uma sociedade, e o patrimônio cultural, seja material ou imaterial, é parte desta construção. Neste sentido, Villares (2018) diz que a classe dominante se apropria e retoma o que foi criado nas sociedades do passado, através da escolha material do que será lembrado ou esquecido. Nessa perspectiva, a autora lembrou que:

O patrimônio encontra-se em todas as áreas, em maior ou menor escala. Se estivermos buscando as relações entre patrimônio e sociedade, veremos que o patrimônio cultural é o conjunto de diversas práticas sociais que adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material. Porém, de acordo com suas particularidades e significativa forma de expressão cultural, desde as manifestações populares, cultos, tradições que compõe o conjunto de bens de uma nação, o patrimônio não pode ser separado de outras práticas que entendemos por cultura, história, arte e o que nos distingue, como a identidade. O patrimônio pode ter características bastante específicas como prática, mas não pode ser separado do processo social geral (VILLARES, 2016, p.7).

Assim, o patrimônio cultural está em praticamente todos os aspectos da vida e da socialização entre os homens. Nesse sentido, se o Neoliberalismo tem a obrigação de formar um novo homem, conseqüentemente, isso passa pela prerrogativa de ditar o que é ou não é bem cultural.

Viana observa que “algumas manifestações culturais específicas como as ideologias [...], expressam esse processo cultural de intervenção sobre a realidade e sua relação com a reprodução ou transformação social” (VIANA, 2018, p. 17). Por conseguinte, o patrimônio definido pelos neoliberais reflete a ideologia neoliberal, que, segundo Villares (2016), “estão vinculadas ao retorno do individualismo liberal.” (VILLARES, 2016, p. 5).

Portanto, o patrimônio digno de expressar os valores burgueses e ser mercantilizado é o único que interessa a lógica neoliberal. O restante fica condenado ao esquecimento, à mercê da especulação imobiliária e mesmo os bens culturais constituídos historicamente e tombados por meio da luta de grupos minoritários ou da classe operária estão sob o perigo do

destombamento.

A exploração turística sem critérios coloca em risco os patrimônios culturais, os quais não suportam a quantidade diária de visitantes a que são expostos. Além disso, as cidades turísticas se tornam caras, provocando o fenômeno da gentrificação, ou seja, a expulsão dos moradores destas áreas de visitação.

Nogueira e Reis (2012) observam que o caráter social dos objetos inseridos no tempo histórico, no espaço construído e no modo de produção das sociedades pode tanto funcionar para a dominação social quanto pode funcionar como instrumentos de resistência e emancipação humana.

Por isso, ditar as regras daquilo que é ou não é patrimônio cultural e inviabilizar a preservação das tradições populares de minorias comunitárias são algumas das formas pelas quais o Neoliberalismo age. Ao projetar, exclusivamente, o valor de mercado aos bens culturais, as classes dominantes disseminam sua ideologia desconstruindo identidades e memórias e as substituindo por um tipo de subjetividade baseada no individualismo e hedonismo.

Com isso, o Neoliberalismo coloca em risco a própria sobrevivência de inúmeras tradições culturais, das identidades locais, da multiplicidade cultural, de memórias e, conseqüentemente, do próprio patrimônio cultural.

3.3 O Patrimônio Cultural nas suas Relações com a Memória, a Identidade, a Territorialidade e a Ideologia

A identidade, a memória e o patrimônio cultural estão intimamente ligados e os três juntos formam o que Pierre Nora (1997) chamou de “constelação passional” (NORA, 1997, p. 12), que unidos aos rituais de rememoração criam a possibilidade de ligações emocionais com os objetos físicos e com as práticas sociais. A emoção gerada se liga à memória, criando um poderoso vínculo identitário que une o sujeito a eventos, monumentos ou a lugares e pessoas.

Para Candau (2012), os processos identitários necessitam da memória para existirem, de forma que a memória e a identidade se reforçam mutuamente. Assim, não é à toa que no século XIX, marcado pela construção do Estado-nação e das nacionalidades, o fenômeno da patrimonialização teve o seu “boom”.

Na perspectiva de Candau (2012), a efervescência patrimonial é exemplo de como as sociedades pensam de forma retromaníaca ao passado. Para o autor, há um verdadeiro mal-estar com o presente e um constante medo de perder seus elos com as suas origens. Portanto,

como forma de preservar suas memórias, os homens procuraram depositá-las em suportes, ou, para usar a expressão cunhada por Nora (1993), em Lugares de Memória.

Contudo, não é qualquer memória que é guardada. Pollak (1989) lembrou que a memória é constituída por um jogo dialético entre a lembrança e o esquecimento, a qual obviamente é o resultado de uma escolha, que pode ter como finalidade o apagamento de um mal-estar, de um trauma histórico, ou até mesmo por conta de uma ideologia.

A memória coletiva, ainda segundo Pollak (1989), tem como objetivo manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados).

Memórias coletivas podem ser moldadas, e, geralmente, ocorrem quando um grupo toma o poder realizando um esforço para impor sua ideologia sobre a sociedade. Posto isso, Silva Júnior e De oliveira (2018) expõem que:

a memória coletiva como um mecanismo de manipulação deve ser ora lembrada, ora esquecida, o que nos permite refazer, reforçar ou até mesmo extinguir identidades sociais, dependendo unicamente do interesse de quem detém o poder (SILVA JÚNIOR; DE OLIVEIRA, 2018, p. 7).

Silva Júnior e De oliveira (2018) chamaram a atenção para o ritmo em que novas memórias e identidades vão sendo substituídas ao lembrarem do trabalho de Zigmunt Bauman (2001), no qual os indivíduos assumem as identidades que lhe convierem neste momento, as relações interpessoais são pautadas na instantaneidade, com isso construções e desconstruções sociais são feitas a todo momento e a todo vapor.

A “Sociedade Líquida”, de Bauman (2001), apesar de fundada em um aparente imediatismo, também é extremamente complexa. Nesta perspectiva, o indivíduo de uma sociedade multifacetada, criado lá no século XIX e em um constante processo de evolução, é convocado a referendar o que é ou não patrimônio cultural.

Isso significa que a memória coletiva ou a ideologia por trás da constituição de uma determinada memória coletiva pode ser questionada. A exemplo disso, foi o movimento “Black Lives Matter” (vidas negras importam), em virtude do assassinato de George Floyd por um policial de Mineápolis, nos Estados Unidos, em uma abordagem policial com conotação racista, que provocou uma onda de manifestações ao redor do mundo, culminando com a derrubada de símbolos de um passado escravista.

No Brasil, um exemplo disso, foi a intervenção sobre a estátua do Bandeirante Borba Gato. O objetivo do grupo responsável pela ação foi o de ressignificar a história do desbravamento de São Paulo.

Choay (2011) em “O patrimônio em questão: antologia para um combate” explica que a noção de patrimônio cultural, atualmente, é tomada por instâncias supranacionais e nacionais, por administrações gestoras e profissionais de diversos campos, mas também pelas diversas indústrias patrimoniais, tais como agências de viagem e pelas mídias que manipulam as populações no globo. E o resultado, para tanto, é um embate entre ideologias, as quais buscam a hegemonia da definição de patrimônio.

A autora continua, por meio do exemplo da UNESCO, com a sua classificação do patrimônio mundial, que estimula a mercantilização patrimonial. A assistência dada pelo organismo da ONU possibilitou a adaptação para o turismo de mais de 878 sítios do patrimônio mundial em 185 países (até 2011). Este exemplo expressa o caráter mercantil que o patrimônio cultural atualmente recebe.

O patrimônio cultural é o resultado de uma construção sócio-histórica em um determinado território. Neste sentido, o geógrafo Milton Santos (1994b) explicou que ao pensar a questão da territorialidade se deve evitar o reducionismo de imaginar uma área delimitada por fronteiras. Santos (1994b) interpõe que o território não é somente formado por um conjunto de sistemas naturais, mas sim por um espaço formado por um sistema de coisas superpostas, o qual é, antes de tudo, um território ocupado, vivido, onde as pessoas se relacionam, compram, trabalham, vendem, estudam, têm as suas práticas religiosas e espirituais. Neles formam suas identidades e desenvolvem os sentimentos de pertencimento.

O espaço transformado em território é fundamental para os processos subjetivos da cultura, uma vez que é nele que se dá as práticas culturais e desenvolve-se as vivências que formam as memórias afetivas. Antes de tudo, a genuína relação sujeito patrimônio cultural, e aqui se entende como uma genuína relação aquela que se dá entre os indivíduos e os bens culturais sem a mediação do Estado ou das Classes que dominam o Estado, se dá em nível local.

A partir dessa perspectiva, Picheth e Chagas (2018) relembram que o espaço é transformado historicamente pelas sociedades mediante sua territorialização, a qual revela relações de poder que são indispensáveis para a efetivação de um território. São essas relações de poder que o cristalizam.

Por esse ângulo, o Estado assume a responsabilidade de impor sobre o território um sistema simbólico capaz de construir uma identidade nacional, mas não qualquer identidade nacional e sim uma que reflita as ideologias da classe dominante.

De Siqueira e Dias (2013) trouxeram o exemplo de como o Estado Brasileiro se apropriou-se da cachaça e da caipirinha como símbolos nacionais, os quais expressão a

brasilidade e representam o país no mundo.

A cachaça e a caipirinha, no início do século XX, era visto como uma bebida de vagabundos e associada às camadas mais baixas da sociedade brasileira, contudo, isso mudou graças à semana de Arte Moderna de 1922.

Há pouco mais de 20 anos, as duas bebidas vão sendo valorizadas cada vez mais, até o momento que o Estado brasileiro se apropria da cachaça e da caipirinha tornando-as símbolo nacional e produto de exportação.

As bebidas transformadas em símbolos nacionais também visam a construção da identidade nacional. Conforme apontam De Siqueira e Dias (2013), fazem parte de um processo ideológico “no qual há uma reinterpretação e universalização das práticas populares. Esse processo de construção é realizado por intelectuais e estudiosos situados no interior do Estado” (DE SIQUEIRA; DIAS, 2013, p. 13). Os quais ainda precisam relacionar o Estado nacional aos brasileiros por meio da “elaboração de legislação específica para promover a preservação e a identificação da cachaça e da caipirinha como bebidas tipicamente brasileiras, através de seus registros” (DE SIQUEIRA; DIAS, 2013, p. 13), transformando, dessa maneira, as bebidas em produtos “made in Brazil”.

A ideologia preponderante no Capitalismo é estritamente econômica. Sendo os valores humanísticos substituídos por uma prerrogativa meramente mercadológica. Assim, com a primazia de definir o que é ou não é patrimônio cultural, o Estado salvaguarda os objetos materiais ou as tradições imateriais de acordo com suas próprias convicções.

Durante o Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas tomou para si a tarefa de construir a nacionalidade brasileira. Não é à toa que as primeiras legislações a respeito da proteção do patrimônio cultural são desse período, assim como a criação do órgão de salvaguarda dos bens culturais: o SPHAN, em 1937.

Fonseca (2003) atenta para o fato de que se passou a adotar uma noção de patrimônio histórico e artístico no Brasil e no mundo, mais ampla e não mais centrada em determinados objetos – como monumentos – numa relação de a sociedade com a sua cultura.

Tal mudança foi fruto dos embates de pesquisadores e defensores do patrimônio cultural ao redor do mundo, e culminou com a elaboração da Carta de Veneza, de maio de 1964, a qual abriu espaço para a ampliação do conceito.

Ao ser tombado no Brasil, o patrimônio cultural é inscrito em um dos quatro livros tombos, são eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro Tombo das Artes Aplicadas.

O objetivo da salvaguarda dos patrimônios culturais é o de promover a participação

democrática dos detentores na formulação no planejamento, na execução, no acompanhamento e na avaliação da política de preservação do patrimônio cultural.

Contudo, a decisão de tombear um bem cultural formado historicamente e socialmente em um território determinado é sempre uma disputa política entre diversos atores sociais, a qual deixa claro as ideologias, muitas vezes, contrastantes em conflito.

3.4 A Relação do Patrimônio Cultural com o Turismo; o Guia de Turismo e os Desafios no Mundo do Trabalho para os Profissionais da Área Turística

O turismo é um dos maiores fenômenos da Era Contemporânea, tratando-se de um processo histórico complexo que causa impacto na economia, no planejamento e na gestão das localidades.

Meira, Kushano e Hintze (2018) enxergam em Heródoto o primeiro viajante da história, o qual estudou as culturas das regiões visitadas, registrando os fatos da maneira mais fiel possível para a época, algo parecido com o que Marco Polo faria séculos à frente. Os guias da antiguidade guiavam exércitos em suas batalhas em territórios inimigos, eram facilitadores da comunicação (intérpretes), além de providenciarem transportes, meios de hospedagem e alimentação para as tropas.

A partir do século XVI, a Europa começou a passar por profundas transformações econômicas, sociais, religiosas e culturais, que estimularam o desejo entre a aristocracia e a nascente burguesia de conhecer o mundo.

Os jovens das elites começaram a realizar viagens com o intuito de atender aos anseios de conhecer novas culturas em viagens denominadas “Grand Tours”.

Leite e Soares (2016) discorrem sobre as origens da profissão de guia de turismo. Para as autoras, o turismo contemporâneo inicia-se com as viagens organizadas por Thomas Cook, e graças aos avanços proporcionados pela Revolução Industrial, como os trens, os navios a vapor e as linhas de comunicação, o mundo estava muito mais integrado e as viagens já não demoravam tanto. Nesta perspectiva, explicam Leite e Soares (2016): “o jovem pregador batista de Loghborough, na Inglaterra, Thomas Cook, teve a ideia de levar os fiéis de sua Igreja para encontros religiosos a cidades vizinhas, cobrando por seus serviços” (LEITE; SOARES, 2016, p. 5).

No século XIX e ao longo do século XX, o turismo, enquanto atividade econômica, foi crescendo exponencialmente e sendo resultado da Revolução Industrial. O que corresponde, segundo Godoy e Araújo (2016), a consolidação da sociedade industrial, em que “o tempo de

trabalho e não trabalho passou a ser rigorosamente cronometrado, e as relações de produção e consumo intensificadas, em um sistema de produção, em que quase tudo passa a ter valor mercadológico, inclusive o acesso ao lazer e à cultura” (GODOY; ARAÚJO, 2016, p. 5).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) previa que até o ano de 2030 o mundo teria cerca de 1,8 bilhão de pessoas viajando para destinos internacionais, isso porque depois da pandemia causada pelo Sars-Cov2 os números devem ser revisados.

Se por um lado o aumento de turistas circulando pelo mundo é promessa de crescimento econômico, por outro lado se deve tomar cuidado para que o aumento de turistas não estimule o aumento da exploração e prostituição infantil, nem para o crescimento da transferência ilegal de tesouros naturais e da degradação do patrimônio cultural e ambiental.

Godoy e Araújo (2016) dizem que o turismo é um fenômeno essencialmente sociocultural. Por esse ângulo, deve-se planejá-lo a partir de valores e experiências simbólicas, de maneira a contribuir para que o viajante adquira conhecimentos sobre a cultura visitada, através do próprio cotidiano dos destinos visitados.

O Capitalismo transforma a visitação turística em uma grande peça de teatro reduzindo a cultura a um produto para o turista. Dessa maneira, cria-se cotidianos, altera-se condições socioculturais, colocando em risco os patrimônios culturais de “pedra e cal” e as dinâmicas culturais imateriais.

O patrimônio cultural relaciona-se diretamente com o turismo cultural. De acordo com Peciar (2005), um dos objetivos do turismo cultural é o conhecimento completo do homem, suas produções e seu comportamento com a finalidade de compreender as manifestações culturais, os comportamentos e a vida social que caracterizam os diferentes sistemas socioculturais da humanidade.

Peciar (2005) continua: “o turismo cultural é aquele que tem por característica o intercâmbio cultural, o inter-relacionamento entre pessoas de localidades distintas” (PECIAR, 2005, p. 4).

Borges (2015) menciona que o turismo cultural é uma espécie de turismo alternativo, o qual proporciona o contato e o desenvolvimento das atividades turísticas a partir de uma determinada cultura.

Existe uma relação muito íntima entre o turismo cultural e o patrimônio cultural, contudo nem sempre harmoniosa. O turismo de massa reduz os bens culturais à mercadoria, artificializa as trocas culturais cotidianas, desconstrói a relação dos bens culturais com a comunidade e coloca a própria sobrevivência física ou simbólica dos patrimônios culturais em risco.

Como já comentado, a OMT estima que haverá por volta de 2030 em torno de 1,8 bilhão de turistas circulando no mundo. Isso significa um grande impacto na infraestrutura turística dos países que receberão estes turistas, isto levando em conta que haja infraestrutura para receber os visitantes, o que, definitivamente, não acontece em todos os lugares. Por isso, pensar em soluções que amenizem os problemas provocados pelo turismo de massa é uma atitude que deve ser estimulada.

Nesse sentido, o turismo comunitário surge como uma alternativa ao turismo de massa. Maldonado (2009) expõe que o turismo comunitário ou rural é um fenômeno recente na América Latina, que foi datado de meados dos anos 1980, o qual foi fruto das pressões mercadológicas sobre os patrimônios culturais de comunidades indígenas e quilombolas. Dessa forma, muitas ONGs ambientais encorajaram diversas comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de seus recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local.

O turismo de base comunitária (TBC) também é chamado de turismo comunitário ou solidário. Para Ferreira (2020), esse tipo de turismo não é um segmento, mas sim um modo de fazer turismo. Maldonado (2009) entende o turismo comunitário como “toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários” (MALDONADO, 2009, p. 31).

Além de o turismo comunitário possuir uma perspectiva humanista, ele é também uma forma de turismo mais justa, pois coloca a população local como protagonista de todas as etapas da atividade turística que vai da construção de um roteiro turístico a sua execução.

O turismo comunitário proporciona a imersão na cultura do outro, compartilhando sabores, saberes e o patrimônio cultural e ambiental da comunidade. Por essas características, tende a respeitar as dinâmicas culturais cotidianas e por ser realizado em uma escala menor do que aquela do turismo de massa não põe em risco os bens culturais da comunidade, tornando-se, assim, uma alternativa real ao turismo de massa.

O turismo é uma atividade bem complexa, e é nesta complexidade que o guia de turismo se insere, sendo o profissional do guiamento, considerado como um cicerone dos turistas, aquele que apresenta o país ao visitante.

Chimenti e Tavares (2013) lembram que a profissão de guia de turismo no Brasil é a única regulamentada pela Lei nº 8.623/1993 e que requer a realização de um curso preparatório para que o profissional possa qualificar-se como guia de turismo (nas categorias Regional e Nacional, incluindo a América do Sul).

Apesar das atribuições da profissão de guia de turismo, a profissão exige mais do

profissional da área e há toda uma dinâmica e envolvimento com o turista que não consta em manuais.

Nesta perspectiva, Canani (1999) chama atenção para o fato de o guia de turismo despojar-se de todas as suas cargas emocionais para poder participar com o turista de seus momentos mais importantes durante a realização de uma viagem.

Como cicerone, o guia de turismo pode proporcionar uma experiência turística rica, humanística e que possibilite uma imersão à cultura do país visitado; por outro lado, pode simplesmente apresentar um pacote turístico puramente mercadológico, reduzindo a cultura visitada a um mero produto.

Meneses (2013) e Macedo & Aragão (2011) apontam que o trabalho do guia de turismo é, antes de tudo, interpretativo, e, portanto, deve superar a condição mercadológica imposta pelo sistema econômico capitalista.

Dessa forma, Meneses (2013) adverte que os diversos espaços de formação do profissional do turismo não devem enveredar por um tipo de formação tecnicista, sob pena de reproduzir planejamentos econômicos excludentes. O autor, então, aponta que a interdisciplinaridade é um caminho para evitar tal erro de percurso formador.

A História, aponta Meneses (2013), é uma disciplina que pode ajudar muito na atividade turística. Para ele (2013),

[...] a história e o turismo organizam um sistema de significados para as coisas que legam prazer ao viajante. Nessa rede simbólica, a atividade turística estabelece relações entre a vida material do passado, a paisagem e os costumes e a realidade de quem busca diversão, conhecimento e fuga do cotidiano (MENESES, 2013, p. 104).

Macedo e Aragão (2011) destacam que a cidade possui uma carga histórica desde a sua gênese e valores culturais inerentes ao contexto das práticas sociais, os lugares trazem em si aspectos determinantes dos atos civilizatórios dos moradores. Neste sentido, a história como ferramenta interpretativa possibilita compreender as manifestações de caráter cultural, de produção de bens e de identidade coletiva construída nos espaços urbanos.

A cidade é um grande patrimônio cultural construído historicamente e socialmente. E é nesta perspectiva que Macedo e Aragão (2011) expõem que o patrimônio cultural das cidades vai além da cultura material, visível e palpável. Existe todo um legado cultural que faz os locais urbanos tornarem-se únicos. Neste contexto a história pode ser uma ferramenta utilizada na atividade do guia de turismo que contribui com a contextualização desses espaços e, principalmente, com a compreensão.

Portanto, o guia de turismo não deve ser um trabalhador alienado ao seu próprio

ofício, e isso decorre da natureza do seu “métier”, uma vez que o guia trabalha com a cultura. Logo, deve contextualizá-la para apresentá-la ao turista, a partir das suas dinâmicas genuínas e não teatralizadas. Ferko (2009) alerta que a concepção meramente mercadológica tem consequências:

A partir dessa ótica, o patrimônio cultural é um capital e a sua ativação é um meio através do qual os lugares convertem-se em destinos turísticos, é, portanto, um meio de criar produtos e serviços para consumidores. Aqui o empreendedorismo cultural pode ser pensado como uma estratégia de distinção grupal e espacial que utiliza os bens patrimoniais como valor acrescentado no mercado. Esta postura presta pouca atenção aos riscos dessa ideologia que desconsidera as condições dos sujeitos. Mas, isso é pouco discutido, pois há medida que os sujeitos não se mantêm no espaço, por inúmeras razões, são rotulados de “incompetentes” por não se adequarem às novas regras mercadológicas (FERKO, 2009, p. 6).

Por mais que a atividade turística se caracterize como um mercado, o profissional da área pode apresentar um contraponto às tendências mercadológicas que pensam a cultura como um mero produto.

Maldonado (2009) e Ferreira (2020) indicam que o turismo de base comunitária é uma alternativa ao turismo de massa, e, mesmo diante do turismo massificado, a utilização da história e da educação patrimonial é uma possibilidade real de minimizar as consequências do sistema capitalista sobre os bens culturais. Além das questões que envolvem o patrimônio cultural, ainda há para o guia de turismo as questões que envolvem o mundo do trabalho.

Para Karl Marx (2013), o trabalho é condição inerente ao ser humano, ou seja, ontológico. Marx disse que “o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120). A posição do autor é radicalmente contrária à visão capitalista do trabalho, que o enxerga apenas como produto.

Antunes (2018) diz que o trabalho no Neoliberalismo se caracteriza por uma instabilidade e por uma insegurança, as quais são traços constitutivos dessas novas modalidades de trabalho. Para o autor, a experiência britânica do zero hour contract [contrato de zero hora] é um exemplo ratificador do novo sonho do empresariado global.

O Capitalismo do século XXI, para Antunes (2018), “vem impondo sua trípode destrutiva em relação ao trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico da empresa corporativa.” (ANTUNES, 2018, p. 42). A finalidade não é apenas maximizar os lucros, é também criar fundos públicos para serem explorados em momentos de crises ou por meio das dívidas públicas.

O cenário do mundo do trabalho no século XXI é extremamente hostil à classe trabalhadora, que assiste o recuo de direitos trabalhistas e sociais historicamente conquistados; a desconstrução do sistema de seguridade social, saúde e educação pública; a destruição do meio ambiente, o empobrecimento das massas, o aumento da jornada de trabalho e a piora das condições laborais.

Por conseguinte, ler e compreender o mundo são ações extremamente importantes para qualquer profissional. Nesse sentido, a discussão sobre o mundo do trabalho é muito relevante, pois possibilita a constituição de uma capacidade analítica da realidade histórica e o posicionamento dos trabalhadores diante dos desafios da contemporaneidade.

3.5 Educação Profissional Integral e a Educação Patrimonial

A educação brasileira foi, ao longo da História, assumindo uma estrutura dualista. Esta estrutura é herdeira de um passado escravagista que desvalorizava o trabalho manual, visto como algo inerente à condição do escravizado.

Para a elite escravocrata, era reservado uma formação intelectual que lhe permitia exercer o domínio sobre as populações de pobres, mulatos, pardos, negros livres e escravizados. Sendo assim, o trabalho intelectual, digno dos grandes homens, tornava-se, nesta estrutura, uma condição naturalizada das classes dominantes brasileiras.

Com o fim do tráfico de escravos e a possibilidade do término da escravidão, o império brasileiro preocupou-se em construir algumas escolas profissionalizantes, como os Liceus de Arte e Ofícios. Tais instituições de ensino seguiam o modelo de “Arts and Crafts”, que ofereciam uma formação técnica associada ao desenvolvimento do senso estético dos alunos.

Essas instituições de ensino se inserem no contexto da industrialização, que já era uma realidade nos países de Capitalismo Central, mas no Brasil davam apenas seus primeiros passos. De toda forma, a intenção por trás, segundo Helvécio, Araújo, Santos, Boaventura e Menezes (2015), era proporcionar a motivação para o trabalho e propiciar a instalação de fábricas, fornecer força de trabalho qualificada, motivada e ordeira, e aumentar os ganhos dos trabalhadores a partir da qualificação.

Existia na sociedade oitocentista brasileira uma ideia de combate ao vício e à preguiça, o trabalho era visto como uma arma contra a vadiagem. Logo, entre outras finalidades, a educação profissional no Brasil cumpria o papel de combater e prevenir a sociedade brasileira do século XIX daqueles considerados por ela como nocivos aos “bons costumes”.

Segundo Marise Ramos (2014), o início do século XX trouxe a preocupação de se organizar a educação profissional no país. Assim, em 1909, o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas; no ano de 1910, criou também os Aprendizados agrícolas, “para atender às necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria”. (RAMOS, 2014, p 24)

A partir daí o ensino profissional no Brasil passaria por inúmeras mudanças que foram acentuando o caráter dualista da educação brasileira. O Estado Novo, por exemplo, preocupou-se em organizar sistematicamente o ensino industrial com a promulgação da Constituição de 1947.

Ramos (2014) pontua que a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), promulgada durante o Estado Novo, na gestão do Ministro Gustavo Capanema, “acentuava a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático. Predominava a função propedêutica voltada para o ensino superior, sob a égide de uma Constituição (1937) que fortaleceu o ensino privado” (RAMOS, 2014, p. 25).

Essa política educacional se tornaria o estereótipo do modelo de educação adotado no território nacional. Com o ensino médio privado preparando os filhos das elites para entrarem nas universidades e o público destinado às classes baixas.

Ramos (2014) entende que a organização do ensino técnico industrial no Brasil a partir do Estado Novo esteve diretamente ligado à atuação do Estado, por conta da criação da CSN e da Fábrica Nacional de Motores. Além disso, para a autora, “a tendência dominante de uso de critérios uniformes de organização e progressão do ensino, a fim de que a escola pudesse ser utilizada eficientemente como instrumento de controle social” (RAMOS, 2014, p. 25).

Um pouco mais adiante, o golpe civil-militar, deflagado em 1964, colocou dois projetos de Brasil em disputa: um que se baseava no desenvolvimento partindo do interior, sustentável e independente; e outro que preferiu aderir a um desenvolvimento subordinado às grandes potências capitalistas do período. Venceu o segundo.

A consequência para a educação foi a implantação da teoria do capital humano. Na concepção de Ramos (2014), “o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a reforma de 1971. A Lei nº 5.692, de 11 de agosto desse ano, colocou como compulsória a profissionalização em todo o ensino de 2º grau” (RAMOS, 2014, p. 30). Uma vez que essa medida significava um vínculo linear entre educação e produção capitalista.

Nesse contexto, o governo militar procurou adequar a educação ao capitalismo associado ao grande capital. A contradição surgida desta posição foi a crescente função

propedêutica do ensino técnico, contrapondo-se ao propósito contenedor de acesso ao Ensino Superior. Por fim, a classe média insatisfeita com esta política educacional levou os militares a reverem a reforma de 1971.

Em 1971, também foi elaborado um projeto mais estruturado para a educação profissional no país, com a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), os quais anos mais tarde serviriam de base para a criação dos Institutos Federais.

O período de redemocratização no Brasil foi a oportunidade de solucionar os problemas históricos da educação no país. Contudo, conforme dissertam Ciavatta, Ramos & Frigotto (2008), a partir do final da década de 1980, foi difundido a ideia por organismos internacionais, como Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e apoiado pela grande imprensa nacional, que o problema dos países periféricos e semiperiféricos estavam relacionados à pouca educação de suas populações.

Defendem esses organismos que a educação deve volta-se para o combate à pobreza e à miséria nos países em desenvolvimento. A educação recomendada era aquela que servisse aos interesses do mercado, preparando jovens para o exercício profissional, mas sem a capacidade de criticar as contradições de um sistema que gera desigualdades.

Ciavatta (2009) explica que a educação era apresentada como um bem econômico, cujo custo media-se pelo investimento necessário para atingir benefícios econômicos, e que esta posição marcaria as disputas envolvendo o debate sobre uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação no país, por ocasião da promulgação da Constituição de 1988.

O Senador Octávio Elíseo, em dezembro de 1988, apresentou um projeto de uma nova LDB para a nova constituição, de que, conforme expõe Ramos (2014), pretendia trazer avanços significativos para a educação nacional, implantando a escola unitária e politécnica, superando a histórica dualidade que marca a história da educação brasileira. No entanto, o projeto de Elíseo foi vencido pelo projeto reducionista do Senador Darcy Ribeiro.

Os governos de Sarney (1985-1990), Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique (1995-2002) mantiveram a estrutura dualista da educação brasileira e, em certa medida, procuraram acentuar o abismo entre a educação dada aos ricos e aquela destinada aos pobres.

Com a eleição de Lula, foi criada a Rede de Institutos Federais, em 29 de dezembro de 2008. A qual adotava a escola unitária, o trabalho como princípio educativo, o ensino integral e politécnico e a perspectiva omnilateral como premissas educacionais.

A escola unitária é aquela que tem o compromisso de resolver a dualidade histórica

existente na educação brasileira. Para Frigotto (2006), a escola unitária e politécnica desenvolve-se em uma ótica de emancipação humana, pois a luta hegemônica desenrola-se sob uma mesma materialidade histórica, complexa, conflitante e antagônica. Para o autor, as “alternativas em jogo no campo dos processos educativos se diferenciam tanto pelo processo quanto pelo conteúdo humano e técnico-científico” (FRIGOTTO, 2006, p. 86).

Ramos (2005) aborda as questões referentes ao trabalho, enquanto princípio educativo. Para a autora a compreensão acerca do trabalho possui dois sentidos: o ontológico e o histórico.

O trabalho como princípio educativo diz respeito à própria essência do homem, pois diferentemente de outros animais o ser humano produz sua existência a partir de uma mediação com a natureza, e esta mediação é realizada pelo trabalho.

Ramos (2010) explica que o ser humano precisa aprender a produzir sua própria existência, transformando a natureza por meio do trabalho, e ao modificar o meio ambiente a sua volta, esse homem também se produz ao longo da história de acordo com a estrutura econômica na qual está inserido, o que, por sua vez, essa estrutura econômica molda a sua consciência.

O trabalho como princípio educativo é uma ideia radicalmente diferente da imposta a maior parte do sistema educacional brasileiro pelos órgãos internacionais e pela elite econômica do país. Nessa perspectiva, o ensino integral é o palco onde este princípio se desenvolve. Assim, a educação profissional integral no ensino médio é aquela que une o ensino propedêutico ao técnico profissional.

A concepção de educação profissional integral defendida nesta dissertação é a que busca integrar teoria e prática e os diversos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo da história, de forma que o estudante tenha não só uma formação técnica mais consistente, mas que consiga ler o mundo a sua volta.

Já a politecnia na educação integral significa, para Saviani (1989), o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas existentes, as quais caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. E, por estar relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho, tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica.

A concepção de politecnia, segundo Saviani (1989), remonta a uma tradição socialista que busca a transformação radical da sociedade, a qual agrega elementos pertencentes ao mundo do trabalho. Aliás, a compreensão do mundo do trabalho é essencial para a politecnia, e este entendimento passa pelo ato de conhecer os processos de trabalho sob a organização

capitalista.

Buscar o entendimento de como as inovações tecnológicas alteram e produzem novas relações de trabalho e as implicações no meio ambiente, na sociedade e sobre o próprio trabalhador. No fim das contas, o ensino integral tem como objetivo formar o homem omnilateral.

O homem omnilateral é aquele que possui todas as dimensões do trabalho. A omnilateralidade, portanto, segundo Steil (1990), utilizando-se da concepção de omnilateralidade em Grundrisse, diz que:

“é a possibilidade histórica do homem de chegar ao desenvolvimento social e individual da totalidade de suas capacidades, isto é, a totalidade da capacidade de consumo ou gozo de bens materiais e espirituais, dos quais está excluído em consequência da divisão do trabalho” (STEIL, 1990, p. 139).

Para Saviani, a omnilateralidade tem a capacidade de a partir de uma formação unificadora de teoria e prática opor-se à divisão entre trabalho manual e o trabalho intelectual.

O ser humano tem na perspectiva omnilateral a possibilidade de enxergar a realidade nas suas múltiplas determinações e que permite compreender os fenômenos em seu devido processo histórico. A perspectiva omnilateral é aquela, enfim, que aborda todos os aspectos de um fenômeno, sejam eles econômicos, históricos, sociais, políticos ou culturais. Por fim, o homem omnilateral é aquele que busca a sua emancipação.

O curso de Guia de turismo subsequente do IFS é orientado pelas concepções de ensino integral e politécnica numa perspectiva omnilateral. Neste sentido, o conteúdo de patrimônio cultural deve ser trabalhado levando em conta sua constituição histórica e social, suas diversas determinações e relações. Dessa forma, é que a educação patrimonial pode ser uma importante aliada à educação integral no âmbito do curso de Guia de turismo do IFS.

A educação patrimonial foi introduzida no Brasil em 1983, pela museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, em decorrência do 1º Seminário sobre o uso Educacional de Museus e Monumentos, organizado pelo Museu Imperial na Cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), “trata-se de um permanente e sistemático trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4). O qual busca retirar do contato direto com as evidências do passado e com as manifestações culturais levar os sujeitos a vivenciar um processo ativo de construção do conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Assim, criando uma consciência para com o bem cultural, com a finalidade de usar da melhor forma possível os patrimônios culturais. Pois, o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Ainda para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial compõe um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o cerca. Dessa forma, o sujeito compreende o universo sociocultural e o processo histórico-temporal em que se insere. Segundo as autoras, esse processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Melo e Cardozo (2015) chamam atenção para o objetivo da educação patrimonial: “o patrimônio é compreendido como a objetivação da produção histórico-social da humanidade, e, portanto, necessita ser socializada, o que é o objetivo da educação patrimonial (p. 1060)”. Então, uma das funções da educação patrimonial, é a socialização da produção histórica-social da humanidade, mas não a mera descrição dessa produção, e, sim, um processo de ensino-aprendizagem cheio de significado:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7).

Mas também, deve possibilitar novos olhares acerca do patrimônio e da relação deste com a comunidade.

Garantir que os patrimônios já consolidados adquiram novos olhares, e que estes sejam respeitados e levados em consideração, além do fato de que novos patrimônios possam ser identificados. Sabemos, no entanto, da dificuldade de garantir esta diversidade de olhares e de possibilidades, por significar espaço de expressão identitária, apontando suas contradições, ou jogos de interesses e os conflitos decorrentes. Daí a necessidade de uma educação patrimonial que leve não a informação, mas à reflexão, ao questionamento, ao contraditório e que aproxime as comunidades nos processos de tomadas de decisões (ZANON; MAGALHÃES; CASTELO BRANCO; 2009, p. 47).

Como mostram Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2009), a educação patrimonial deve superar a simples transmissão de informação e o discurso descritivo dos patrimônios

culturais. Ela deve ser reflexiva, crítica, capaz de trazer questionamentos acerca do passado, mas também das questões do presente. Além disso, deve ser instrumento de coesão de grupos ou comunidades e estimular novas formas de interação e apropriação do espaço patrimonial.

Zanon, Magalhães e Castelo Branco (2009) apontam o local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo estabelece relações sociais culturais com outras localidades. Neste sentido, a educação patrimonial busca valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, ou seja, o local.

O local é o espaço onde ocorre as vivências da comunidade e criam-se as memórias coletivas. A partir desta perspectiva, Gomes, Santos, Vasconcelos Aragão, Britto e Andrade (2015) dizem que há um sentimento duplo em relação ao turismo: ora como um vilão que transforma os bens culturais em mercadoria, ora como uma alternativa econômica salvadora para as comunidades.

Segundo os autores, o encontro entre turismo e educação patrimonial é bem visto, pois cria a possibilidade de superar o turismo de massa. Os agentes de turismo munidos da consciência patrimonial adotam uma perspectiva humanizada.

A importância da educação patrimonial para o operador de turismo está na possibilidade da metodologia ser utilizada como ferramenta interpretativa. E, desta forma, oportunizar ao guia a possibilidade de criar momentos de aprendizagem de uma forma descontraída, mas que provoque a curiosidade e questionamentos no turista a respeito da cultura visitada.

Como visto, a educação patrimonial é uma ferramenta que auxilia a preservação, a valorização e o conhecimento dos bens culturais, e, com isso, facilita os processos de salvaguarda e tombamento dos patrimônios culturais.

Segundo Alencar (2017), as salvaguardas são medidas que garantem a viabilidade do patrimônio imaterial. São medidas de salvaguarda a identificação, a documentação, a investigação, a proteção, a promoção, a valorização e a transmissão dos saberes e fazeres, tanto pela educação formal quanto pela não formal.

Nas palavras de Freitas e Guimarães (2017), o tombamento é, portanto, um instrumento na defesa do patrimônio cultural de “pedra e cal”, ou seja, de monumentos, de obras de arte, de casarios etc. Dessa forma, o poder público pelo ato de tombamento protege da destruição de bens materiais de interesse público que compõem o acervo histórico-cultural do país, pelos vínculos que mantêm com os fatos memoráveis da história ou por seu valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico.

Um ponto importante a ser discutido diz respeito às escolhas em torno de qual

bem cultural deve ser preservado ou não, uma vez que essa escolha, geralmente, é política e expressa a ideologia dominante.

Neste capítulo, procurou-se analisar o tema patrimônio cultural a partir de uma perspectiva omnilateral. Neste sentido, se discutiu o patrimônio nos diversos aspectos e nas suas diversas relações que vão muito além de um discurso meramente descritivo.

É importante compreender o patrimônio cultural como um elemento constitutivo da cidadania, da memória e da identidade de um povo. Assim, em um ensino integral com perspectiva omnilateral não há como realizar um debate superficial e descritivo de um conteúdo tão importante para a formação e a atividade do guia de turismo, que como vimos ao longo do capítulo é cicerone do país, apresentando a cultura brasileira ou sergipana para o turista que vem de fora do país ou do estado.

A forma pela qual o guia de turismo atua em relação à cultura que vai apresentar ao turista pode encher de significado a sua visita ou criar distorções que dificilmente poderão ser sanadas. O guia que realmente apreende a perspectiva omnilateral no seu cotidiano criam ambientes de aprendizagem em todos os lugares sem que isso se torne enfadonho para o turista, deixando sempre “aquele gostinho de quero mais”.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados levantados durante a realização da pesquisa. Como método de análise, optamos pela análise de discurso da linha francesa de estudos a partir da perspectiva de Michel Pêcheux (2014).

Neste sentido, analisamos o material refletindo sobre os seguintes aspectos: quais os pontos de convergência e divergência entre os discursos de especialistas sobre o patrimônio cultural e o discurso sobre o mesmo tema presente nas aulas de Guia de turismo do Instituto Federal de Sergipe? Qual o sentido de patrimônio cultural que está presente nos discursos dos guias de turismo formados e nos discursos dos alunos do curso de Guia de turismo? No que converge e diverge os discursos de guias de turismo formados e alunos do curso de Guia de turismo a respeito dos bens culturais, da perspectiva omnilateral defendida pelo discurso do Instituto Federal de Sergipe?

Esses foram alguns questionamentos que delinearam nossa análise, na qual se procurou apresentar os processos de significação e os sentidos discursivos dos atores sociais (guias formados, profissionais que trabalham com o patrimônio cultural e os alunos do curso de Guia de turismo), assim como descrever as principais características discursivas encontradas ao longo da pesquisa de campo.

Como dito, as análises de discurso foram feitas a partir da análise de discurso francesa na perspectiva de Michel Pêcheux (2014), que parte de uma abordagem na qual se procura compreender os sentidos produzidos por sujeitos inseridos em um determinado contexto social, histórico e ideológico.

Por consequência, as primeiras linhas desta divisão textual têm por finalidade apresentar o atual contexto social, político e histórico, no qual os discursos dos sujeitos entrevistados na pesquisa foram formados.

Segundo Coutinho (2021) em 2016, as forças de direita e extrema direita se uniram para dar um golpe disfarçado de impeachment na presidente Dilma Rousseff, iniciando, com isso, um período de avanço da doutrina neoliberal que gerou desemprego, violência, perdas de direitos trabalhistas, polarização da política e crises econômica, social e institucional, as quais se estendem até o atual momento.

A ascensão de Michel Temer (vice-presidente de Dilma) à presidência representou a vitória do mercado contra as políticas sociais do governo dos Partidos dos Trabalhadores (PT), encerrando a experiência da esquerda no poder.

A gestão do Presidente Temer foi marcada por uma reforma trabalhista, na qual muitas das prerrogativas presentes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 foram flexibilizadas, dando a possibilidade de contratos de trabalho serem negociados pela negociação direta entre empregador e empregado sobre o que foi legislado. O discurso do governo dizia que o país teria maior competitividade econômica e iria gerar mais empregos. Na prática dava poderes aos empresários de impor suas vontades aos trabalhadores.

No fim, as justificativas da administração Temer mostraram-se imprecisas. A economia brasileira foi incapaz de gerar mais empregos e a reforma trabalhista não foi capaz de tornar o país mais competitivo.

Em 2018, em um clima de muita polarização política, o candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente da república. Sua eleição simboliza a ascensão da extrema direita e de sua agenda ao poder.

Coutinho afirma (2021) que a administração Bolsonaro trouxe uma pauta reacionária/conservadora para o Brasil. A intolerância ao discurso do outro, ao discurso científico e até mesmo ao discurso democrático dão à tônica a um governo anacrônico.

As políticas do governo para a economia, a saúde e a educação são desastrosas, levando essas áreas a uma profunda crise. O brasileiro depois de anos da gestão PT voltou a se encontrar com a extrema pobreza, com a fome, com o desemprego em massa, com a inflação e com um profundo descaso pela educação.

A pandemia de Sars-Cov-2 é pautada por uma concepção político-ideológica baseada em uma espécie de Darwinismo macabro. Em que se deixa a população exposta à doença e, até mesmo, se estimula ao descumprimento do isolamento social, do uso de medicamentos, sem qualquer comprovação científica a respeito, como a Hidroxicloroquina. O resultado do descaso do governo federal com a vida dos brasileiros levou mais de 600 mil pessoas a óbito.

No campo cultural, a agenda da administração Bolsonaro deflagrou uma guerra cultural aos principais aparelhos de cultura do país. Por conta do conservadorismo, racismo e homofobia de certos setores da sociedade brasileira.

A expressão guerra cultural não é nova, mas sua compreensão variou ao decorrer da história. Em 1991, o antropólogo James Davison Hunter introduz o conceito de guerra cultural com a publicação do seu livro “Cultura wars: a luta para definir a América”, que abarca o realinhamento e a polarização dramática da política e da cultura norte americana em torno de temas, como o aborto, o porte de armas, o aquecimento global, a imigração, a separação da Igreja e do Estado e a concessão de direitos a grupos minoritários como os LGBTQIA+.

No caso brasileiro, a guerra cultural envereda por dois caminhos: o primeiro está relacionado à separação do Estado e a Igreja; e o segundo a questões ligadas à sexualidade e à homossexualidade. Estes dois tópicos são extremamente importantes para alguns grupos religiosos no país. Neste sentido, a guerra cultural é vista como uma cruzada contra os inimigos da fé cristã, que querem destruir os valores tradicionais defendidos pelas boas famílias do país.

Não foi à toa que esses grupos se apropriaram da expressão “cidadão de bem”, que é um recurso discursivo para definir a identidade e os papéis socialmente aceitos por esta parcela da sociedade.

Por conseguinte, o perfil desejado é o do homem branco de classe média alta, cristão, heterossexual, com ascendência europeia, anti-intelectual, misógino e conservador. Enquanto o papel da mulher, nesta concepção de mundo, é o de esposa obediente, da mãe zelosa e da defensora dos valores familiares.

A vitória de Bolsonaro foi consequência desse ideário, da luta de alguns grupos cristãos contra o demônio representado por todos aqueles que defendem ideias mais progressistas. O ódio ao PT, em parte, é fruto desta lógica de pensamento, que enxergava a defesa que o partido fazia contra a discriminação racial, de gênero e social como uma ameaça ao mundo e ao modo de viver idealizado por esses grupos de extrema direita.

Bolsonaro soube direcionar a sua campanha política para as camadas da sociedade com pensamento de direita. Construiu os seus discursos com base na percepção político-ideológica dessa camada e se tornou um “mito”, o salvador da pátria e o defensor dos valores cristãos e familiares.

Desse modo, pouco importa para os bolsonaristas se a gasolina está a 7,00 reais, se o gás de cozinha está custando 110, 00 reais, ou mesmo se temos milhões de brasileiros passando fome. Na concepção de mundo dos defensores do presidente, o que importa é a guerra cultural, ou seja, a defesa dos temas caros a essa extrema direita religiosa ou não, como: aborto, casamento homossexual, educação de gênero, maconha, cotas raciais e a oposição ao discurso científico. Dessa forma, a cultura e a educação se tornam os principais alvos da guerra cultural empreendida pela administração Bolsonaro.

Tanto que um dos seus primeiros atos foi a extinção do Ministério da Cultura, tornando-o apenas uma secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. No campo simbólico, significa que a cultura foi reduzida a um simples produto turístico, e na esfera prática, a redução drástica dos recursos destinados à cultura no país.

Outra ação do governo foi o sucateamento e o aparelhamento ideológico do IPHAN, muito mencionado nos depoimentos dos profissionais que trabalham com a questão do patrimônio cultural. Nesse sentido, as ações da gestão bolsonarista atingem direto aos bens culturais brasileiros, colocando-os sobre um risco permanente.

No Ministério da Educação também percebemos o comprometimento do Presidente com a guerra cultural. Entre sucessivos ministros, Abraham Weintraub foi o mais caricato, protagonista de verdadeiras cenas de terror. O seu discurso foi marcado por um anticientificismo direcionado às universidades, à homofobia e à aversão política pela esquerda.

Por último, para terminar esse sombrio panorama, temos a nomeação do atual presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, que age como um verdadeiro “capitão do mato”, implantando uma política ideológica que é contrária a tudo o que a Fundação Palmares valoriza e defende.

O resultado disso é terrível e catastrófico para a cultura nacional e para os patrimônios culturais brasileiros, por exemplo, nos episódios do incêndio do Museu Nacional e da Cinemateca Nacional, o discurso do presidente Jair Bolsonaro foi o de desdenhar a irreparável perda de tanto material de pesquisa. O descaso do presidente atingiu todos os aparelhos de cultura no país que sofrem com a falta de recursos para manter coisas básicas, como as despesas de água e luz.

Então, é neste contexto histórico, social e político que os discursos dos profissionais que trabalham ou refletem sobre o patrimônio cultural, os guias de turismo e as respostas dos alunos do curso de guia de turismo foram elaborados.

4.1 O Discurso sobre o Patrimônio Cultural

A perspectiva omnilateral é, antes de tudo, integradora. Isso se deve ao fato de a vida ser integração, pois os diversas fenômenos que compõem o mundo, sejam estes tangíveis ou intangíveis, estão interligados.

Dessa forma, ao observar, por exemplo, um determinado fato histórico, como a Queda da Bastilha, com a intenção de realmente compreender as razões que levaram a tomada da prisão pelos revolucionários, os sentidos dos discursos sobre a urgência da invasão e a simbologia presente na ação, assim como as inúmeras cadeias de acontecimentos que se seguiram após a conclusão do ato revolucionário na Bastilha devem ser vistos a partir de uma perspectiva omnilateral, ou seja, totalizadora, compreendendo as nuances econômicas, sociais,

culturais, políticas, históricas e mesmo emocionais.

Os discursos produzem sentidos que podem ter uma base ideológica comum ou serem opostos uns aos outros. Assim, a primeira parte desta análise se dedica a comparar os discursos das professoras de outras instituições com aqueles que são proferidos pelos alunos e ex-alunos do IFS, encontrando, assim, as convergências e as divergências entre os discursos destes diferentes atores sociais.

Participaram das seções de História Oral Temática quatro profissionais que estudam ou trabalham com a questão do patrimônio cultural, sendo duas turismólogas, uma arquiteta e uma historiadora.

As seções de História Oral foram organizadas a partir de um questionário semiestruturado com dez perguntas. Os encontros foram realizados a partir da plataforma Google Meet com duração em média de 45 minutos.

A primeira entrevista foi com a Professora e Arquiteta **Elisa Roberta Zanon**, formada pela Universidade Estadual de Londrina-PR (2004), possui especialização em História e Teorias da Arte, pela mesma universidade. Além disso, é Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PROP GEO) e Doutoranda do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina.

Contudo, a maior parte da sua experiência com o patrimônio cultural não veio do meio acadêmico, como a própria Zanon destaca, e sim da participação na diretoria de patrimônio histórico e cultural do município de Londrina, onde trabalhou com montagem e execução de roteiros, além da educação patrimonial. É uma das autoras do livro “Educação patrimonial: da teoria à prática”.

A prefeitura de Londrina-PR destaca-se pelas políticas de proteção e divulgação do seu patrimônio cultural. As ações de promoção e educação envolvem a criação de roteiros para as visitas educativas aos patrimônios, a organização de oficinas de educação patrimonial e a produção de produtos voltados para as questões que envolvem os bens culturais. Além disso, também age por leis, como a que torna a educação patrimonial obrigatória a partir do terceiro ano do ensino fundamental nas escolas municipais, e pela Lei 11.118/2011, que define como instrumentos de preservação do patrimônio cultural da cidade a listagem de bens de interesse de preservação e o tombamento.

Os vínculos da Arquiteta com as questões do patrimônio cultural, assim como a sua consciência patrimonial foram formados durante a sua atuação na Secretária de Cultura do município de Londrina-PR. Nos discursos da entrevistada, fica evidente a importância que dá às questões que envolvem o patrimônio cultural local, o que é exemplificado no trecho de sua

fala destacado a baixo:

Isso tudo é bem complexo, mas eu acho também que a escala local ela é muito importante, porque é quando você cria de fato os laços afetivos, e você cria relação com o lugar, porque senão a gente só elege o nacional e não elege o municipal. Então, eu sou super a favor que os municípios, por exemplo, criem as suas leis ou suas regras, não necessariamente precisa ser uma lei, porque uma lei não segura, mas as suas regras de preservação e conservação dos saberes (ELISA ZANON, 2020).

O discurso de Zanon, portanto, reflete a sua experiência pessoal em anos de atuação como monitora dos roteiros organizados pela Secretária de Cultura. A Arquiteta dá significado a todo esse trabalho elegendo o patrimônio cultural local como a incubadora dos sentimentos de afeição, formação de memória e pertencimento.

As respostas de Eliza Zanon são repletas de reflexões e abarcam as diversas camadas em que o patrimônio cultural se relaciona com algum outro elemento. Neste universo, que a autora dialoga sobre as disputas políticas e ideológicas que envolvem os bens culturais nacionais. Como o caso já citado, da caipirinha alçada à condição de patrimônio nacional por conta de um apelo econômico. Zanon explica:

Aí, é aquela outra situação. Por isso que eu falo, o patrimônio ele é mais significativo em um nível local, porque quando ele vai para esse nível nacional ou internacional, no nacional ele tem um viés muito político e no internacional ele, de fato, está ligado a um apelo mercadológico. Isso não tenha dúvida. E, aí, a relação neoliberal e tal cria uma desconexão muito forte da população, e, aí, existe uma coisa que eu acho bem complicada, é uma apropriação do simbólico. Porque alguém está se apropriando desse capital simbólico e está tirando proveito disso e não é a população local (ELISA ZANON, 2020).

Portanto, a entrevistada invoca, constantemente, no seu discurso, o patrimônio cultural pertencente ao município ou a um bairro. De fato, quando observamos os bens culturais inseridos em um macrocosmo, como a cidade de Ouro Preto, o Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro, o Pelourinho em Salvador e outros tantos bens culturais com valor nacional espalhados pelo Brasil, percebemos que todos esses patrimônios culturais recebem bastante visibilidade e investimento em vista dos demais patrimônios culturais sem tanto prestígio.

A presença do mercado e de seus discursos é fortemente presente em produtos culturais que possuem uma alta demanda de visitação. Zanon (2020) diz que o resultado da exploração econômica é a desconexão com a população originária.

Em muitas cidades ao redor do Brasil e do mundo, essa desconexão com as áreas

de exploração cultural consiste em dois elementos: a gentrificação e a perda dos elementos culturais originais.

O patrimônio cultural local é significado, no discurso de Zanon, como realmente puro e imaculado, pois não sofre os processos de mercantilização e exploração, ou pelo menos não sofre esses processos tão intensamente.

Além disso, é a nível local que realmente acontece as ligações entre o sujeito e os bens culturais. No município ou no bairro, os sentimentos de afetibilidade, identidade e pertencimento é que são gerados, pois é a nível local que se dá a maior parte das vivências dos seres humanos.

O patrimônio cultural local nas palavras da Arquiteta “*é quando as pessoas começam a lembrar que não existe mais o prédio onde estudou. Então, é como se os edifícios fossem testemunhas da sua vida, da sua história*” (ELISA ZANON, 2020). A significação dos bens culturais locais no discurso de Zanon remete a esse lugar comum, da infância, da vivência, da formação das nossas primeiras memórias e talvez das mais afetivas entre tantas outras.

A segunda entrevistada foi a historiadora **Aline Montenegro Magalhães**, que é uma profissional que na sua formação, de um jeito ou de outro, sempre esteve vinculada ao Museu Histórico Nacional (um dos mais importantes do Brasil). É Mestra e Doutora em História pelo PPGHIS/UFRJ, docente no curso de MBA de Gestão de Museus da UCAM e cofundadora do blog <www.exporvisoos.com> e pertence aos quadros permanentes do Museu Histórico Nacional.

O caso de Magalhães é bastante interessante. É oriunda de uma graduação que lida criticamente com o Patrimônio Cultural, a historiadora passou boa parte da sua carreira acadêmica dedicada às questões que envolvem os bens culturais e os museus. Portanto, é desse local de fala que seu discurso é organizado.

O significado encontrado no discurso da entrevistada busca um contraponto aos discursos do mercado para os bens culturais. Montenegro deixa muito claro o seu posicionamento:

Infelizmente, a gente assiste a um desmonte do campo do patrimônio em governos guiados por projetos neoliberais. Esvaziamento em forma da falta de contratação de especialistas, na falta de recursos para a manutenção, na falta de políticas de fortalecimento, na gestão por profissionais desqualificados, o que torna o setor frágil e suscetível a outros interesses que não coadunam com o direito à cultura e à memória. São interesses de uma minoria que deseja se apropriar da coisa pública para uso e enriquecimento particular (ALINE MONTENEGRO, 2020).

No seu discurso, destacam-se os seguintes pontos, como o desmonte do campo

patrimonial, a falta de contratação de especialistas, a falta de recursos, a falta de políticas para a área patrimonial e de gestores desqualificados. Todos esses elementos convergem para o atual contexto da cultura brasileira, principalmente agora sobre os auspícios da administração do presidente Jair Bolsonaro.

Isso significa, na prática, que neste momento, os patrimônios culturais sofrem com as políticas neoliberais, as quais esvaziam os seus sentidos e a sua importância por meio da desvalorização da cultural e da falta de investimentos.

O atual projeto neoliberal no país tem como uma das características o ataque à cultura, ou seja, a guerra cultural que já mencionamos no início deste capítulo. Os discursos pertencentes à formação discursiva neoliberal avançam por todas as áreas da sociedade, construindo uma rede de interdiscursos que favoreçam a ideologia capitalista, e os quais mantêm os grupos pertencentes à elite, unidos ao lucro.

Nesse sentido, a historiadora expõe, quando reflete a relação entre os patrimônios culturais e o turismo, e seus pontos de encontro e desencontros, que o discurso mercadológico invade a prática discursiva do turismo, ameaçando ou mesmo ajudando a desconstruir outros discursos, como o científico. Montenegro diz, então:

Em termos de encontro, o turismo contribui para o conhecimento e a valorização do patrimônio, mas também para o questionamento e a contestação. Isso é importante. O MHN lutou anos para ser inserido no roteiro turístico da cidade do Rio de Janeiro, onde as praias e os grandes monumentos roubam a cena, como o bondinho do Pão de Açúcar e o Cristo Redentor. Em termos de desencontro considero ruim o tempo que se reserva para uma visita ao museu, o que torna a experiência muito corrida e muito superficial e também os discursos que muitas vezes se restringem ao “vendável” em tons de curiosidades e sensacionalismos, muitas vezes contradizendo os discursos científicos e problematizantes construídos nesses espaços (ALINE MONTENEGRO, 2020).

O discurso mercadológico reduz os bens culturais a coisas vendáveis e procura desconstruir aqueles discursos científicos, problematizadores e críticos, os quais de uma forma ou outra ameaçam as posições discursivas capitalistas.

Por consequência, na visão do mercado, o patrimônio cultural é apenas um produto a ser comercializado, sendo aqueles rentáveis elegidos como financiáveis e objetos de uma intensa propaganda, mas que, muitas vezes, não se relacionam com as comunidades nas quais estão inseridos, e aqueles esquecidos e condenados ao desaparecimento, pois não são rentáveis, contudo, são esses que criam sentimentos de afetibilidade, pertencimento e constroem identidades.

A respeito da educação patrimonial na formação dos profissionais de turismo nos

diversos níveis, a Historiadora construiu a sua resposta em torno de uma educação patrimonial que busca a conscientização da importância da preservação do patrimônio cultural, uma educação patrimonial cidadã. Assim, diz:

Acho fundamental que se implementem e consolidem políticas públicas de educação patrimonial e que seja um tema obrigatório na formação de guias de turismo e turismólogos. Não uma educação patrimonial que considere apenas o conhecimento do patrimônio visando a sua valorização, mas que possibilite a construção de um olhar crítico para o que se definiu como patrimônio e que também abra espaço para questionamentos, conhecimento dos processos, incentivando ampla participação. A educação patrimonial deve ser comprometida com uma perspectiva antirracista, plural e democrática. (ALINE MONTENEGRO, 2020).

A Historiadora, portanto, pensou em uma educação patrimonial capaz de criar uma consciência crítica, produtora de questionamentos, a qual incentiva a ampla participação popular, e, principalmente, em uma perspectiva que seja pluralista e democrática, e tenha como objetivo o combate de todas as formas de preconceitos e discriminações.

Assim, três elementos orientam o discurso de Montenegro, que são: o questionamento às práticas neoliberais para a cultura, o discurso turístico tomado pela lógica do mercado e uma educação patrimonial cidadã. Nesta perspectiva, a visão da Historiadora é eminentemente omnilateral, abarcando vários temas que compõem a dinâmica dos bens culturais e também dos museus ao longo de sua entrevista.

As últimas duas entrevistas foi realiza com a professora e turismóloga **Elcione Luciana**, que é Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Ela possui Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2012), trabalhou na Coordenadoria de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina/MG e foi chefe de Divisão de Turismo da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Serro (SECTUMA) nos anos de 2008 a 2010. Atualmente, encontra-se realizando o Doutorado em Patrimônios alimentares: culturas e identidades na Universidade de Coimbra.

A relação profissional de Luciana com os patrimônios culturais iniciou-se muito cedo, ainda na sua adolescência. Nascida em Serro-MG, uma das cidades pertencentes ao conjunto de cidades históricas de Minas Gerais, a Turismóloga foi guia de turismo em Diamantina-MG e Serro-MG, estando sempre envolvida com a pesquisa histórica nos arquivos da cidade e no guiamento dos turistas.

As respostas de Luciana revelam uma profissional extremamente crítica, em relação a

sua profissão. Por exemplo, na pergunta que procurou destacar os pontos positivos e negativos do turismo, em relação ao Patrimônio Cultural, a entrevistada deu uma resposta bastante complexa, como pode-se observar na parte transcrita que destacamos:

O turismo tem uma capacidade enorme de geração de fonte de renda, de emprego, [...] gera impostos que podem ser utilizados para a melhoria do setor de serviços também, para melhoria da infraestrutura local. [...] o turismo e o patrimônio têm uma relação intrínseca desde a antiguidade. As pessoas viajavam pra conhecer umas as outras. Não tinha esse nome turismo que nós usamos hoje, mas era um tipo de deslocamento pra conhecer o outro. Heródoto, o pai da história, também tem uma importância enorme para o turismo. Ele descreveu a sociedade daquele período, foi um dos primeiros a descrever a cultura. Então o turismo sempre andou com o patrimônio cultural [...]. Outro fator positivo é a parte sociocultural, que é a questão da difusão de conhecimento de práticas, de manutenção e do patrimônio. Muitos monumentos culturais e históricos são geridos financeiramente por empresas devido às visitas turísticas, a parte positiva é a geração de empregos [...]. Dos aspectos negativos, acho que é econômico, quando a gente pensa no turismo que muitas vezes coloca a própria identidade do local sobre ameaça, mas também motivado por diversas políticas. Em diversos processos, podem ocorrer perda da identidade cultural quando a sociedade que é detentora daquele patrimônio ela não se sente conectada a aquele patrimônio, também há processos de aculturação que podem acontecer com a interseção do turista com a comunidade [...]. Ocorre também a criação de eventos falsos, a atração para atrair o turista, então, assim, a história pode ser mal contada, criar um mito em torno de uma tradição que não existe naquele local (LUCIANA, 2020).

O depoimento de Luciana destaca os elementos positivos e negativos que envolvem a relação do turismo com o patrimônio cultural. Foi muito importante observar os apontamentos no discurso, e compreender que o turismo não é um inimigo do patrimônio cultural. Ter esta dimensão em foco é muito importante, pois ao longo desse texto pode parecer que tecemos uma crítica ferrenha ao turismo, o que não é verdade.

Dito isso, o turismo é, por sua vez, uma atividade econômica muito complexa e cheia de nuances que demandam muita atenção para serem compreendidas. A turismóloga Lucina chamou a atenção para os aspectos positivos desta relação. Turismo e patrimônio cultural não são adversários, ambos não se colocam em lados opostos do campo, como disse a entrevistada, a relação entre os dois é íntima e antiga.

O patrimônio cultural é o ‘carro chefe’ da atividade turística, e em convergência o turismo oferece visibilidade, financiamento para ações de preservação, reconhecimento e valorização dos bens culturais.

Sobre o turismo, portanto, quando parte da premissa que deve ser realizado com ética, racionalidade e sustentabilidade em oposição a uma prática que só vise o lucro e a degradação do patrimônio cultural, como expressado na fala de Luciana, que deixa claro que, as forças do mercado podem levar a destruição de identidades, a processos de aculturação e a incorporação de práticas que não possuem nenhum vínculo com a cultura de onde o

patrimônio cultural encontra-se localizado.

Outro ponto que se destaca na entrevista com a turismóloga foi a questão das dificuldades em torno da preservação, da divulgação e da valorização do patrimônio cultural, o qual para a pesquisadora sofre com a falta de políticas específicas. Neste sentido, Luciana destaca o seguinte ponto: *“Eu sei as dificuldades que temos, e uma das principais é voltada para a educação patrimonial, uma área que é ainda incipiente, mas que é cada vez mais necessária de programas dentro deste.”* (LUCIANA, 2020).

Realizando seu Doutorado em Portugal na Universidade de Coimbra, a Turismóloga faz uma rápida comparação entre como as questões do patrimônio cultural são tratadas em Portugal e como são tratadas no Brasil.

Para Luciana, existe por parte da sociedade portuguesa uma consciência patrimonial maior que a do Brasil, mesmo que enfrentem problemas muito semelhantes, como o financiamento para as restaurações de prédios e monumentos e para ações que envolvam conservação, valorização, divulgação e produção de conhecimento.

A última entrevistada foi a turismóloga Nadia Giannini que tem Mestrado na área de Patrimônio Cultural feito na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e atualmente faz Doutorado, pesquisando as divergências entre o discurso dos turismólogos sobre patrimônio cultural para o discurso de profissionais de outras áreas que lidam com as questões do patrimônio cultural.

Nadia diz que apesar dos discursos feitos pelos turismólogos produzirem um sentido comum o de que o patrimônio cultural deve ser preservado, na prática, a relação entre estes profissionais e os bens culturais é bem diferente. A pesquisadora coloca nos seguintes termos:

Cultura tem tudo a ver com turismo e turismo tem tudo a ver com cultura, principalmente ligado na questão do patrimônio material, e também no imaterial, que é muito baseado. A experiência turística se baseia bastante no patrimônio imaterial. Mas, existe bastante dificuldade na relação entre essas duas áreas, principalmente na gestão de políticas públicas (NADIA, 2020).

O discurso de Nadia refere-se ao universo da graduação, o que em tese teria pouco a ver com a práxis dos guias de turismo, entretanto, os turismólogos atuam na formação dos guias. A visão de mundo desses profissionais é transmitida aos guias de turismo durante as aulas.

Nesse sentido, Giannini () diz que as faculdades de turismo se dividem em duas vertentes: uma que prioriza a gestão do turismo e a outra que preza pelo desenvolvimento

crítico de seus estudantes. Contudo, diz a Turismóloga, que

[...] é muito particular. Existe, sim, uma consciência patrimonial, só que o turismo é, infelizmente, na minha opinião, muito voltado para o mercado, muito comercial. Então, existe muito uma questão assim de você transformar o patrimônio tal em produto para você vender, para você atrair visitante, para você ter um fluxo de turismo. Então, assim, vai muito do profissional, porque o turismo tem essa visão bem mercadológica, muito voltada para o mercado, pro capital, para o uso turístico do patrimônio. Então, acredito que há sim, uma consciência do patrimônio, quando você conhece e sabe a história, tem uma tendência de você ter uma valorização daquilo ali, mas por um outro lado, o uso desenfreado, ou então um turismo mal planejado ou turismo massificado, ele pode trazer problemas. A gente percebe isso bem claramente com o patrimônio natural. A gente tem uma tendência, assim, ao turismo de você cada vez mais querer desenvolver, desenvolver no sentido de trazer um crescimento, muitas vezes desenfreado para aquilo, buscando cada vez mais lucro, então trazer cada vez mais visitantes ou atividades diferentes, então isso pode ter até um efeito negativo. Por outro lado, o turismo também pode ser uma ferramenta interessante de valorizar, de proporcionar pré-educação. Tem ali ferramentas como o turismo pedagógico que você pode estar utilizando para realmente valorizar e levar o conhecimento de uma forma diferente, assim, um pouco mais dinâmica para aquele patrimônio [...] (NADIA, 2020).

Tanto o discurso de Nadia quanto o de Elcione procuraram destacar os pontos negativos e positivos da atividade turística e o forte caráter mercadológico que envolve a atividade. Partindo dessa premissa, a formação dos profissionais da área de turismo deve ser de tal forma que permita o guia de turismo ou o turismólogo a fazer o contraponto à lógica mercantil do turismo.

Um profissional consciente é fundamental para adotar uma práxis profissional que se diferencia daquela ditada pelo mercado, por exemplo, a ideologia neoliberal embutida em cada aspecto da vida humana, que produz discursos que têm como sentido a desvalorização da gestão pública, vista como deficiente e amadora. O discurso neoliberal prima pela supremacia do privado em relação aos bens comuns. Dessa maneira, o setor privado é o *lócus* da racionalidade administrativa, e, portanto, a única capaz de corrigir os erros do Estado.

Nadia, ao analisar os muitos discursos em torno do patrimônio cultural, tanto por parte dos turismólogos quanto por parte dos demais profissionais que trabalham com a temática, chega a mesma compreensão:

Agora sim, a gente chegou em um ponto. Eu acho assim, o discurso neoliberal tomou conta de tudo. Então o turismo é muito utilizado para você trazer para o patrimônio público, que eu acredito que deveria ser público e de acesso cada vez mais universal e inclusivo. Com o turismo você traz um discurso neoliberal, que vai buscar um uso para aquilo. Então como já falei, para algumas outras questões, você vai colocar que o público não dá conta de preservar disso sozinho, precisamos da iniciativa privada, mas a iniciativa privada busca o lucro [...]. Dentro desse discurso neoliberal também vem da gente melhorar a experiência turística, oferecer novos produtos, e as vezes tem muito uma padronização. Por exemplo, teve um

artigo que eu li, que era sobre uma prática de souvenir que eles faziam em Gana, se não me engano, que era feito um tipo de artesanato há mais de cem anos, a população fazia de um determinado jeito, e, aí, a partir do turismo, aquilo teve muito interesse mercadológico, interesse do capital, de vender aquilo. Só que eles perceberam que os turistas não gostavam muito do jeito que eles faziam, gostava de um outro jeito, então acabou tendo uma padronização ou modificação mesmo do que era a herança cultural deles, para vender para o turista. Então, acho que o neoliberalismo traz muito essa questão, tem que liberar a economia, privatizar. Mas a gente tem que pensar, que medida isso vai realmente valorizar ou vai ajudar cada vez uma precarização maior desse patrimônio, dos serviços, até dos próprios trabalhadores que trabalham com isso. Porque a gente vê o neoliberalismo também precarizando muito os trabalhadores, os guias de turismo, os turismólogos e até os gestores também desses museus. Discursos de que o poder público não tem a capacidade, então a gente tem (NADIA, 2020).

Os discursos organizam o sentido do mundo para nós. Ajudam a construirmos nossas identidades e alteram a percepção que temos da realidade social em que vivemos e onde se manifestam os fenômenos, das mais diversas ordens que nos cercam. Esses discursos estão impregnados de ideologia e buscam cooptar defensores para apoiar os seus objetivos. Nessa perspectiva, Nadia, ao olhar para o discurso neoliberal, para as questões do patrimônio cultural, compreende que há o esvaziamento dos significados dos discursos científicos construídos pelos profissionais que trabalham com essa temática.

O discurso é o suporte da ideologia, e o viés ideológico do neoliberalismo é a lógica do mercado capitalista. Isso significa que o patrimônio cultural é reduzido a um produto comercial e a sua importância está no sentido de dar lucro, enquanto o discurso construído por profissionais, como o de historiadores, está na importância do patrimônio cultural para as comunidades.

Assim, o turismo ao incorporar no seu discurso o patrimônio cultural como produto turístico deixou-se influenciar por outros discursos próprios da formação discursiva capitalista.

Não que a ideia dos bens culturais como um importante elemento na geração de novos empregos, no desenvolvimento da economia local e na construção de uma infraestrutura, tenha que ser abandonada em prol de um conservadorismo que também não levará a lugar algum.

É preciso chegar ao um meio termo para que o patrimônio cultural não perca os seus significados para as comunidades locais. Os bens culturais devem ser utilizados para trazer recursos financeiros às comunidades, mas não devem ser reduzidos a uma mercadoria. Devem ser instrumentos de desenvolvimento e empoderamento das populações locais.

Nesse sentido, Nadia revela, na sua entrevista, que advoga por um turismo mais sustentável, vendo no turismo de base comunitária uma alternativa ao turismo de massa, o

qual pode empoderar as comunidades dando-as o protagonismo no momento de elaborar e executar roteiros e possibilitando a mitigação dos impactos da atividade turística. Assim, a Turismóloga expõe:

É possível sim, é possível. Não sei se você é familiarizado com o turismo de base comunitária, que assim, eu gostaria muito que fosse o tipo de turismo que é universal, mas eu também acho que ele é uma coisa muito utópica, até no contexto, momento histórico que estamos vivendo. Mas ele é um turismo que volta para outros princípios, outras diretrizes. É um princípio de cooperação, de comunidade, autogestão, então o turismo de base comunitária ele seria o contrário do neoliberalismo. Então, por exemplo, ao invés de ir lá conceder um museu ou uma igreja, qualquer patrimônio público ou cultural que a gente tenha, ao invés de conceder para uma iniciativa privada, rede de hotéis gringa, por exemplo, a gente vai fazer uma capacitação da própria população local ali, para eles fazerem uma gestão daquele patrimônio e verem o que dentro da cultura deles, dentro daquela herança, dentro daquelas pessoas... na verdade, as próprias pessoas também são patrimônio histórico. Enfim, não é da minha área, me perdoa se estiver falando besteira, mas por que não, né? Aquela experiência, aquele conhecimento da pessoa ser também uma, no caso, a gente fala ser um atrativo turístico, ele é até ligado ao capital assim, mas eu acredito que pode ser, sim, uma forma diferente da gente pensar e quebrar com essa lógica do capital mesmo. A gente tem muito o turismo de base comunitária, hoje ele acontece em comunidades indígenas, quilombolas, comunidades de ribeirinhas, mas por que não acontecer nas cidades do interior, por exemplo? Às vezes, tem muita relação com território, tem essa relação mesmo com a história daquele local, com o patrimônio. Então, eu acredito. É possível? Talvez não, mas eu acredito que existe sim. (NADIA, 2020).

Então, a entrevistada acredita que o turismo de base comunitária é uma saída ao turismo de massa, pois tem suas raízes fincadas em outras diretrizes que permitem maior cooperação e autogestão das comunidades.

Destaca-se, no discurso de Nadia, a compreensão que os próprios moradores das comunidades podem ser considerados como um patrimônio cultural, e por que não? As palavras da turismóloga encontram ressonância em uma passagem de Meneses (2006), em que o historiador narra uma experiência com um guia de turismo apresentando a um grupo de turistas franceses uma das igrejas de Diamantina em Minas Gerais.

Este guia de turismo cuidadosamente elabora o seu discurso em torno da história da igreja e dos elementos arquitetônicos, mas, ao longo de sua apresentação, percebe que há uma senhora rezando, o que leva ao profissional do guiamento turístico se sentir incomodado.

Imagine a seguinte cena: uma senhora idosa reza contrita, de joelho, na Igreja do Carmo, em Diamantina, faz naquele espaço o que cotidianamente a motiva a se deslocar de seu ambiente doméstico até o templo de sua devoção para rezar e pedir graça a Deus pelo mundo e pelos seus entes queridos. Nesse tempo de reflexão, ela é uma fiel a se elevar a Deus, e esse momento lhe é único, de importância fundamental para sua existência. No horário de sua oração, a igreja está aberta também à visitação turística. Um guia que acompanha dezenas de turistas franceses explica a eles a construção da cultura e da arte barroca nas Minas Gerais. No seu

discurso, a cultura que apresenta é fruto de um contexto histórico contrarreformista, onde os preceitos de Trento dão norte aos modos de viver e representar a vida e o culto a Deus, nas Minas Gerais do século XVIII. O guia quer, através das talhas dos altares e da pintura do forro, enaltecer as características do barroco mineiro como manifestação distinta e, no olhar para o alto e explicar e buscar evidenciar a qualidade do seu francês, mal percebe a beata. Quando percebe, acha um incômodo a sua presença. Que mulher mais fora de propósito, pensa ele. Os turistas, de antemão, perceberam a senhora em oração, e para eles ela é, também, um atrativo para se ver, um problema para pensar. Olham os altares e o forro que eles buscaram conhecer porque previram e planejaram sua viagem sabendo da distinção do barroco mineiro. Compreendem as características explicadas pelo guia turístico, mas, atentos a tudo, com maior parte dos turistas, observam, também, e com curiosidade, e com a curiosidade e o interesse desvelador, a velhinha mineira. [...]

O guia não jogou luz sobre a manifestação cotidiana da senhora em oração e continuou seu discurso, mesmo percebendo o interesse dos franceses por aquela diamantinense que vai rezar na igreja fora do horário do culto coletivo. Se ela não estivesse presente, ele teria desempenhado melhor seu papel porque não teria que baixar o tom de voz de seu francês estudado com tanto sacrifício. [...]

A senhora beata de Diamantina, se fosse bem compreendida pelo Guia Turístico de nossa cena anterior, teria funcionado, assim, como um instrumento de mediação entre o passado barroco que edificou o templo visitado e a herança cultural de uma comunidade que mantém viva na memória desse passado, e, mais que isso, vivencia permanências culturais de uma religiosidade historicamente construída a partir do fundamento que se busca conhecer. Seu ato (a oração na Igreja) (MENESES, 2006, p. 17- 21).

Assim, a senhora guarda no seu cotidiano as genuínas práticas culturais daquela comunidade. Esse trecho demonstra tudo aquilo que estamos contando e repetindo ao longo desta dissertação, que é a relação entre o bem cultural e os sujeitos.

Para o grupo de franceses, aquela igreja era apenas um atrativo turístico, mas para a moradora idosa de Diamantina era parte fundamental da sua vida e dava materialidade a sua prática religiosa.

A senhora de Diamantina era a guardiã de uma tradição cultural que está se diluindo pouco a pouco durante os anos. É nesta perspectiva que Meneses (2006) expõe suas impressões no sentido de alertar aos profissionais do turismo que aquela mulher também era um patrimônio cultural.

O turismo cultural dá o protagonismo às comunidades e a oportunidade de contarem suas próprias histórias, demonstrando a força de suas culturas para os visitantes. A turismóloga Nadia enxerga nesta forma de turismo a possibilidade de relações mais sustentáveis e reais entre a comunidade, os bens culturais e os turistas.

Ao sintetizar as ideias encontradas nos discursos das profissionais que lidam com a questão do patrimônio cultural, podemos pontuar algumas questões em comum em todos os discursos. Há nas entrevistas inúmeros pontos de convergência e não encontramos pontos de divergências. Contudo, existem temas e categorias que foram trabalhados com maior profundidade por uma ou outra entrevistada.

É necessário comentar que as narrativas apesar de mostrarem a base científica de cada profissional que atua no campo dos bens culturais, ao responder às perguntas, também possibilitam captar as vivências e as experiências de cada uma das entrevistadas.

Todo o discurso tem características muito importantes, uma delas é a seleção. Os discursos foram cortados por muitos outros discursos e foram construídos a partir de uma concepção político-ideológica que tem a emancipação humana como perspectiva.

Assim, encontramos nos discursos das quatro entrevistadas a elaboração de sentidos que primam pelo: patrimônio cultural local como incubadora dos sentimentos de afeição, territorialidade e pela formação da memória coletiva; a educação patrimonial em uma perspectiva de combate ao racismo, à pluralista e à democrática; o turismo como importante elemento de geração de empregos; visibilidade e valorização aos bens culturais; desenvolvimento econômico para as comunidades, tendo em vista uma atitude ética para com o patrimônio cultural e o turismo de base comunitária, que possui diretrizes baseadas na cooperação da comunidade e na autogestão em oposição ao turismo massificado, ou de massa.

Portanto, a conclusão que chegamos, ao analisar o discurso desses profissionais, é que eles conseguem enxergar o fenômeno do patrimônio cultural, incluindo o dos bens culturais como atividade turística, por um viés totalizante, ou seja, em suas múltiplas relações e dimensões, sendo, portanto, uma perspectiva omnilateral.

Devemos dizer também que encontramos a perspectiva omnilateral nos discursos dessas profissionais, mas que nem todos os profissionais partem da mesma perspectiva para pensar o patrimônio cultural.

Em relação às aulas de Patrimônio Cultural ministradas no IFS, naquilo que convergem com os discursos das professoras de outras instituições, buscamos realizar uma comparação por meio das respostas dos alunos e da análise do Projeto Pedagógico do Curso.

O discurso do Instituto Federal de Sergipe para o Curso Técnico em Guia de turismo preza por um olhar multidimensional, ou seja, por uma visão que priorize todos os aspectos da vida profissional do futuro guia de turismo. Assim temos:

O Plano do Curso Técnico em Guia de Turismo do IFS partiu da compreensão de que a educação deve se legitimar no exercício de uma prática social transformadora e de que a função dos Institutos Federais é a de promover uma educação que combine os saberes científicos, tecnológicos e humanistas, visando a formação integral do cidadão trabalhador, crítico, reflexivo, competente tecnicamente e comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais, com condições para atuar no mundo do trabalho de maneira ética e responsável (IFS, 2013, p. 4).

Ou seja, é transmitir os conhecimentos dentro de uma perspectiva omnilateral na intenção de que os alunos formados pelo Instituto Federal no Curso Técnico em Guia de

turismo possam ler o mundo e serem profissionais críticos capazes de interferir no mundo.

No que tange ao patrimônio cultural, podemos encontrar a mesma concepção político-ideológica no Projeto Pedagógico do Curso? Obviamente, que as ideias contidas no primeiro discurso também se aplicam ao ensino do conteúdo de bens culturais. A pergunta, portanto, é se a perspectiva omnilateral é aplicada na prática ao transmitir o conteúdo de patrimônio cultural e se os alunos de fato se apropriam desta perspectiva.

O conteúdo de patrimônio cultural é ministrado no primeiro módulo, dando ênfase ao Patrimônio Cultural Sergipano, e no segundo módulo destacando-se o Patrimônio Cultural Brasileiro.

O Projeto Pedagógico do Curso para a disciplina de Patrimônio Cultural Sergipano segue a seguinte linha: Turismo e Patrimônio Cultural; Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural; Legislação relativa ao Patrimônio Sergipano; Turismo e Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Sociais.

Quando observamos o Projeto Pedagógico do Curso para a disciplina de Patrimônio Cultural Sergipano percebemos que o documento procura ir além da narração dos patrimônios existentes no Estado de Sergipe, dando ênfase a outros elementos, como a relação entre turismo e patrimônio cultural, a apresentação dos instrumentos de preservação patrimonial, como o tombamento, a legislação do Estado, referente ao acervo cultural, a relação entre turismo e educação patrimonial (a qual é extremamente importante para o Guia de turismo, pois o profissional do guiamento turístico também é um educador) e a reflexão do Patrimônio cultural enquanto elementos de formação da identidade e memória social.

Da mesma forma encontramos na ementa da disciplina de Patrimônio Cultural Brasileiro, a qual apresenta os seguintes pontos: Turismo e Patrimônio Cultural; Gestão Pública e Patrimônio Cultural; Legislação relativa ao Patrimônio Cultural Brasileiro; Turismo e Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural e IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

A perspectiva contida na primeira disciplina não se altera muito na segunda, podemos dizer que a grande mudança está na escala. Enquanto a disciplina do primeiro módulo pensa o patrimônio cultural local, no segundo módulo se pensa no patrimônio cultural nacional. Outros dois pontos de divergências então na abordagem da Gestão Pública dos Bens Culturais e na reflexão acerca do papel do IPHAN.

As disciplinas específicas do patrimônio cultural são as duas apresentadas acima, contudo há uma terceira disciplina em que os alunos podem visitar e pensar nas questões do patrimônio cultural em loco, que é a disciplina de Projeto Integrador I, cuja o Projeto

Pedagógico do Curso manifesta os seguintes itens: Práticas de ambientação funcional – Reconhecimento do acervo turístico de Aracaju, através da exibição de filmes e documentários, palestras com o trade turístico e visitas técnicas guiadas nos principais roteiros e atrativos turísticos da cidade, como as Orlas Marítimas e Fluviais, o Centro Histórico, os Mercados Municipais, a Treze de Julho, a Colina do Santo Antônio, os Museus, as Praças, os Parques, as Casas Noturnas e os Hotéis.

A disciplina de Projeto Integrador I não é exclusivamente para tratar as questões do patrimônio cultural, mas por conseguinte é uma oportunidade ímpar para trabalhar com os bens culturais visitados em uma perspectiva multidimensional.

O Projeto Pedagógico do curso de Guia de turismo nos dá um panorama geral de como o conteúdo acerca do patrimônio cultural é trabalhado ao longo da execução do programa, embora não haja como determinar as nuances do discurso presente no documento e nem as especificações referentes aos bens culturais.

Para isso, e em virtude da Pandemia de Sars-Cov-2, levantamos os dados para análise aplicando como instrumento de coleta um questionário com cinco perguntas abrangentes por meio da Plataforma Socrative.

Das perguntas respondidas, aquelas que nos permitiram uma visão específica de como o conteúdo de patrimônio cultural foi trabalhado em sala de aula, foram, com as suas respectivas respostas (Quadro 1):

Quadro 1 – Respostas às perguntas relacionadas ao patrimônio cultural trabalhado em sala de aula

- | |
|--|
| <p>1- O que acharam do conteúdo de patrimônio cultural trabalhado durante as aulas?</p> <p>(A) As aulas foram muito boas e absorvi bastante do conteúdo aplicado.</p> <p>(B) Não acredito que o conteúdo me sirva na minha futura profissão.</p> <p>(C) O conteúdo sobre patrimônio cultural foi transmitido de maneira bastante crítica, destacando-se os aspectos culturais, econômicos e sociais.</p> <p>(D) O conteúdo foi ensinado de maneira bastante superficial.</p> <p>(E) Foi transmitido muito conteúdo, mas sem estabelecer relações com os outros aspectos da vida social.</p> <p>2- Para você o que é patrimônio cultural?</p> <p>(A) Não sei dizer.</p> <p>(B) É a herança cultural que nos foi legada por gerações anteriores.</p> <p>(C) É uma escolha daquilo que se quer lembrar, mas não reflete todos os aspectos sociais do passado.</p> <p>(D) São monumentos ou casarões esteticamente bonitos e que preservam a arquitetura de uma determinada época.</p> <p>(E) O patrimônio cultural material e imaterial são fragmentos do passado ressignificados no presente e refletem a ideologia de quem escolheu preservá-los. Articulam-se à vida social e à econômica das comunidades e representam um importante elemento da constituição de suas identidades e pertencimento a um grupo.</p> |
|--|

3- Para você, qual a importância do patrimônio cultural?

- (A) Sua importância reside no fato de constituírem um importante elemento na formação das identidades de grupo.
- (B) Sua importância é fundamental como elemento de memória, mas está desassociada da vida real.
- (C) Sua importância é como atração turística.
- (D) Sua importância é em ser produto turístico para a exploração econômica.
- (E) Não vejo importância.

4- O que te chamou mais atenção nas aulas de Patrimônio Cultural?

- (A) A beleza dos patrimônios culturais.
- (B) Os recursos didáticos utilizados em aula.
- (C) A postura do professor em sala de aula.
- (D) As aulas de patrimônio cultural não me chamaram a atenção.
- (E) A maneira crítica com que o conteúdo foi transmitido.

5- Na sua opinião, qual a ênfase dada ao conteúdo sobre patrimônio cultural trabalhado pelo professor?

- (A) A partir de um viés comercial.
- (B) A partir de uma perspectiva totalizante, envolvendo os aspectos históricos, sociais, humanos, econômicos e culturais.
- (C) A partir de uma perspectiva social.
- (D) Não sei responder.
- (E) A partir de uma perspectiva histórica.

Fonte: Criação do autor (2020).

As perguntas buscaram captar as experiências e as percepções dos alunos a respeito das aulas de patrimônio cultural. Ao optar por respostas amplas no questionário, tentou-se apreender parte da subjetividade dos alunos. Além disso, as perguntas e as respostas foram organizadas para contrapor os discursos em torno dos bens culturais, e com isso evidenciar se os discentes se filiam a uma ideologia do mercado ou à proposta do IFS. Ou seja, tentou-se identificar suas perspectivas ao enxergar o fenômeno patrimonial.

Para facilitar a visualização, os resultados alcançados, montamos as seguintes tabelas (Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3, Tabela 4 e a Tabela 5), tendo como referência as perguntas e respostas apontadas no Quadro 1. Nosso universo pesquisado foi o de 29 alunos no total, sendo 12 do módulo 2 e 17 alunos do módulo 3.

Então, ao analisar as respostas, a primeira impressão é que não há uma uniformidade nelas, o que revela que existe entre os alunos perspectivas diferentes acerca dos bens culturais.

As respostas que expressam a visão omnilateral são as: pergunta 01, tendo como resposta a letra C; pergunta 02, tendo como resposta a letra E; pergunta 03, tendo como resposta a letra A; pergunta 04, tendo como resposta a letra E; e a pergunta 05, tendo como resposta a letra B.

Tabela 1 – Percentuais da pergunta 1- O que acharam do conteúdo de patrimônio cultural trabalhado durante as aulas?

Pergunta	Respostas			
	A	B	C	D
	Resultado das respostas em porcentagem			
1	69,00%	0	31,00%	0

Fonte: Criação do autor (2020).

A primeira pergunta teve como objetivo identificar as percepções dos alunos acerca do conteúdo de patrimônio cultural trabalhado em sala de aula. As respostas (Tabela 1) demonstraram que os alunos tiveram uma preocupação maior com a quantidade de conteúdo dado do que com a sua qualidade, sendo que apenas 31% dos estudantes destacaram a criticidade existente no conteúdo trabalhado em sala de aula.

Tabela 2 – Percentuais da pergunta 2- Para você, o que é patrimônio cultural?

Pergunta	Respostas			
	A	B	C	D
	Resultado das respostas em porcentagem			
2	0	17,24%	0	3,45%

Fonte: Criação do autor (2020).

Na segunda pergunta procurou-se encontrar a concepção que cada aluno incorporou de patrimônio cultural, neste sentido, 79,24% dos alunos do curso de Turismo responderam à questão E (Tabela 2), a qual melhor representa a perspectiva omnilateral, enquanto os outros 20,69% (somatório dos que responderam às alternativas B e D) marcaram opções baseadas em um senso comum a respeito dos patrimônios culturais, e que representam a posição ideológico do mercado para os bens culturais.

Tabela 3 – Percentuais da pergunta 3- Para você, qual a importância do patrimônio cultural?

Pergunta	Respostas			
	A	B	C	D

	Resultado das respostas em porcentagem			
3	72,41%	17,24%	0	10,35%

Fonte: Criação do autor (2020).

A pergunta de número três teve como propósito entender o nível de consciência dos alunos a respeito dos Bens culturais, Sendo que, 72,41% (Tabela 3) dos estudantes optaram pela resposta de cunho omnilateral, e a surpresa aqui é que 10,35% dos alunos optaram por uma resposta estritamente mercadológica, e que, de uma certa forma, expressa um viés da área turística.

Tabela 4 – Percentuais da pergunta 4- O que te chamou mais atenção nas aulas de Patrimônio Cultural?

Pergunta	Respostas			
	A	B	C	D
	Resultado das respostas em porcentagem			
4	48,27%	24,13%	3,45%	0

Fonte: Criação do autor (2020).

A quarta pergunta teve como finalidade identificar os pontos que mais se destacaram nas aulas segundo a percepção dos alunos, dos participantes da pesquisa, 48,27% optaram pela resposta “A” (Tabela 4), a qual diz respeito a beleza dos patrimônios culturais. Dessa forma, a parcela de aluno que escolherem a opção “A” compartilharam o discurso capitalista produzido para os bens culturais, que valorizam muito mais a estética presente nos patrimônios culturais do que os elementos de formação identitária e da memória coletiva.

Apenas 24,15% dos alunos conseguiram destacar a maneira crítica pela qual o conteúdo de patrimônio cultural foi trabalhado e transmitido em sala de aula.

Tabela 5 – Percentuais da pergunta 5- Na sua opinião, qual a ênfase dada ao conteúdo sobre patrimônio cultural trabalhado pelo professor?

Pergunta	Respostas			
	A	B	C	D
	Resultado			

	das respostas em porcentagem			
5	0	79,31%	3,45%	6,89%

Fonte: Criação do autor (2020).

E por fim a pergunta de número 5 procurou investigar se os alunos conseguiam perceber qual foi a ênfase dado pelo professor ao trabalhar o conteúdo de patrimônio cultural em sala de aula, dos quais 79,31% dos participantes da pesquisa (Tabela 5) optaram pela resposta “A”, a qual apontava para a ênfase dada em sala de aula aos aspectos totalizantes e históricos.

Com as respostas obtidas dos alunos, percebemos, fundamentalmente, duas questões basilares para a pesquisa: a primeira, é que os bens culturais são trabalhados a partir de uma perspectiva que abarca as múltiplas dimensões do fenômeno patrimonial; o segundo ponto que podemos destacar entre as respostas dos alunos, são as contradições entre diferentes concepções político-ideológicas. Dessa maneira, a forma com que o aluno se coloca diante da aula muda completamente a forma com que o aluno absorve o conteúdo dado. Foi o que reparamos ao analisar as respostas do questionário trabalhado com os alunos do IFS.

Compreendemos que os alunos do curso de Guia de turismo encontram-se em um processo de educação, que tem como característica os pressupostos de uma educação com raízes socialistas, a qual parte de uma perspectiva omnilateral. Além disso, entendemos que os alunos chegam com discursos prontos, tanto de uma educação que se volta para o mercado quanto dos discursos cortados pela ideologia neoliberal.

É de se esperar que alguns apresentem, mesmo depois de já ter tido os conteúdos sobre patrimônio cultural ministrados, outras perspectivas. De toda forma, chegamos à conclusão de que as aulas de patrimônio cultural no âmbito do curso de Turismo do IFS partem de uma perspectiva omnilateral e a concepção político-ideológica de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, e que convergem com os discursos das profissionais que trabalham ou pesquisam sobre os bens culturais.

As divergências que encontramos estão exatamente naquilo que não foi dito, ou que não conseguimos captar nas pesquisas no IFS. Mais uma vez, as consequências da pandemia limitaram em muito a pesquisa. Com isso, o que não identificamos nos discursos do curso de Guia de turismo foi o tema referente ao turismo comunitário, presente, principalmente, nas entrevistas com as turismólogas.

Agora, refletindo sobre os discursos dos alunos formados no IFS, atuando como

guias de turismo profissionais, e os que ainda são alunos do curso de Guia de turismo, procuramos compreender qual o sentido de patrimônio cultural presente nos discursos dos guias de turismo formados e nos discursos dos alunos do curso de Guia de turismo.

Assim como entender no que converge e diverge os discursos dos guias de turismo formados e dos alunos do curso de Guia de turismo, a respeito dos bens culturais, da perspectiva omnilateral defendida pelo discurso do Instituto Federal de Sergipe.

Com os profissionais que atuam como guias de turismo e oriundos do IFS, fizemos quatro entrevistas de História Oral Temática, a fim de descobrir com qual perspectiva enxergam o patrimônio cultural e como trabalham com os bens culturais no seu dia a dia.

Diferente das professoras de outras instituições que entrevistamos, as quais nos concederam a permissão de usarem os seus nomes, manteremos as identidades dos guias de turismo e dos alunos no anonimato, com a finalidade de proteger suas imagens.

Ao analisar os discursos dos guias de turismo, obtidos por meio das perguntas, notamos a existência de duas perspectivas bem diferentes entre estes profissionais.

Assim, de um lado temos dois profissionais que partem de uma perspectiva mais omnilateral, e dois guias de turismo que partem de uma perspectiva mercadológica para lidar com a questão do patrimônio cultural. Apesar de todos comungarem da opinião que os bens culturais são muito importantes, não parecem que os dois dos profissionais dentre os quatro tratem nos seus cotidianos os bens culturais a partir de uma perspectiva globalizante.

A postura desses profissionais se encaixa naquilo que a turismóloga Nadia está pesquisando, que são as diferenças entre os discursos dos profissionais que lidam com o turismo e aqueles que refletem as questões referentes aos bens culturais.

Portanto, há, conforme Nadia citou, esse entendimento geral entre os profissionais de turismo que os patrimônios culturais são importantes, filiando-se, assim, a um discurso com base no senso comum a respeito dos bens culturais, mas que esconde um viés altamente vinculado à ideologia do mercado, principalmente, quando conclama por uma acriticidade dos seus partidários.

Mesmo assim, não dá para dizer que esses profissionais então completamente imersos em uma ideologia neoliberal. As respostas ou os discursos obtidos nas entrevistas se mostraram contraditórios.

A seguinte pergunta “*Como enxerga a relação do patrimônio cultural com o capitalismo?*” provocou grande constrangimento entre as duas entrevistadas, com essa perspectiva mais mercadológica. Assim, uma das entrevistadas não quis responder à pergunta e a segunda deu uma resposta que não tinha, propriamente, relação com a pergunta.

A resposta que se desviou do objetivo da pergunta foi: *“Trabalho com parceria, geralmente os patrimônios culturais são apresentados para os nossos turistas por profissionais habilitados, historiadores.”*. Como colocado, a resposta não tem relação com o que foi pedido na pergunta.

Tais contradições advêm dos próprios processos de formação do sujeito e da identidade. Michel Pêcheux (2014) disse que os discursos formam o sujeito. Portanto, expostos a uma determinada formação discursiva se absorve a ideologia contida nos muitos discursos com os quais temos contato ao longo das nossas vidas.

A identidade de cada um de nós, na perspectiva de Kaufmann (2004), é uma constante relação entre elementos internos e externos que interagem uns com os outros, ora aproximando, ora se rechaçando.

Portanto, por mais que exista uma identidade coletiva, que é composta por aqueles elementos externos que permitem identificarmos com um grupo e nos sentirmos brasileiros, cariocas, gaúchos, nordestinos etc., o fato é que: todos temos uma identidade que se diferencia das demais pessoas, uma identidade única. A qual é formada por essa interação entre elementos internos e elementos externos, como, por exemplo, os muitos discursos que assimilamos e reproduzimos ao longo de nossas vidas.

Mesmo que o Instituto Federal de Sergipe tenha ao longo de sua trajetória construído, lentamente, a sua formação discursiva em torno de uma concepção educativa integral e que na contemporaneidade os seus discursos sejam extremamente sofisticados, mesmo assim, não é possível afirmar que todos os alunos formados pelo Instituto irão compartilhar a concepção político-ideológica do IFS.

Quando analisamos, tanto as respostas dos guias de turismo quanto as dos alunos, percebemos estas contradições entre diferentes tipos de perspectivas, e isso se dá, exatamente, pois somos formados por estes inúmeros discursos que nos cortam e compõem nossos próprios discursos. Esta intertextualidade que carregamos está repleta de ideologias que se embatem no interior de cada um.

Paulo Freire (1992) dizia que nenhum estudante é uma tábula rasa. Nesse sentido, os ingressos no IFS trazem toda uma visão de mundo e uma identidade constituída, que, em muitos casos, contraria as posições ideológicas da Instituição.

Mesmo que as aulas estejam em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Guia de turismo, o que realmente é levado aos alunos é uma seleção da base científica do professor, da sua experiência de vida e profissional e da sua subjetividade. Contudo, o que o

aluno absorve do conteúdo também é uma seleção, tendo como parâmetros a sua experiência pessoal, seus conhecimentos científicos prévios e a sua subjetividade.

Por isso, que a premissa fundamental da “escola sem partido” é um absurdo, pois não existe plateia cativa em uma sala de aula, já que todos estamos o tempo todo envolvidos neste jogo de interação entre aquilo que nos constitui, enquanto sujeito e formam nossa identidade, com os elementos externos aos quais somos bombardeados diariamente.

Da mesma forma, a ideia de desconstruir a identidade do sujeito parece um tanto equivocada, pelo menos se imaginarmos que isso se dá sem nenhuma resistência. Ninguém se questiona enquanto indivíduo sem que tenha o desejo de questionar a sua relação com as pessoas que estão ao seu redor, com o mundo que lhe cerca e consigo mesmo.

Os discursos produzidos em sala de aula acerca do patrimônio cultural na perspectiva omnilateral podem ter encontrado mais ressonância ou menos ressonância nos alunos, isso dependerá de quão resistentes são os filtros individuais de cada estudante e o quanto suscetíveis são os alunos a aceitarem ou não a concepção político-ideológica do IFS.

Dessa forma, conseguimos compreender porque um aluno que apresenta uma noção complexa de patrimônio cultural, a qual parte de uma perspectiva omnilateral, pode no mesmo questionário dar uma resposta que parte de uma perspectiva conservadora e mercadológico, como nas seguintes perguntas: “Para você, o que é patrimônio cultural?” e “O que você achou do ataque à estátua de Borba Gato em São Paulo?”, para as quais obtivemos, respectivamente, respostas do tipo:

[...] fragmentos do passado ressignificados no presente, os quais refletem, em muitos casos, a ideologia da classe que escolheu preservá-los e, ainda, articulam-se a vida social e econômica das comunidades representando um importante elemento da constituição das identidades e do senso de pertencimento de um grupo e que o ataque representou um ato de vandalismo à memória de um importante personagem histórico.

A construção de uma visão omnilateral em torno do campo do patrimônio cultural e a constituição de uma consciência mais crítica, na esperança de instrumentalizar o estudante com a capacidade de ler o mundo, é um processo que evidencia as resistências dos alunos ao discurso do IFS.

Dos 29 alunos que responderam ao questionário, apenas 1 (um) não demonstrou nenhuma contradição nas suas respostas. Tal fato é o resultado das ideias produzidas em sala de aula sobre os bens culturais encontrarem menor resistência por parte do aluno, e, assim, o processo de formação de um profissional conforme preconiza o Projeto Pedagógico do Curso

pode realmente se viabilizar.

Os discursos produzidos no IFS afetam os alunos de alguma forma ou de outra. Pêcheux (2014) já apontava que o sujeito é formado por inúmeros discursos e, como podemos assumir muitos papéis na sociedade e os discursos que produzimos ao longo de nossas vidas nas diferentes formações discursivas que adotamos, podem ser conflituosos.

Um exemplo disso é um físico quântico que é profundamente cristão e dependendo do local em que se encontra, ou seja, de qual formação discursiva retira o seu discurso, as contradições daquilo que quer significar são evidentes.

Conseguimos ver isso nas respostas dos alunos, que são oriundos de uma educação profundamente afetada pelas imposições do mercado. Outro detalhe importante é lembrar que a pesquisa foi realizada com alunos do subsequente, os quais fizeram o ensino médio em outras instituições de ensino e realizam um curso no IFS de apenas dois anos.

As resistências ao mudar de perspectiva e a concepção político-ideológica dependem muito da experiência de vida de cada aluno, com exceção de um aluno que mostrou maturidade crítica e alinhamento com a perspectiva omnilateral do curso, os demais alunos estão em um processo de construção dessa concepção político-ideológica.

Dois dos guias que entrevistamos, ambos também oriundos do Instituto Federal de Sergipe, apresentaram a mesma maturidade crítica e o alinhamento com a perspectiva omnilateral que o aluno Vellote⁶ possui.

Ambos os guias possuem graduação, Jonatan⁷ em Turismo e Kraus⁸ em Jornalismo, suas formações superiores auxiliam a construção dos seus discursos e um posicionamento mais crítico, óbvio, como vimos ao longo deste capítulo, que isso não é um fator determinante.

O Guia Kraus mostra uma profunda consciência crítica da sua profissão e possui um amplo conhecimento das questões patrimoniais e uma visão omnilateral do assunto. Não se pode dizer que isso foi fruto da formação no IFS, alias, pelo exposto, parece que sua formação no instituto foi um tanto deficitária. Entretanto, as deficiências no IFS devem ser enxergadas como um processo de desenvolvimento dos discursos em uma perspectiva omnilateral e dos principais postulados que norteiam as atividades da instituição.

6

Vellote é o nome fictício do aluno que escolhemos para proteger a sua imagem.

7

Jonatan é o nome fictício do Guia de Turismo formado em **Turismo** que escolhemos para proteger a sua imagem.

8

Kraus é o nome fictício do Guia de Turismo formado em **Jornalismo** que escolhemos para proteger a sua imagem.

O discurso jornalístico adquirido durante a formação do Guia parece ter influenciado bastante a constituição de sua identidade profissional, o que se nota em diversas passagens da entrevista, como na pergunta “*Qual a importância do patrimônio cultural para a sua profissão?*”. Sobre a qual o guia responde da seguinte forma:

Imprescindível em ambas as profissões e vou mais além. É super importante para a formação cidadã de todas as profissões, haja visto que resguardar o patrimônio cultural está resguardando o próprio documento de vida de determinados grupos ou populações (KRAUS, 2020).

O que concluímos desta entrevista é que os discursos das duas formações discursivas diferentes podem contribuir para a formação de uma identidade única. Isso é fato, pois somos expostos a discursos de diferentes matrizes ideológicas que, em menor ou maior grau, nos afetam e vão, ao longo das nossas trajetórias, nos constituindo enquanto sujeitos.

No caso de Jonatan, a graduação em Turismo pode ser entendida como um prolongamento do curso, mantendo-se, dessa forma, na mesma formação discursiva. O ponto de destaque da sua entrevista foi o fato de lembrar que o guia de turismo é um educador, e no momento em que apresenta o patrimônio cultural ao turista o profissional do guiamento turístico está inserido em um processo educativo. Dessa forma, os discursos produzidos na graduação em Turismo tornaram-se mais complexos em relação aos discursos incorporados lá no curso de Guia de turismo no IFS.

Sendo o discurso uma produção de significados, os sentidos produzidos pelas falas dos guias de turismo formados e pelos alunos do curso de Guia de turismo do IFS a respeito do patrimônio cultural são fundamentalmente sobre a importância dos bens culturais. Mas, neste consenso sobre a importância do patrimônio cultural, identificamos nos sentidos produzidos pelos discursos dos atores sociais analisados, nesta pesquisa, uma diferença muito relevante, que é: a qual base ideológica as falas dos profissionais do guiamento turístico e dos estudantes do curso de Guia de turismo estão vinculadas.

E como foi discutido neste capítulo, não se trata do grupo A ou do grupo B possuírem bases ideológicas distintas, mas sim que os indivíduos independentes do grupo ancoram seus discursos em uma perspectiva omnilateral ou em uma perspectiva neoliberal.

Assim, enquanto os sentidos construídos em uma base omnilateral pelos atores sociais entrevistados ou que responderam ao questionário não só ressaltarem a importância do patrimônio cultural, também originam significados complexos para os bens culturais, como o conceito que o patrimônio cultural material e imaterial são fragmentos daquilo que restou do

passado e contam partes das disputas por controle social ou resistência de determinados grupos. Como parte de uma comunidade se relaciona com essas, sendo um importante elemento na formação das identidades e nas memórias coletivas e na construção de um sentimento de pertencimento.

Enquanto aqueles guias de turismo e alunos do curso de Guia de turismo que comungam de uma base ideológica neoliberal enxergam o patrimônio cultural como um produto turístico que está ali para ajudar o desenvolvimento econômico e a infraestrutura de uma comunidade, e nisso reside a sua importância.

No que convergem e divergem os discursos dos guias de turismo formados e dos alunos do curso de Guia de turismo, a respeito dos bens culturais, da perspectiva omnilateral defendida pelo discurso do Instituto Federal de Sergipe, é, basicamente, o que foi dito anteriormente. Os discursos que buscam por uma visão pluridimensional e crítica convergem tanto para a ideologia do Instituto como para os princípios que norteiam a Instituição; e divergem da perspectiva omnilateral quando partem de uma base ideológica neoliberal, a qual enxerga o patrimônio cultural apenas como um produto a ser consumido.

Por conseguinte, as análises dos dados, principalmente, entre os guias de turismo formados e alunos do curso de Guia de turismo demonstram que o processo de formação de um homem ou mulher politécnico e omnilateral é um processo longo e demorado. A construção da visão omnilateral e de um olhar crítico esbarra na resistência dos próprios alunos que podem aceitar ou rejeitar as concepções político-ideológicas do IFS.

Dessa forma, o processo de construção de um ser omnilateral acontece de forma individual, podendo ser bem sucedido, obter resultados parciais, ou até mesmo não se concretizar.

No livro “Os Miseráveis”, do escritor francês Victor Hugo, há um exemplo perfeito daquilo que abordamos aqui. O protagonista, Jean Valjean, foi condenado a trabalhos forçados e quando finalmente terminou a sua pena, o personagem não consegue achar trabalho devido ao estigma que carregava consigo, o de ter sido um prisioneiro.

Quando Jean Valjean consegue abrigo oferecido por um Bispo, simplesmente, resolve roubar sua prataria. Contudo, terminou por ser pego pela polícia que o levou até o Bispo. Ao chegar, o protagonista se impressiona ao ouvir o religioso mentido que lhe deu aqueles objetos. Este ato de bondade muda a vida de Jean Valjean que resolveu transformar-se em um homem melhor.

O inspetor Javet não acreditou na história que os seus subordinados lhe contaram e decidiu perseguir Jean Valjean, que havia mudado de nome e construído uma fábrica na

Alemanha.

No meio de uma Revolução que estava prestes a estourar durante o governo de Napoleão III, Jean Valjean se viu envolvido nos tumultos das ruas, pois tentava resgatar o amor de sua filha adotiva, Cossette.

O inspetor Javet também se envolve nos tumultos da Paris do Século XIX, só que na esperança de provar que o Dono da Fábrica e Jean Valjean eram as mesmas pessoas. Esta fixação em prender o protagonista da história levou o inspetor, disfarçado, a se juntar aos revolucionários, contudo foi reconhecido e seria executado se Jean Valjean não tivesse intervindo e salvo sua vida. O inspetor Javet incrédulo ao ver e lidar com o ato de bondade de Jean Valjean não conseguiu aceitar o fato e resolveu, então, se suicidar.

Este rápido resumo do livro de Victor Hugo expressa o ponto fulcral do que tentamos analisar nesta dissertação. O inspetor Javet construiu-se enquanto sujeito acreditando no discurso de que todos que cometem algum delito são maus.

O antagonista de “Os Miseráveis” não conseguiu entender que as conjunturas e estruturas sociais, políticas e econômicas podem levar pessoas, não necessariamente boas ou ruins, a cometerem crimes.

Na sua concepção de mundo, existiam dois lados: o do bem e o do mal, e o inspetor estava do lado do bem, enquanto Jean Valjean estava do lado do mal.

Ao ser salvo por Jean Valjean, um homem que mais do que ninguém tinha tudo a perder com a sobrevivência de Javet e tudo a ganhar com a sua morte, todas as certezas do inspetor foram destruídas.

Este processo de interação entre os elementos que veem de fora com os filtros subjetivos de Javet é tão forte e intenso que a alternativa do antagonista ao ato de bondade de Valjean foi o negar.

O suicídio do inspetor foi a saída para a intensa dor provocada pela desconstrução sofrida por conta da ação de Valjean, com a qual as bases ideológicas de Javet não poderiam lidar.

Aqueles guias de turismo formados e alunos do curso de Guia de turismo que têm como base ideológica uma visão de mercado são como Javet (sem tanto extremismo, mas guardando suas próprias peculiaridades). Oriundos de outros sistemas de ensino que primam por discursos voltados para o mercado e expostos à constante propaganda neoliberal, quando entram em contato com a perspectiva omnilateral do IFS, presente nos discursos produzidos pelo Instituto, vivem este conflito interno.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar detalhadamente o Produto Educacional originado desta dissertação, assim como expor os resultados da validação do material elaborado para este programa de mestrado.

5.1 O Produto Educacional

Para Zaidan, Reis e Kawasaki (2020), é necessário articular a pesquisa com a elaboração do produto educacional, ambos devem partir de uma situação-problema em comum. Também, é de extrema importância que o produto seja construído para sanar as deficiências encontradas ao decorrer da pesquisa, para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem ou suprir uma demanda qualquer, uma que não tenha sido preenchida por outros materiais.

Ouvir os estudantes ou o público para quem se destina aquele produto é uma condição *sine qua non* para que o material realmente possa fazer diferença na realidade social. Neste sentido, Zaidan, Reis e Kawasaki (2020) chamam a atenção para o processo de produção do recurso educativo que deve estar articulado com a pesquisa, pois são intrinsecamente ligados.

O Produto Educacional não se trata de um desdobramento da dissertação, mas sim um outro caminho que se toma na pesquisa. Significa a resposta prática ao problema da pesquisa, enquanto a dissertação é uma reflexão teórica sobre as questões levantadas pelo pesquisador.

Em um primeiro momento, foi pensado organizar todo material produzido ao longo da pesquisa em um aplicativo. A ideia era convidativa e convergia muito bem para um Mestrado em Educação Tecnológica, contudo, verificando a viabilidade do aplicativo, descobriu-se que o Produto, neste suporte, seria inviável financeiramente.

Tendo em vista construir um produto que dialogue com a tecnologia, estando, dessa forma, no ritmo da Era Digital, chegamos à conclusão que o suporte que melhor se adaptaria ao que desejávamos e dentro do orçamento que dispúnhamos era o livro digital.

O desenvolvimento deste livro não poderia ser imposto de forma unidirecional. Era necessário levantar as demandas com os diversos atores sociais entrevistados nesta pesquisa.

O método de coleta de dados escolhido foi o da História Oral Temática, aplicado, sobretudo, com os profissionais que pesquisam ou trabalham com as questões do patrimônio cultural e com os guias de turismo inseridos no mercado de trabalho oriundos do IFS.

Também seriam realizadas entrevistas com os alunos do curso de Guia de turismo do Instituto Federal de Sergipe, contudo os planos tiveram que mudar drasticamente por conta da Pandemia de Sars-Cov-2.

A medida de contenção da doença implantada pelo IFS foi adotar as aulas remotas para todos os cursos. Ainda assim, tentou-se o contato com os alunos do curso em questão, mas não houve retorno por parte dos estudantes. A solução foi adotar um questionário com perguntas objetivas, como já explicado no capítulo III.

Aproveitou-se as entrevistas de História Oral temática com os quatro profissionais do guiamento turístico para questionar sobre a pertinência e o tipo de conteúdo que gostariam de ver em um livro digital sobre Patrimônio Cultural (Tabela 6). As perguntas foram elaboradas e realizadas pelo pesquisador.

Tabela 6 – Respostas à pergunta: Que tipo de conteúdo gostariam de ver em um livro digital sobre patrimônio cultural?

Resposta 1	As culturais de base, tipo indígena, negra... Desconstruir também o mito de que fomos um país colonizado pacificamente. Contar a história real. Dependendo do contexto, se aprofundar nas raízes sergipanas. Precisamos ainda nos conhecer e documentar esse vasto patrimônio que ainda não conhecemos. Gosto muito das raízes do folclore, dos saberes gastronômicos, do patrimônio imaterial. No patrimônio material, gostaria de saber mais sobre as Ordens Carmelitas, Jesuítica e Franciscanas no Brasil.
Resposta 2	Educação patrimonial, por proporcionar a valorização, a conscientização da cultura e do patrimônio.
Resposta 3	Manifestações populares, cultos, tradições, tanto materiais quanto imateriais.
Resposta 4	Não sei.

Fonte: Criação do autor (2020).

Os guias de turismo que opinaram destacaram pontos, como a cultura indígena e quilombola, a educação patrimonial e os diversos tipos de patrimônios imateriais.

Entre os alunos do curso de Turismo do Instituto Federal de Sergipe, de Ciência e Tecnologia, também foram feitas perguntas a respeito do produto, para um total de vinte e nove discentes.

Selecionou-se duas perguntas sobre o recurso educacional e seus resultados. As quais estão expostas nas Tabelas 7 e 8 a seguir:

Tabela 7 – Respostas à pergunta: Acha que um livro específico sobre patrimônio poderia ajudar nas aulas?

Pergunta: Acha que um livro específico sobre patrimônio poderia ajudar nas aulas?	
	Quantidade
Resposta A: Talvez	1
Resposta B: Sim, com certeza.	21
Resposta C: Dependendo da forma que o tema é tratado no livro, sim.	7
Resposta D: Não	0

Fonte: Criação do autor (2020).

Na pergunta a respeito da possibilidade de um livro auxiliar as aulas de Patrimônio Cultural (Tabela 7), a maioria absoluta das respostas foram positivas. Das respostas que reconheceram a contribuição do Produto Educacional, no formato de um livro, 24,13% dos pesquisados condicionaram a utilidade do recurso educativo ao tipo de perspectiva e abordagem trabalhada no material.

Ao analisar as respostas da Tabela 7, percebemos que os alunos ficaram divididos entre qual abordagem gostariam de ver no material. O destaque ficou com a resposta da Letra “C”, seguida pela Letra “B”.

Tabela 8 – Respostas à pergunta: Na sua opinião, o que gostaria de ver abordado em um livro sobre patrimônio cultural?

Pergunta: Na sua opinião, o que gostaria de ver abordado em um livro sobre patrimônio cultural?	
	Quantidade
Resposta A: Gostaria de ver abordado temas relacionados à cultura indígena e quilombola.	10
Resposta B: Gostaria de um material mais crítico.	4
Resposta C: Gostaria de um passo a passo de como utilizar o patrimônio cultural no meu guiamiento.	11
Resposta D: Não sei.	0
Resposta E: Gostaria de um material mais denso sobre as questões do patrimônio cultural.	5

Fonte: Criação do autor (2020).

Assim, a maioria preferiu que o material fosse um passo a passo de como utilizar o patrimônio cultural no seu guiamiento, seguido por aqueles que querem ver abordados as questões relativas às comunidades tradicionais (Tabela 8). Também é interessante lembrar que alguns alunos optaram pelas questões referentes à criticidade e à densidade do material.

Ao observar as escolhas, percebemos que houveram a preocupação com o aspecto prático de todo o conhecimento que está sendo adquirido, ou seja, com a aplicação deste conhecimento na prática. Por isso, a resposta da Letra “C” se destacou (Tabela 8), pois vai ao encontro dos anseios dos futuros guias.

Há, entre os discentes do curso, uma preocupação genuína com as questões sociais representadas pela resposta da letra B, e um desejo percebido em menor escala pelo aprofundamento das questões teóricas relativas ao patrimônio cultural (Tabela 8).

O E-book foi desenvolvido tendo em vista os seguintes motivos: elaboração de um instrumento educativo mais denso; acessibilidade ao material; a possibilidade de vir a se tornar um suporte para as aulas de Patrimônio Cultural e a perspectiva de ser um livro de consulta para os guias de turismo inseridos no mercado de trabalho.

A seguir, na Figura 1, há uma demonstração da capa do supracitado E-book:

Figura 1 – Capa do Produto Educacional



Fonte: Criação do autor / Diagramação de Felipe de Matos Ladeira (2021).

O nome do E-book é “Patrimônio Cultural em destaque: trabalhando os conteúdos de bens culturais na formação do guia de turismo”, e tem ao todo 64 páginas. O material está dividido em duas partes.

A primeira parte, que tem o nome de “História, teoria e reflexões”, foi subdividida

em quatro temas, os quais são: Tema 1 - História do patrimônio cultural; **Tema 2 - Preservação do patrimônio cultural; Tema 3 - Patrimônio cultural e neoliberalismo; e Tema 4 - Patrimônio cultural e turismo cultural.**

Assim, esta primeira parte, como o próprio nome diz, trata de reflexões de caráter mais histórico e teórico. Procurando discutir a História e o desenvolvimento do conceito de patrimônio cultural.

A questão sobre a salvaguarda dos bens culturais e os problemas oriundos da relação entre a estrutura econômico na contemporaneidade, o capitalismo neoliberal, foram bem debatidos nesta parte do produto.

A segunda parte, que tem como nome, “**Método e propostas**”, foi dividido em três temas, os quais foram: **Tema 1 - Turismo e História; Tema 2 - Educação patrimonial e interpretação do patrimônio cultural; e Tema 3 - Turismo comunitário.**

Esta metade do produto teve como objetivo ser mais prepositiva (o passo a passo que os alunos queriam). Foi abordado como a perspectiva da História Cultural pode ajudar os guias de turismo na elaboração de roteiros e na execução de guiamentos com mais significados.

Os pontos que envolvem a educação patrimonial foram esmiuçados, visto que esta metodologia é um poderoso instrumento para os guias de turismo, os quais também são agentes educativos.

No último tema, explica-se o que é turismo comunitário e como ele pode representar um ponto de partida para o empoderamento das comunidades, sem ceder às pressões do mercado.

O produto, portanto, foi elaborado para ter duas partes específicas que se completam, mas, as quais, também podem ser utilizadas de maneira independente uma da outra. Esta dinâmica teve como intenção deixar o material mais leve e atrativo, tanto aos estudantes quanto aos demais profissionais que lidam com as questões do patrimônio cultural.

Outro importante aspecto do produto e que lhe confere um dinamismo ímpar, em relação a outros materiais do gênero, são as referências: artigos, vídeos, jornais, sites e documentos ao longo do texto, todos com hiperlinks⁹ para que os alunos ou qualquer outra pessoa possam acessar estes materiais com maior comodidade.

9

A exemplo disso, as Figuras 2, 3 e 4 a seguir apresentam algumas dessas referências:
 <<https://www.youtube.com/watch?v=hCtwj4eF4G4&t=538s>>;
 <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/23.pdf>>;<<https://www.youtube.com/watch?v=DVxELIxHN7Y&t=10s>>.

No vídeo da Casa do Saber "a importância da preservação de museus e patrimônio cultural", a professora Maria Cristina Kormikiani problematiza a questão da preservação dos bens culturais.

Figuras 7
A importância da preservação de museus e patrimônio cultural | Maria Cristina Kormikiani



Outro exemplo é a cachaça e a caipirinha, uma responsabilidade de impor, sobre o território, um sistema para construir uma identidade nacional, mas não qualquer uma que reflita as ideologias da classe dominante.

Siqueira e Dias (2013) trouxeram o exemplo brasileiro se apropriou da cachaça e da caipirinha, com quais expressam a brasilidade e representam o país.

A cachaça e a caipirinha, no início do século, era uma bebida de vagabundos e associada às camadas populares brasileiras, contudo, isso mudou graças à semana de 1929.

Há mais ou menos 20 anos, as duas bebidas foram valorizadas cada vez mais até o momento que o Fipe criou a cachaça e da caipirinha tornando-as símbolos de exportação.

As bebidas são patrimônio imaterial no Brasil. Siqueira e Dias (2013) explicam o Estado brasileiro.

Então, o turismo cultural é aquele que atrai o turista a conhecer as construções históricas e artísticas de outras sociedades, assim como suas manifestações culturais imateriais.

Desta forma, existe uma relação muito íntima entre o turismo cultural e o patrimônio cultural, contudo, nem sempre harmoniosa. O turismo de massa reduz os bens culturais à mercadoria, artificializa as trocas culturais cotidianas, desconstrói a relação dos bens culturais com a comunidade e coloca a própria sobrevivência física ou simbólica dos patrimônios culturais em risco.

O texto de Cristina Seibert Schneider "Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material" é uma sugestão interessante, pois aborda como o turismo cultural pode cooperar para a preservação do patrimônio cultural.

Figuras 13
uma Proposta de Patrimônio Material



em subcategorias, o autor Köhler propõe de turismo, a saber:

ismo Histórico: sem dúvida é o mais importante do Turismo Cultural, sendo confundido ou seja, com o Turismo Cultural. O grupo do turismo, no qual a motivação

Capítulo 3 - Patrimônio cultural e neoliberalismo

Abordar a relação entre patrimônio cultural e neoliberalismo é bem complicado e complexo, e, portanto, não há espaço e nem tempo para se debater as questões que envolvem o neoliberalismo neste instrumento textual e nem mesmo é a intenção criar especialistas em assuntos econômicos.

Contudo, algumas noções básicas são necessárias, pois o neoliberalismo está presente em todos os momentos da vida. Não há como compreender a relação entre o patrimônio cultural e o neoliberalismo sem entender algo sobre essa nova fase do capitalismo.

O vídeo da Rita Von Hunt é um excelente material introdutório. O endereço eletrônico está abaixo da figura.

Figuras 10
Como funciona o liberalismo e o neoliberalismo? | O Gabinete, com Rita Von Hunt



3.1 Neoliberalismo

O neoliberalismo é, de certa forma, um retorno ao liberalismo. Mas, não é uma simples volta a uma antiga forma de se ver o capitalismo, é, antes de tudo, uma ampliação dos pressupostos do liberalismo do século XIX.

A primeira parte do material dá o tom crítico e denso que os alunos pediram, mas sem exageros. Já a segunda parte procura oferecer o passo a passo e lidar com as questões do patrimônio cultural na prática. Também foi problematizado as questões referentes às comunidades tradicionais que auxiliam os alunos a pensarem a respeito desses pontos na sua atividade acadêmica.

O Produto Educacional desenvolvido não deve ser visto como um inventário de bens culturais de ordem nacional ou regional. Não se destina a isso, sendo sim um material que tem, sobretudo, a intenção de ajudar a construir a criticidade e a consciência patrimonial a partir de uma perspectiva multidimensional do fenômeno do patrimônio cultural.

5.2 Validação do Produto Educacional

A validação do Produto Educacional é uma etapa importantíssima do trabalho, pois

identifica se o recurso educacional construído para atender a demanda levantada pelo pesquisador ao longo da investigação científica conseguiu tem potencial de conseguir alcançar os seus objetivos.

Como o Produto foi construído a partir do diálogo, é esperado que ele atenda às expectativas dos alunos. Contudo, é possível que o caminho escolhido no processo de elaboração tenha divergido das colocações de todos os atores que contribuíram de alguma forma com o material.

Por este ponto de vista, a validação é o instrumento de aferimento, o qual permite regular o Produto Educacional até que realmente este material consiga contribuir com a solução dos problemas, ou que, pelo menos, auxilie a mitigar tais problemas.

Foram realizadas quatro perguntas sobre o Produto e as respostas obtidas foram enquadradas em uma escala de 0 a 5, na qual: “0”, significa que o produto não é bom e não contribui para o curso; “1”, o produto tem potencial, mas apresenta muitos defeitos, e por isso não contribui com a formação dos guias de turismo; “2”, o produto é razoável e pode contribuir com o curso; “3”, o produto é mediano e pode contribuir com o curso; “4”, o produto é bom e pode contribuir com o curso; e “5”, o produto é ótimo e pode contribuir com o curso.

Tabela 9 – Tabela de notas para a pergunta - Em relação ao layout e à organização do material, qual a nota que você dá ao Livro Digital?

Critério de Avaliação	Nota				
Em relação ao layout e à organização do material, qual a nota que você dá ao Livro Digital?	0	1	2	3	4
	Quantidade				
	0	0	0	0	0
	Porcentagem				
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Criação do autor (2021).

Tabela 10 – Tabela de notas para a pergunta - Em relação aos conteúdos e à abordagem presentes no material, qual a nota que você atribui ao Produto?

Critério de Avaliação	Nota				
Em relação aos conteúdos e à abordagem presentes no material, qual a nota que você atribui ao Produto?	0	1	2	3	4
	Quantidade				
	0	0	0	0	2
	Porcentagem				
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	34,00%

Fonte: Criação do autor (2021).

Tabela 11 - Tabela de notas para a pergunta - Em relação à possibilidade de se tornar um material de apoio para as aulas de Patrimônio Cultural, qual a nota que você atribui ao Produto?

Critério de Avaliação	Nota				
Em relação à possibilidade de se tornar um material de apoio para as aulas de Patrimônio Cultural, qual a nota que você atribui ao Produto?	0	1	2	3	4
	Quantidade				
	0	0	0	0	2
	Porcentagem				
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	34,00%

Fonte: Criação do autor (2021).

Tabela 12 - Tabela de notas para a pergunta - Na sua avaliação, o Produto ajudará a construir uma consciência mais crítica e a adquirir uma visão multidimensional do fenômeno do patrimônio cultural?

Critério de Avaliação	Nota				
Na sua avaliação, o Produto ajudará a construir uma consciência mais crítica e a adquirir uma visão multidimensional do fenômeno do patrimônio cultural?	0	1	2	3	4
	Quantidade				
	0	0	0	0	1
	Porcentagem				
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	17,00%

Fonte: Criação do autor (2021).

Obter as respostas para a validação do produto foi um processo bem complexo devido à situação sanitária que o mundo e o Brasil vivem. Contudo, como o produto é um material digital, o encaminhamento para os avaliadores se tornou simples. O grande problema foi o retorno das avaliações. Por fim, encaminhamos o produto e as perguntas para duas dezenas de pessoas via “E-mail” ou “WhatsApp”, obtendo apenas seis respostas. Entre os que participaram da validação temos: 03 turismólogas, 01 professor de história, 02 guias de turismo.

A recepção ao produto foi muito boa e todos os profissionais que avaliaram o material fizeram questões de parabenizar o produto e realizar comentários, como: “*parabéns pelo livro e boa sorte na sua jornada!*”, “*o material está lindo*” e “*Que livro perfeito, queria um desse no curso, seria muito mais útil*”. Todos esses comentários, além de expressarem o apoio dos avaliadores, também demonstram contentamento, satisfação e aceitação do livro digital.

Dentre os critérios que usamos para validar o produto, a primeira resposta sobre a pergunta de qual nota os validadores dariam para o layout e a organização do material, 100% deles deram nota 5, concordando que o produto é ótimo e que poderá contribuir com o curso de Guia de turismo.

Para a segunda pergunta, sobre qual nota dariam aos conteúdos e à abordagem

presentes no material, 66% dos validadores optaram pela nota 5, e acreditam que o produto é ótimo e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo; enquanto 34% dos validadores deram a nota 4, e pensam que o produto é bom e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo.

Para a terceira pergunta, a nota que atribuíram para a possibilidade de o produto vir a se tornar um material de apoio para as aulas de Patrimônio Cultural, as respostas foram similares a da pergunta de número dois, com 66% dos validadores optando pela nota 5 e acreditando que o produto é ótimo e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo; enquanto 34% dos validadores deram a nota 4, e pensam que o produto é bom e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo.

Para a última pergunta, sobre a possibilidade de o produto ajudar a construir consciências mais críticas e auxiliar na aquisição de uma visão multidimensional do fenômeno do patrimônio cultural, 83% dos validadores optaram pela nota 5, e acreditam que o produto é ótimo e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo; e para 17% deles, a nota merecida foi 4, pois acreditam que o produto é bom e poderá contribuir com o curso de Guia de turismo.

Tomando estes dados como parâmetros, analisamos que a aceitação entre os profissionais que trabalham com o patrimônio cultural foi muito boa. Não houve notas abaixo de 4, nos quatro pontos levantados. Portanto, a maioria considera o material bom ou muito bom, sendo que no quesito layout 100%, dos validadores consideraram o produto muito bom. Desta forma, acreditamos que o produto tem a possibilidade de ser um excelente material de apoio para as aulas de Patrimônio Cultural, ou servir para o aprimoramento profissional de guias de turismo inseridos no mercado de trabalho.

Se o produto pode vir a mudar a realidade social de quem o leu, sinceramente, é difícil dizer. Para isso, seria necessário, após a finalização da construção do material, acompanhar os alunos ou os profissionais que tiveram contato com o produto para descobrir quais as mudanças reais que estes atores sociais tiveram após a leitura do livro.

A partir dos entusiasmos que o material foi recebido pelos profissionais, ficamos com a certeza que o produto se tornará em uma interessante ferramenta para os profissionais que trabalham na área turística. Mas, como todo material na área da educação, não deve ser considerado como pronto para ser usufruído vitaliciamente. Até porque, o campo do Turismo é extremamente dinâmico e está em constante transformação. Dessa forma, o material para ser relevante deverá estar passando por constantes atualizações.

Acreditamos que mais importante do que o próprio produto seja a ideia, pois o

material produzido é um resultado da imaginação e da vontade de cooperar de alguma forma com a formação de profissionais em uma perspectiva diferente daquela formada neste mundo cada vez mercantilizado.

Apostamos em construir um material que visualmente atraísse os leitores. Neste contexto, todo o trabalho de diagramação foi elaborado pensando que as cores, as imagens, a diagramação do produto são elementos tão importantes quanto o próprio texto.

Fazendo uma rápida analogia, quando vamos comer e na nossa frente há um prato vistoso, bem bonito, uma comida colorida e aquele cheirinho delicioso, todas essas informações, as quais são captadas pelos sentidos da visão e olfato despertam a nossa vontade de comer, enquanto aqueles pratos feios e sem cor nos causam repulsa.

A ideia foi exatamente esta, despertar a vontade dos leitores a leram o material por meio de todo. Este elaborado trabalho gráfico, o qual se torna um deleite para os olhos, e despertar a vontade de ler o livro nos alunos e em outras pessoas.

Foi importante também pensar no número de páginas. Não queríamos construir um material com muitas páginas, as quais poderiam criar certa resistência à leitura entre os possíveis leitores do material e toda construção gráfica trouxe leveza ao produto, que foi mais um dos artifícios usados para quebrar a resistência dos leitores à leitura do texto.

Contudo, era importante construir um material que não fosse superficial e conseguisse transmitir a densidade necessária para possibilitar o exercício reflexivo dos alunos e de todos os demais leitores. A solução encontrada foi dividir o material em duas partes e apontar materiais complementares ao longo do produto, que podem ser acessados por meio dos hiperlinks.

Como descrito no começo deste capítulo, o produto foi dividido em duas partes: uma teórica e reflexiva e uma outra prepositiva. Esta divisão permite ao leitor escolher por onde iniciar a sua leitura, ou se até mesmo se irá deixar de ler uma das duas partes. O grande ponto é dar este poder de escolha aos leitores, possibilitar que decidam sobre como vão lidar com o produto no instante que buscarem o material e qual caminho percorrer.

As partes também foram divididas em temas que, apesar de se comunicarem, também, podem ser lidas isoladamente. É óbvio que a leitura completa do material é recomendada, mas não sejamos ingênuos em um mundo onde cada vez mais as pessoas têm menos tempo disponível. Logo, dar a possibilidade aos leitores de realizarem a leitura parcial do livro ou integral é, de uma certa forma, garantir que este material alcance o maior número possível de pessoas.

Construir o produto não foi uma tarefa fácil. No início das aulas do programa de

mestrado do IFS, quando professores e professoras abordavam as questões pertinentes ao produto, tudo o que diziam parecia tão intangível ou tão complicado de se criar.

O livro digital que elaboramos tem muitas possibilidades dentro da rede dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. A criação do E-book foi pensada para atender às demandas desta realidade. Ainda assim, o produto pode ser fonte de consulta e formação continuada para inúmeros profissionais do guiamento turístico.

A organização dos temas atendeu as demandas levantadas por alunos e por profissionais por ocasião das entrevistas de História Oral e das respostas aos questionários. Tudo isso para preparar um material reflexivo capaz de auxiliar na criação de uma consciência patrimonial e no desenvolvimento profissional.

Não obstante, ao esmero na organização do produto o material possui limites. Pois ele deve ser visto como um suporte para as aulas, um facilitador da ação docente de professores e professoras.

Em si, o material pode ajudar em muito a formação dos alunos, mas é indispensável a utilização de outros recursos, das reflexões em sala de aula, das visitas aos museus e a outros aparelhos culturais, da contextualização e de se estabelecer relações entre o patrimônio cultural com outros elementos.

O livro digital faz este apontamento, direciona para esta abordagem omnilateral, mas sem aprofundar-se em temas específicos. Isso ocorre devido às escolhas que fizemos na sua elaboração, as quais explicamos nas linhas anteriores.

De toda forma, a recepção ao livro foi muito boa e nos deu a certeza que o material irá contribuir na formação de novas mentalidades acerca das questões do patrimônio cultural, e estas novas mentalidades terão a oportunidade de construir novas realidades.

6 CONCLUSÃO

O clímax de qualquer história marca a parte mais intensa de uma trama, independente do suporte em que os acontecimentos ocorrem, é o momento em que tudo o que foi apresentado está se resolvendo. Neste contexto, a conclusão é o retorno à calma, o momento em que se analisa os fatos da narração, a fim de compreender todo o enredo.

Na pesquisa científica não é muito diferente. Ao final desta dissertação, retomamos algumas ideias, a fim de “costurar as pontas soltas” e compreender os resultados que conseguimos ao longo de toda a investigação.

O problema da pesquisa era identificar a perspectiva político-ideológica do tema patrimônio cultural na formação e na prática profissional do guia de turismo em Sergipe.

O objetivo geral teve como proposta compreender a perspectiva com a qual os profissionais do guiamento e os alunos do curso de Guia de turismo lidam com o conteúdo do patrimônio cultural, como são influenciados pelas ideologias neoliberalistas e como os bens culturais podem ser trabalhados dentro de uma perspectiva omnilateral.

Não foi à toa que escolhemos na metodologia como método de procedimento o histórico, a abordagem o dialético e para análise de dados a análise de discurso a partir da perspectiva de Pêcheux, pois queríamos os instrumentos que nos fornecessem uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, abrangendo as dimensões políticas, econômicas, culturais e históricas do fenômeno do patrimônio cultural, assim como as suas múltiplas relações.

No capítulo 3, na revisão da bibliografia, A literatura do Patrimônio Cultural, trabalhou-se com as diversas dimensões que se relacionam com os bens culturais. Em um primeiro momento, discursamos a respeito do desenvolvimento histórico do conceito patrimônio cultural e os seus órgãos de salvaguarda, tanto no Brasil quanto no exterior. Tais colocações foram importantes para mostrar que muito do que é preservado parte da escolha de alguns atores sociais que querem impor sua visão de mundo à sociedade.

Neste ponto, foi importante assinalar que a salvaguarda do patrimônio cultural não é um ato livre de disputas ideológicas, e que os atritos, que entre estes diversos sujeitos, representam mais um campo de batalha entre tantas outras áreas em que se dão disputas similares entre classes sociais distintas.

O tópico referente aos bens culturais constitui um importante ponto nesta dissertação, pois o patrimônio cultural constitui um importante elemento na formação da memória, da identidade e da territorialidade. Além disso, os debates a respeito das disputas ideológicas se tornam mais profundas, demonstrando que o patrimônio cultural deve ser visto para além de um produto turístico para ser explorado.

A relação do patrimônio cultural com o turismo foi compreendida de maneira dual, ou seja, se por um lado gera renda a milhares de pessoas e traz o desenvolvimento de localidades, também contribuiu para outros fenômenos, como a gentrificação, a aculturação e a destruição do próprio patrimônio cultural. O capítulo continuou explorando temas referentes ao mundo do trabalho, à educação integral e à educação patrimonial. A intenção foi construir um diálogo em torno dos contextos em que o guia de turismo está inserido.

E por meio desses contextos, compreender os fundamentos que orientam a educação

na perspectiva omnilateral, como o profissional munido desta perspectiva enxerga e se insere no mundo do trabalho e entender o porquê de a educação patrimonial ser uma das principais ferramentas para a atuação do guia de turismo, quando o assunto são os bens culturais.

A finalidade do segundo capítulo foi discutir o patrimônio cultural em uma perspectiva omnilateral, ou seja, multidimensional; refletindo a respeito das dimensões e dos relacionamentos que integram o campo patrimonial.

Os resultados da análise dos materiais coletados levam a concluir que a perspectiva adotada nas aulas de patrimônio cultural do IFS é a omnilateral, contudo, o resultado encontrado, tanto nas entrevistas com os profissionais oriundos do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe quanto dos questionários com os alunos do curso de Guia de turismo, mostra algumas contradições.

Então, se a perspectiva das aulas é a omnilateral, por que as respostas a algumas perguntas divergem disso? Antes de respondermos temos que relatar os problemas encontrados durante a pesquisa, as quais foram motivadas pela pandemia da Sars-Cov-19.

Foi necessário, portanto, realizar algumas adaptações para contornar as impossibilidades de ir a campo, como realizar as pesquisas de História Oral via a plataforma do Google Meet e organizar um questionário aos alunos do curso de Guia de turismo do IFS para ser respondido via a Plataforma do Socrative.

O problema que orientou esta pesquisa foi: qual a perspectiva político-ideológica do tema patrimônio cultural na formação e na prática profissional do guia do turismo em Sergipe? Como resposta, chegamos à seguinte conclusão: que na formação do guia de turismo, a perspectiva que orienta a sua formação é omnilateral e a concepção político-ideológica é a de uma educação integral, ou seja, que combine os saberes científicos, tecnológicos e humanistas; crítica/reflexiva; libertadora, a qual possibilite o exercício de uma prática social transformadora.

Contudo, não podemos dizer que esta concepção político-ideológica representa a prática dos guias de turismo formados no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe. Na realidade, a vinculação à concepção político-ideológica do IFS dependerá de como cada sujeito recebe e “digere” os discursos produzidos na Instituição.

Assim, ao analisar os dados, possibilitou compreendermos que estes alunos não chegam no IFS como tábuas rasas. Muito pelo contrário, os estudantes ingressos no Instituto foram submetidos a discursos a vida inteira, principalmente, os gestados dentro da formação discursiva neoliberal.

Como vimos, Dardot e Laval (2016) dizem que o Neoliberalismo é mais que um

modo da economia capitalista de se organizar. O Neoliberalismo é uma racionalização que se estende a todos os aspectos das nossas vidas.

Portanto, ao entrar no IFS, temos a oposição entre dois projetos diferentes de ser humano: o homem neoliberal versus o homem omnilateral. E a resistência ou a aceitação à concepção político-ideológica do Instituto dependerá também de quão forte as identidades desses sujeitos foram influenciadas pela concepção político-ideológica neoliberal.

Em um curso recente, com o título de “Como evitar o relógio do juízo final”, Noam Chomsky lembrou que Mises (um dos pais do Neoliberalismo) tinha profundos vínculos com o governo protofascista da Áustria, e que comemorou ao saber das duras repressões deste governo aos sindicatos e aos trabalhadores no ano de 1927.

Não podemos afirmar aqui que o neoliberalismo é o braço econômico do fascismo, falta tempo e espaço para isso. Contudo, já foi trabalhado ao longo desta dissertação que por onde o neoliberalismo adentrou, só provocou caos econômico, retrocessos, perdas de direito e destruições. A ideologia neoliberal é, antes de tudo, uma ideologia que prega a morte dos mais fracos, neste caso, dos pobres.

Um dos casos mais radicais foi no Chile, que privatizou a água e não estamos falando do serviço de distribuição de água, mas de rios, lagos e lençóis freáticos, e as consequências para o meio ambiente e para a população chilena foram dramáticas, como: a extinção permanente de rios, assim como a poluição de lagos e lagoas. A água que deveria ser um direito inalienável do ser humano ou de qualquer espécie que habite o planeta Terra, no Chile se tornou mais um produto qualquer.

O discurso neoliberal parte de mentiras, promessas vagas de melhoria de gestão ou de performance, de mérito, de controle fiscal e de toda e qualquer outra retórica discursiva que ajude a convencer o povo das suas posições. Os meios de comunicação reproduzem diariamente o ideário neoliberal presente nos discursos.

Mesmo nas escolas, os discursos oriundos de uma formação discursiva neoliberal ganham cada vez mais espaço. Então, temos a educação financeira, o empreendedorismo virando um mantra, principalmente entre as escolas particulares, que se preocupam cada vez mais em formar jovens com as competências exigidas pelo mercado.

Portanto, homens e mulheres estão cotidianamente expostos às concepções político-ideológicas neoliberais e vão naturalizando os discursos que ouvem, sejam eles de ordem econômica, como a redução de direitos ou a privatização de todas as empresas estatais, ou de ordem política social, como o da meritocracia.

Não é à toa que explicações extremamente simplistas, como as dadas pelo ex-

presidente Michel Temer para congelar os gastos por vinte anos, ou as ideias de economistas, como Paulo Guedes, encontram grande aceitação entre o povo brasileiro, ou mesmo, que o desprezo de Bolsonaro pelos mais pobres, negros e índios seja apoiado por um grande número de seguidores do presidente.

É este o tamanho do desafio de se criar um homem omnilateral, mesmo que o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe ou de outro Instituto Federal consiga transmitir seus conteúdos de forma primorosa dentro da perspectiva omnilateral, seguindo sua concepção política-ideológica, isso não garante que o aluno formado na instituição tenha como prática profissional aquilo que lhe foi transmitido ao longo de sua formação.

No entanto, não é exatamente para isso que a pesquisa aponta. Entendemos as contradições encontradas como processos incompletos de formação do sujeito omnilateral. Portanto, o que queremos pontuar nesta conclusão é que a concepção político-ideológica neoliberal representa uma barreira a ser superada em uma educação integral e o quanto o aluno absorve destes discursos dependerá de alguns fatores, como sua história de vida antes de ingressar no IFS.

De todos os 29 alunos que responderam ao questionário, apenas 1 (um) demonstrou não possuir contradições e ter como perspectiva a omnilateralidade. Contudo, podemos dizer que nenhum aluno que respondeu ao questionário possui uma perspectiva completamente mercadológica para o patrimônio cultural. O que realmente encontramos foram formações de um sujeito omnilateral em processo, as quais podem ou não se concretizar.

Apesar dos limites encontrados ao realizar a pesquisa, as lições que aprendemos é que os Institutos Federais se constituem como locais de resistência e esperança, no sentido de realmente desenvolver uma educação libertadora, principalmente do ideário neoliberal, que condena milhares de vidas ao abandono e à morte.

Neste contexto, a segurança dos patrimônios culturais também dependerá da superação das concepções neoliberais. Os bens culturais não podem ser vistos como meros produtos culturais e separados entre duas categorias: aqueles que podem dar lucros e os que não têm potencial econômico. A importância do patrimônio cultural está para além dos desígnios econômicos, e uma educação com perspectiva de transformação social em um curso de turismo, seja ele profissionalizante ou superior, deve ter esta perspectiva como horizonte.

A questão que se coloca agora é como vencer os filtros subjetivos dos alunos construídos no seio de uma formação discursiva neoliberal. Os quais os constituem enquanto sujeitos e estão tão internalizados que não se dão conta que repetem discursos de um sistema

ideológico que os quer ver marginalizados e destruídos.

O Neoliberalismo é a racionalidade da destruição do nosso espírito comunitário. Em contraposição, o patrimônio cultural simboliza exatamente a força da comunidade, principalmente o imaterial. O patrimônio cultural imaterial é a herança da comunidade aos indivíduos que congregam de uma mesma territorialidade, afetividade e identidade comum.

Os questionamentos levantados aqui não se encerram nesta pesquisa, mas abrem possibilidades para próximas investigações.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, R. R. B. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**. Brasília: IPHAN, 2017.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História: os paradigmas revolucionários**. v. III. 2. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **Turismo Histórico-Cultural: volume único**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.
- CANANI, I. S. S. (1999). Guia de turismo: o mérito da profissão. **Revista Turismo Em Análise**, 10(1), 92-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v10i1p92-106>>.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- CARVALHO, S. V. C. B. R. História Oral: Reflexões sobre Aplicações Implicações. **NORUS - NOVOS RUMOS SOCIOLOGICOS**, v. 8, p. 8-27, 2020.
- CASTILHO, M. A.; SANTOS, M. C. L. F.. Patrimônio Cultural no Contexto de Territorialidades. In: XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul, 2012, Campo Grande - MS. **Anais do XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande - MS: ANPUH-MS**, 2012. p. 1-20.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Profissional e Desenvolvimento. **Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado**, v. 2, p. 39-62, 2008.
- CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930 -60)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHIMENTI, S. I.; TAVARES, Adriana de Menezes. **Guia de Turismo - O Profissional e a Profissão**. 6. ed. São Paulo: SENAC, 2007. v. 1. 253p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COUTINHO, Joana. **Golpe de 2016 e o Futuro da Democracia no Brasil**. São Luiz: EDUFMA, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERKO, Georgia P. da Silva. O empreendedorismo cultural: os discursos do desenvolvimento como utopia. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as Políticas Públicas**, São Luis – MA, 2009.

FERNÁNDEZ, Gonzalo. **¿Hacia dónde va el capitalismo del siglo XXI?**. [S.l. : s.n.], 2020.

FERREIRA, Luíza. **Turismo de base comunitária: o que é e por que você deveria viajar assim**. [S.l. : s.n.], 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245 p.

FRIGOTTO, Gaudencio. **Educação e crise do capitalismo real**. 8ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006. v. 3000. 230p.

FONTES, V.. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Marx e o - **Revista do NIEP-Marx**, v. 05, n. 8, p. 45-67, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

FONSECA, Maria C. L.. Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio. In.: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs). **Memória e patrimônio cultural: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp 59-79.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, Karla Estelita; ARAÚJO, Raniery S. G. de. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. In: XIII Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2016, São Paulo. **Anais do Seminário da ANPTUR, 2016**. São Paulo: ANPTUR, 2016. p. 1785-1797.

GOMES, Máira N.; BARBOSA, R. M. Estado, Sindicato e Direito nos “anos gloriosos”: pequenas reflexões econômicas e políticas sobre a construção do “pacto fordista”. In: XXI Congresso Nacional do CONPEDI, 2013, Niterói. **Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI**. Florianópolis: Publica Direito, 2012. v. 1. p. 412-439.

HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELVÉCIO, Goulart de Sá; ARAUJO, D. S.; SANTOS, Oyana Rodrigues dos; BOAVENTURA, G. D. R. ; MENEZES, N. R. C. . Antecedentes Históricos do Ensino Profissional no Brasil nos Períodos Colonial e Imperial. In: Congresso Nacional de Educação - XII EDUCERE, V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPC/Cátedra UNESCO, 2015, Curitiba, 2015, Curitiba. **ANAIS do XII EDUCERE, III**

SIRSSE, V SIPD-Cátedra Unesco e IX ENAEH. Curitiba: Editora Universitária Champagnet, 2015. v. 01. p. 9654-9668.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q.. **Guia básico de Educação Patrimonial.** Petrópolis: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

KAUFMANN, Jean-Claude. **A invenção de si:** uma teoria da identidade. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

KERSTENETZKY, C. L.; KERSTENETZKY, J.. **O Estado (de Bem-estar Social) como Ator do Desenvolvimento:** uma história das ideias. Rio de Janeiro, v. 58, p. 1-20, 2015. Dados Impresso.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro. 2. Ed. Paz e Terra, 1976.

LEITE, F. C. L.; SOARES, M. H. A.. Guia de Turismo: da origem da profissão a formação profissional. In: **10º Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2016**, Foz do Iguassu, 2016.

MACEDO, Janete Ruiz de; ARAGÃO, I. R. História e Turismo: Os 'Lugares de Memória' como Fator de Identidade e Atração nas Cidades Coloniais. In: XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História.** São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

MAGALHÃES, L. H.; BRANCO, Patrícia Martins Castelo; ZANON, Elisa. **Educação patrimonial:** Da Teoria à Prática. Londrina, PR: Ed Unifall, 2009.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. P. 25-44.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 3ª Ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino .** São Paulo: Moraes, 1983.

_____. **Cultura, arte e literatura:** Textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral como fazer como pensar.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 175p.

MEIRA, C. M.; KUSHANO, E. S.; HINTZE, H. C.. Apontamentos Históricos sobre a Profissão do Guia de Turismo. **REVISTA DE TURISMO CONTEMPORÂNEO**, v. 6, p. 1-19, 2018.

MENESES, J. N. C. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. In: **Revista dos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 22, nº 43, 2009.

MONTORO, Xabier A. ¿Es inevitable la precariedad en el capitalismo del siglo XXI? Rentabilidad, explotación y destrucción de fuerzas productivas en el estadio imperialista. In: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, n.2 v.16, ago./set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18444>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MOREIRA, Eduardo. **Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, S. A.; REIS, Ronaldo Rosas. Contradições e possibilidades do patrimônio cultural no mundo das mercadorias. In: **VII Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2012, Campinas. Anais VII Colóquio Marx e Engels, 2012. v. 1.

NORA, Pierre (org). **Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine**. Paris: Fayard, 1997.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **Revista do programa de estudos pós-graduação de história**, v. 10. São Paulo: PUCSP, 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, L. A. **Patrimônio cultural, memória e identidade: um estudo etnográfico sobre processos de interação de atores humanos com monumentos cívicos**. [S.l. : s.n.], Ano de obtenção: 2018.

PECIAR, Paola L. R.. Turismo Cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividades encontradas nas feiras populares do Brique da Redenção em Porto Alegre- RS- Brasil, e na Feira da Praça Matriz em Montevideu - Uruguai. In: Professora Margarita Barretto. (Org.). **Turismo Cultura e Sociedade**. 1ª ed. Caxias do Sul: Educs, 2006, v. 1, p. 41-54.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Cultural. Consciência e Preservação**. Rio de Janeiro: editora Brasiliense, 2009.

PICHETH, Sara Fernandes, CHAGAS, Priscilla Borganhoni. Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. **CADERNOS EBAPE.BR (FGV)**, v. 16, p. 788-801, 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Lisboa: Edições 70, 2016.

RAMOS, M. N.. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1ed.São Paulo: Cortez, 2005, v. 1, p. 106-127.

RAMOS, M. N.. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 1. 121p

RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil**: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. São Paulo: Hucitec, 1994b. 332p.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SILVA JUNIOR, J. E.; OLIVEIRA, A. L. T. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da informação em revista**, v. 5, p. 3-10, 2018.

STEIL, Carlos Alberto. **Alienação e transcendência**: a realidade e o devir humano. Um estudo da práxis educativa à luz da teoria da alienação de Marx. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1990.

SIQUEIRA, E. D.; DIAS, N. C.. A cachaça é nossa?: cultura e ideologia na construção nacional brasileira. In: VII Jornadas Santiago Wallace de Investigación em Antropologia Social, 2013, Buenos Aires. **Actas del congreso**. Buenos Aires: UBA, 2013. v. I. p. 1-15.

[TERRA, M. V. S. C.](#); ALMEIDA, C. C.; SABBAG, D. M. A.; Análise do discurso francesa na organização da informação e do conhecimento no Brasil: considerações epistemológicas à análise documentária. In.: **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.17, p. 1-26, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8652798/>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

VIANA, Nildo. **A consciência da História**: ensaios sobre o Materialismo Histórico Dialético. 2º Ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. Marxismo e cultura. **Práxis Comunal**, v. 01, Belo Horizonte: UFMG, p. 13-31, 2018.

VILLARES, L. G. O patrimônio cultural na ótica marxista: considerações sobre o materialismo cultural. In: **IX Colóquio Internacional Marx Engels, 2018, Campinas. Cultura, Capitalismo e Socialismo**, 2018. v. 1. p. 1-9.

ZAIDAN, S.; REIS, D. A. de F. R.; KAWASAKI, T., F. **Produto educacional**: desafio do mestrado profissional em educação. RBPG, Brasília, v.16, n.35, 2020.